

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 09 DE OUTUBRO DE 2007

NÚMERO 5.795

16ª Legislatura
1ª Sessão Legislativa

MESA

Julio Cesar Garcia

PRESIDENTE

Clésio Salvaro

1º VICE-PRESIDENTE

Ana Paula Lima

2º VICE-PRESIDENTE

Rogério Mendonça

1º SECRETÁRIO

Valmir Comin

2º SECRETÁRIO

Dagomar Carneiro

3º SECRETÁRIO

Antônio Aguiar

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

João Henrique Blasi

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Kennedy Nunes

PARTIDO DO MOVIMENTO

DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Gelson Merísio

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Padre Pedro Baldissera

PARTIDO DA SOCIAL

DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Marcos Vieira

PARTIDO TRABALHISTA

BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO REPUBLICANO

BRASILEIRO

Líder: Odete de Jesus

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Professor Grandó

PARTIDO DEMOCRÁTICO

TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Gelson Merísio

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joões Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joões Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

COMISSÃO DE SAÚDE

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joões Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA
LEGISLATIVA**

Coordenadoria de Publicação:
responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração, montagem e distribuição.
Coordenador: Eder de Quadra
Salgado

Coordenadoria de Taquigrafia:
responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.
Coordenadora: Lenita Wendhausen
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e
Serviços Gráficos:**
responsável pela impressão.
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO XII - NÚMERO 1809
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 36 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 080ª Sessão Ordinária da
16ª realizada em 03/10/2007.....2
Ata da 033ª Sessão
Extraordinária da 16ª realizada
em 03/10/2007 12

Publicações Diversas

Avisos de Licitação.....19
Audiência Pública.....19
Ofício.....29
Projetos de Lei.....29
Redações Finais.....35
Resoluções36

PLENÁRIO

ATA DA 080ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grandó - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO**Breves Comunicações**

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (pela ordem) - Registra a presença de várias personalidades de Blumenau e Indaial; convida para a instalação da 1ª Conferência da Polícia Comunitária e Sociedade de Indaial.
DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Registra a presença do prefeito e vice-prefeito de Massaranduba e do vereador de Jaraguá do Sul; teme a perda salarial de trabalhadores do porto de São Francisco do Sul; refuta matéria de jornal que o liga à infidelidade partidária.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (aparte) - Apóia os funcionários do porto de São Francisco do Sul.

DEPUTADO KENNEDY NUNES (aparte) - Comunica seu apoio e de sua bancada aos funcionários do porto de São Francisco do Sul.
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Registra a presença do prefeito e assessor de Sul Brasil; considera que a cobrança de pedágio penalizará toda a população.
DEPUTADO KENNEDY NUNES (pela ordem) - Comunica que estará ausente da sessão em virtude do movimento na BR-101.
DEPUTADO JAILSON LIMA (pela ordem) - Registra a presença de personalidades de Rio do Sul.
DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Comunica que participará de audiência com o governador para solicitar recursos ao hospital de Massaranduba.
DEPUTADO ELIZEU MATTOS (aparte) - Posiciona-se contra a cobrança de pedágio.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Parabeniza o deputado Herneus de Nadal e diz que chega de impostos em Santa Catarina.
DEPUTADO DAGOMAR CARNEIRO (aparte) - Afirma que a BR-101 deverá continuar sem o pedágio.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Confirma que o consumidor já está cansado de pagar tantas taxas e não ter retorno.
DEPUTADO SILVIO DREVECK - Mostra a queda de receita de municípios por culpa do baixo retorno do ICMS.

Partidos Políticos

DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Comemora as novas filiações ao PMDB; fala da invasão pelo MST da estação da Epagri.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Manifesta-se contra a invasão da estação da Epagri.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Defende a deputada Odete de Jesus pela troca de partido.
DEPUTADA ODETE DE JESUS (aparte) - Fala da fidelidade partidária e informa que sua sigla foi extinta.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Faz explanação sobre o pedágio em Santa Catarina.
DEPUTADO JOSÉ NATAL (aparte) - Critica o protesto na BR-101 e diz que o direito de ir e vir deve ser preservado.
DEPUTADO JAILSON LIMA - Registra a presença de personalidades de Rio do Sul e comunica a visita do presidente Lula a Santa Catarina.
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI (aparte) - Ressalta que a não-privatização do Besc deve-se à luta do PT e à participação do governo de Santa Catarina.
DEPUTADO SILVIO DREVECK - Relata as reivindicações do município de Três Barras.
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Informa que Três Barras foi o município que mais recebeu verbas neste governo.

DEPUTADA ODETE DE JESUS - Fala da audiência pública que tratou do atraso do repasse de recursos do estado às entidades filantrópicas.

DEPUTADO JOSÉ NATAL - Aborda projetos aprovados na comissão de Finanças.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Registra a presença de conselheiros do TCE e de dois vereadores de Sombrio.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Reforça o convite aos conselheiros Gilson dos Santos e Salomão Ribas Júnior para que retornem à política.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI (pela ordem) - Pede aquiescência dos líderes para votação da redação final do PL referente a imóvel em Maravilha.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Enumera dificuldades sociais no estado pela falta de recursos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, gostaria de registrar a presença da vereadora Maria Emília de Souza, de Blumenau; da vereadora Marlene Schlindwein, de Blumenau; da sra. Aurora Tomil, de Indaial; da sr. Márcia da Rocha, secretária das Ciências Sociais e Habitação de Indaial; do sr. Ivo Schneider, assistente social de Indaial; da sra. Karen, educadora de Indaial, e também do dr. Heliston Canalli, juiz de Direito da comarca de Indaial e da sra. Jagna de Oliveira Canalli, comissária da Polícia Civil de Indaial, que vieram a este Parlamento para agora, às 14h30min, termos uma audiência pública com o desembargador Pedro de Abreu, presidente do Tribunal de Justiça, para a qual peço licença para me ausentar do plenário por um certo tempo.

Sr. presidente, quero também convidar a todos para a instalação da 1ª Conferência da Polícia Comunitária e Sociedade, dia 8 de outubro, no município de Indaial, a ser realizada às 19h30min no auditório da Uniasselvi, em Indaial. A sra. Jagna veio fazer esse convite ao Parlamento.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Assembléia agradece o convite e sejam todos muito bem-vindos e bem sucedidos na visita ao Tribunal de Justiça, com o dr. Pedro Manuel Abreu.

A Presidência registra também a visita do prefeito de Massaranduba, Davio Leu. Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito o sr. deputado Nilson Gonçalves, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, aproveitando o que v.exa. acabou de citar, quero dizer da minha satisfação também pela presença do prefeito de Massaranduba, Davio Leu, do meu particular amigo o vice-prefeito Fernando, do vereador Almir e do assessor da secretaria do Desenvolvimento Regional de Jaraguá do Sul, o Ademir. Todos são grandes amigos e exemplos de pessoas públicas que trabalham pela nossa região e estão aqui, diga-se de passagem, a trabalho, pois daqui a pouco terão uma audiência com o governador,

para reivindicar verbas para a cidade de Massaranduba. Isso é o que queremos ver sempre por parte das pessoas públicas neste estado e neste país.

Sr. presidente, quero aproveitar também para deixar registrada nesta Casa a satisfação de ter recebido nesta semana o título de Cidadão Schroedense. O município de Schroeder me deu a honra de poder também ser um dos seus 14 mil cidadãos. É uma honra toda especial para nós que trabalhamos na vida pública.

Quero agradecer aqui de forma muito especial ao vereador Nelson e à bancada do PSDB de Schroeder, bem como aos demais vereadores que, por unanimidade, votaram neste deputado para que pudesse receber o título de Cidadão Schroedense. Este título se somará ao que já recebi dos municípios de Garuva, de Itapoá e de São Francisco do Sul.

Sr. presidente, v.exa. conhece muito bem o problema que vou falar aqui, que é sobre uma questão que vem minando o sentimento e a estabilidade emocional dos funcionários do Porto de São Francisco do Sul. Esses funcionários recebem hora extra pelo trabalho que desenvolvem há pelo menos 20 anos e agora estão na iminência, por força da lei, de perder esse benefício. E, naturalmente, terem aí uma perda de pelo menos 30% dos seus vencimentos. E essa ansiedade, essa preocupação foi transmitida a nós, deputados da região norte.

Tomamos conhecimento também de que o Porto de São Francisco do Sul, através do seu presidente, encaminhou a minuta de um projeto de lei complementar para a secretaria de Administração, para que a envie a esta Casa, para que possamos regularizar a situação dos servidores do Porto de São Francisco do Sul, que estão na iminência de perder essas horas extras mensais auferidas por conta do trabalho que realizam naquele porto, significando com isso a perda de 30% de seus salários.

Estou encaminhando, através desta Casa, um ofício ao governador para o qual estou colhendo a assinatura dos srs. deputados, solicitando que encaminhe, em regime de urgência, esse projeto de lei complementar, cuja minuta encontra-se na secretaria de Administração, para que possamos aqui otimizar, viabilizar de maneira bastante objetiva e rápida a solução do problema, e assim tenhamos regularizada essa situação dos servidores do Porto de São Francisco do Sul.

Os meus colegas deputados Kennedy Nunes e Darci de Matos devem estar a par disso e, já devem ter sido procurados por algumas pessoas interessadas no assunto. E eu espero que todos os colegas então formem um conjunto de assinaturas e que possamos ter aqui pelo menos umas 15, para poder encaminhar o documento ao sr. governador e que ele se sensibilize e encaminhe, o mais rápido possível, através da secretaria de Administração, esse projeto de lei complementar a esta Casa.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Darci de Matos - Obrigado, deputado Nilson Gonçalves. Quero oficialmente externar o meu apoio à sua iniciativa e aos funcionários do porto, que cumprem um papel importante em termos econômicos para Santa Catarina. A rigor, os funcionários já possuem esse direito, porque recebem hora extra há muitos anos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Há mais de 20 anos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Há mais de 20 anos! Ou oficializamos ou o estado pode responder um passivo trabalhista no futuro. Portanto, v.exa. está de parabéns por essa iniciativa. E não poderia ser através de outra pessoa, uma vez que v.exa. morou em São Francisco, começou sua vida lá, além de ter uma ligação muito forte com aquela cidade e sobretudo com aquela instituição.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, não é só a questão legal desse assunto que v.exa. levanta, como também a questão da própria economia local.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - É verdade!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Para o porto isso significa 20 mil por mês, mas para o município de São Francisco isso significa muito na economia local.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Para os servidores também.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Para os servidores, é claro, conta isso daí. Então, tem todo o nosso apoio, como também da nossa bancada, para regularizar essa situação.

Parabéns pelo tema!

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Obrigado, deputado Kennedy Nunes.

Quero aproveitar esses três minutos que ainda me restam, sr. presidente, para falar um pouquinho sobre a questão da fidelidade partidária. Hoje, para minha surpresa, abri o jornal *A Notícia* e vi minha foto, só a carinha, estampada, junto com a deputada Odete de Jesus, com o deputado Nelson Goetten e com o deputado Djalmal Berger.

Quem não lê a matéria, pensa que é o exemplo de um pulador de partido, um trocador de partido. Mas quem conhece e acompanha a minha vida pública sabe que nos idos de 1994 mudei de partido por conta de uma grande sacanagem que me fizeram dentro do partido - não me deixaram sair candidato a deputado naquela ocasião, arrebatando-me na convenção, ou seja, cassaram-me dentro da convenção. Fui obrigado a sair do partido e fui para o PMDB, na época, quando me elei vereador em Joinville.

Após eleito, na primeira votação que tivemos na Câmara de Vereadores, o então prefeito eleito junto comigo mandou para lá um aumento de IPTU de 150%. E a bancada de sustentação ao governo fechou questão, e eu não concordei. Eu não concordei e não votei a favor. Foi o que me bastou para ficar na esquerda, novamente, do partido e, logo adiante, alguém me disse: "Se você está querendo sair deputado, esqueça, porque eles vão cassá-lo na convenção quando você quiser sair". Ocasão em que mudei de partido novamente. Estou no PSDB desde o ano 2000. Portanto, lá se vão quase sete anos. E causou-me surpresa esse fato de estar ali como símbolo de quem troca de partido. Então, dei esses dois exemplos para dizer que a tal fidelidade partidária é muito relativa. É muito relativa. E entendi, alguns dias atrás, quando alguém me disse que três anos, no mínimo, para mudar de partido, seria coerente, porque do contrário, se você quiser seguir a sua consciência e, muitas vezes, o partido não faz aquilo que a sua consciência quer e se for contra o partido, você está morto, literalmente morto, porque eles lhe cassam dentro da convenção do partido.

Então, infelizmente não tenho mais tempo, pois gostaria de fazer uma explanação o pouco mais longa, mas numa próxima oportunidade voltarei ao assunto.

Obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar, em Breves Comunicações, o sr. deputado Herneus de Nadal, por até dez minutos.

Gostaria de anunciar a presença de 40 alunos, na Assembléia Legislativa, da Escola de Educação Básica Jacinto Machado, juntamente com as professoras: Roserminia, Linei Marta, Nica e Kênia.

Sejam bem-vindos a esta Casa!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes, da Manchester catarinense.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só para justificar que estou me retirando e volto daqui a pouco, porque vamos participar do movimento que faremos agora na BR-101, contra a cobrança de pedágio em Santa Catarina.

Portanto, este deputado se retira, neste momento, para acompanhar os outros deputados que já estão lá, para fazermos a manifestação na BR-101, no trevo de Santo Amaro da Imperatriz, em Palhoça.

Obrigado, sr. presidente!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Peninha, v.exa. que preside esta Casa, neste momento, quero salientar a presença do presidente do Partido dos Trabalhadores de Rio do Sul, o empresário Arnaldo Ferreira, o Jean Xavier de Liz e o Silvio Cerutti, da Câmara Júnior de Rio do Sul, o empresário Nilvio Luiz Suzin, também da cidade de Rio do Sul, e o dr. Flávio Cardoso, que hoje visitam esta Casa. Sejam bem-vindos, companheiros da nossa bela capital do Alto Vale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Da mesma forma, transmito as boas-vindas ao amigo Flavinho e às demais lideranças do município de Rio do Sul.

O Sr. Deputado Darcy de Matos - Sr. presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darcy de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Eu não poderia deixar de registrar, e já foi registrado pelo deputado Nilson Gonçalves, a presença do prefeito do meu partido, Davio Leu, do município de Massaranduba, capital catarinense do arroz, acompanhado do vice-prefeito Fernando e do Almir Trevisan, que é vereador e presidente do meu partido, e também do Ademir, que é o assessor da SDR de Jaraguá do Sul.

Sr. presidente, não vou à manifestação da BR-101, porque tenho uma audiência com o governador logo em seguida. Eu e o deputado Nilson Gonçalves vamos solicitar recursos para equipar o hospital de Massaranduba. Mas quero deixar aqui consignada a minha posição totalmente contrária à implantação de pedágio nas BRs 101, 470 e 116.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o sr. deputado Herneus de Nadal.

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, de início, sr. presidente, desejo, a exemplo dos que me antecederam há pouco, agora, no microfone de apartes, registrar, também, a presença ilustre nesta Casa do prefeito da Sul Brasil, sr. Derci Valentini, acompanhado de seu colaborador Francisco de Almeida, a quem desejamos uma boa estada.

Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o pedágio na rodovia 101, na 116 ou em qualquer outra rodovia federal, dentro do estado de Santa Catarina, penaliza não só os usuários da via, mas toda a nossa população.

Os consumidores vão pagar mais caro pelos produtos, uma vez que a cobrança do pedágio vai estar embutida no preço final das mercadorias. E, por isso mesmo, toda vez em que se aumenta a carga tributária se reduz as oportunidades de geração de vagas de trabalho e também de competição dos nossos produtos com os de outros estados e também de outros países. E nós, que já temos uma contribuição especificamente definida para dar a condição da recuperação da malha rodoviária federal e também estadual, mas também para a construção de rodovias, visto que em Santa Catarina quilômetros e mais quilômetros de asfalto ligando a municípios que ainda não tinham esse meio, esse veículo de comunicação tão importante para promover o desenvolvimento em suas comunidades, foram construídos com apenas 22% da arrecadação da Cide, restando à União a fatia maior da arrecadação do imposto que pagamos à vista, todos os dias em que abastecemos o nosso automóvel, quando abastecemos os veículos que rodam pelas rodovias deste país. Fica, portanto, a União com mais de 60% da arrecadação, da contribuição da Cide. Além do que todos pagam o IPVA, o imposto com relação aos veículos automotores.

Já há uma carga exageradamente grande e forte sobre a população brasileira no que se refere a impostos e contribuições. Por isso mesmo que neste momento, aqui, da tribuna, quero manifestar, de uma forma clara e transparente, a minha modesta posição com relação ao pedágio.

Sou frontalmente contra a penalização da população de Santa Catarina. Sou frontalmente contra a cobrança de pedágio, quer nas rodovias federais, objeto dessa discussão, mas também com relação às rodovias do estado, que sequer estão em discussão e em questão referente a esse assunto tão preocupante e tão sério para toda a nossa economia e para toda a população catarinense.

A manifestação que é feita aqui da tribuna poderá também ser realizada através do Parlamento, como um todo, na presença do sr. presidente da República, para mostrar a ele, na visita que fará a Santa Catarina, que a cobrança de pedágio em rodovias que já estão prontas, que o usuário utiliza e nelas já transita não é justo. Poderíamos, quem sabe, deputado Elizeu Mattos, abrir exceções para as construções de trechos e duplicações específicas dos quais o período e a cobrança do pedágio correspondesse à construção da rodovia. E não se pode admitir a cobrança de pedágio em rodovias construídas com o dinheiro da nossa população, com o dinheiro do nosso imposto, com o dinheiro público, da Cide, do IPI, com o Imposto de Renda, com o dinheiro do povo brasileiro. Não se pode admitir cobrança de pedágio numa situação igual a essa.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Herneus de Nadal, essa questão do pedágio é um processo muito escuro, as pessoas não conhecem, as comunidades não conhecem, as regiões não conhecem, não houve um debate, não houve um conhecimento, e falo da BR-116, é um tal de diz-me-diz-que. Além do mais o pedágio é mais um pagamento para o cidadão, nebuloso, e ninguém sabe as claras como vai funcionar e qual o preço que vai ser.

Então, esse processo, num todo, nem vou discutir o pedágio "a" ou o pedágio "b", acho que tem que ser revisto. Se o povo tem que pagar, ele tem que saber o que vai ganhar de garantia, de melhoria, onde vai ser a sua praça de pedágio.

Estávamos conversando com o deputado Romildo Titon, porque já se discute que entre Lages e Correia Pinto terá uma praça de pedágio. E Correia Pinto é praticamente um bairro de Lages. Na saída sul, que vai para Campo Belo do Sul, terá mais uma praça de pedágio, e não são 20 quilômetros.

Aí não. Aí é só arrecadar, arrecadar, e quero saber aonde vai dar a nossa BR-116, a BR-101, as nossas rodovias.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não! Depois, também, poderemos ouvir o deputado que também está apostado ao microfone de apartes.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Eu gostaria de parabenizá-lo pelo tema nobre deputado. Realmente, v.exa. trata os temas com muita seriedade. Portanto, gostaríamos de nos associar à sua idéia e dizer que chega de impostos em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Por gentileza, a palavra é sua.

O Sr. Deputado Dagomar Carneiro - Eu quero parabenizar v.exa. pelo pronunciamento, como morador de Brusque, da região, eis que usamos a BR-101 e concordamos plenamente com a colocação de v.exa., porque depois 30 anos, 40 anos de sonho com a duplicação da BR-101 e após ela estar quase concluída, deputado Herneus de Nadal, com o dinheiro público, vamos transportá-la para uma iniciativa privada. É diferente da BR-116, que, ali sim, precisa da duplicação, precisa de investimentos.

Por isso, concordo plenamente com o seu pronunciamento. Parabéns, deputado, e a BR-101, como já está duplicada, deveria continuar sem o pedágio.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO HERNEUS DE NADAL - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. é uma liderança de renome nesta Casa. E respeitamos v.exa. pela sua competência e pela sua inteligência.

Nobre deputado, também sou contra o aumento de taxas, sou contra o pagamento de pedágio, sou mil vezes contra, porque o consumidor já está cansado de desembolsar e não ter retorno.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o deputado Silvio Dreveck, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, ouvindo as manifestações com relação à cobrança de pedágio, de impostos, quero dizer que também sou contra a cobrança de pedágio, de aumento de impostos, de taxas.

Agora, o que me preocupa são os nossos municípios catarinenses. Existem muitos municípios de Santa Catarina que dependem do retorno do ICMS. E na maioria dos municípios médios o ICMS é a principal receita. Então, por ser um municipalista por convicção, acredito que é no município de fato que acontecem as ações, as realizações, o atendimento à população, na educação, na saúde e nos mais diversos problemas existentes, deputado Antônio Aguiar. É ali que o cidadão procura o prefeito, o vereador, a liderança da comunidade, o presidente da associação de moradores, o presidente das entidades, das igrejas e assim por diante.

Sr. deputado, uma situação me chamou a atenção, e não quero que se leve para o lado da suspeita, do julgamento, mas faço uma indagação, um questionamento, até em favor dos municípios catarinenses, eis que através de um levantamento que tomamos a liberdade de fazer constatamos que o reflexo do movimento econômico acontece sempre nos dois anos subsequentes, ou seja, o movimento econômico de 2004 teve o seu efeito em 2006, o movimento econômico de 2005 tem o seu efeito em 2007. E em 2007 detectamos que nada menos do que 158 municípios catarinenses tiveram os seus índices de participação na receita do ICMS reduzidos - são muitos municípios -, enquanto apenas 135 municípios tiveram superávit, ou seja, um incremento no índice de participação na receita do ICMS.

Outro fato que me chamou muito a atenção foi o percentual de acréscimo do índice de participação dos municípios, dos 135 municípios catarinenses que tiveram maior participação no ICMS da receita do estado, em comparação com os 158 municípios que tiveram prejuízo, ou seja, que diminuíram a sua participação na receita do estado. Houve um empate entre o índice que se elevou dos 135 municípios contra o índice dos 158 municípios que perderam participação.

Isso pode ter sido por vários motivos, pode ter sido pelo movimento econômico de cada município, mas ao mesmo tempo se pergunta por que tantos municípios tiveram redução de participação no ICMS do estado. Outra pergunta que se faz é por que exatamente o mesmo percentual que se acrescentou aos municípios que tiveram a maior participação é igual ao dos 158 municípios que tiveram prejuízo.

Outro fato que me chama a atenção, e por isso merece um estudo mais profundo, é com relação ao empate entre esses 158 municípios com os demais 135, porque se houve um empate no acréscimo comparado com o decréscimo, onde está o crescimento da economia do estado de Santa Catarina?

Em 2005, parece-me, não tenho os números exatos, o estado de Santa Catarina teve um crescimento de mais de 2%. Ora, se esse crescimento foi de mais de 2%, a economia, o PIB catarinense cresceu mais 2%. E onde está a diferença? Em que município se encontra? Porque, na verdade, como eu disse, há um empate entre os municípios que perderam e aqueles que acrescentaram.

Volto novamente a me perguntar e perguntar, até porque precisamos nesta Casa ter essas informações, porque são os prefeitos e os vereadores que vêm reivindicar, que vêm cobrar, com todo o direito, independentemente partido, de partido "a" ou "b". Eles vêm cobrar onde está essa queda de ICMS que está acontecendo na maioria dos municípios, volto a repetir, em 158 municípios. E não sabemos responder. Podemos imaginar, perguntar. Será que está no Fundo da Cultura, no Fundo de Esportes, no Fundo do Lazer, do Turismo, da SC Parcerias, nessas antecipações através de projetos que buscam esses recursos nas empresas e que evidentemente têm um

desconto por optar por um projeto e destinar recursos para o fundo, como a própria SC Parcerias, que busca antecipação de receita? Será que os nossos municípios estão participando? Não sei e até hoje ninguém me respondeu.

O que sei é que com relação ao Fundo Social, que é outro fundo que foi aprovado por todos os deputados, nesta Casa, na época, principalmente as bancadas de Oposição, diga-se de passagem, tiveram a preocupação de incluir na lei do Fundo Social a participação dos municípios, mas até hoje não há uma manifestação do próprio governo para justificar essa participação. E é por isso que faço essas indagações, esses questionamentos, porque estou preocupado com os municípios catarinenses.

Volto a repetir: é lá no município que o cidadão precisa de atendimento de saúde, de atendimento na educação, de atendimento hospitalar, de atendimento na assistência social. E conforme vimos hoje na audiência pública, ainda este ano as nossas instituições de abrigo do menor infrator, do idoso, de todas as atividades pertinentes à assistência social, ainda não receberam recursos de seus convênios. E não podemos dar uma resposta à sociedade ou, se dermos a resposta, não convenceremos, porque não damos a solução.

Muito obrigado!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Rogério Mendonça, por até 19 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sr. presidente e srs. deputados, neste último fim de semana estive em Brusque em duas oportunidades.

Na sexta-feira à noite estivemos na inauguração da sede do Paysandu, totalmente reformulada com o apoio do governo do estado, de diversas lideranças, do presidente Célio, e muitas outras pessoas que certamente estavam envolvidas, com certeza v.ex.a. também, sr. presidente.

Quando jovem morei e estudei em Brusque e conheci o Paysandu. Lá participei de muitos bailes, principalmente os de carnaval, e posso afirmar que aquele clube voltou a ser o que era, com uma bela sede, com certeza.

Também estive em Brusque sábado, oportunidade em que o PMDB local fez uma reunião, na qual houve muitas filiações, inclusive a do empresário Ademir Sapeli, com vistas à disputa na eleição majoritária do ano que vem.

Neste mesmo dia estive em Guabiruba onde também o PMDB fez uma reunião. Lá o partido é muito forte e tem demonstrado historicamente uma força muito grande, inclusive com a eleição do atual prefeito que haverá de ir para a reeleição.

No domingo estive no município de Camboriú e lá participei de uma reunião partidária com o deputado Edson Piriquito, quando vereadores se filiaram ao PMDB, demonstrando que o partido lá está se reforçando e também, com certeza, haverá de buscar eleger o prefeito. Filiaram-se ao PMDB os vereadores Silvano Garcia e Claudinei Loos.

Quero aqui fazer referência à visita que fiz ao município de Salete, na última segunda-feira - deputado Elizeu Mattos, v.ex.a. que já foi secretário Regional -, quando naquele município o governo do estado se instalou com toda a sua estrutura de governo, com os secretários setoriais e os regionais juntos.

Salete é uma cidade pequena com 7,5 mil habitantes, sendo que 5,5 mil, aproximadamente, estão no meio urbano, e dois mil no meio rural.

Quero, inclusive, parabenizar o prefeito Hugo Lembeck pela hospitalidade, pelo tratamento que nos deu com a estrutura da prefeitura, e também toda a população, que nos recebeu muito bem.

Inclusive, quero enfatizar que houve depoimentos de muitos secretários Regionais dizendo que a cidade de Salete, sede desta reunião de todo o colegiado do governo Luiz Henrique, e lá estava também o vice-governador Leonel Pavan, ofereceu a melhor estrutura de todas as reuniões realizadas até hoje.

Veja só, deputado Elizeu Mattos, uma cidade pequena, de 7,5 mil habitantes, tem um potencial que muitos de nós desconhecíamos. Lá eu tive a oportunidade de conhecer e visitar o Cattoni-tur Park Hotel, um hotel que poderia ser cinco estrelas, que tem um zoológico particular, talvez um dos maiores e melhores de Santa Catarina, um hotel com piscina, parques aquáticos e tantas outras comodidades, não é cinco estrelas porque não tem o julgamento da Embratur, mas com certeza o será.

Em Salete tivemos condições de acompanhar o governo do estado em reuniões que foram feitas em três locais diferentes, em dos auditórios, talvez o mais bonito de Santa Catarina é o do Hotel Cattoni.

Então, quero parabenizar o município de Salete, que com a sua economia diversificada, voltada para o setor madeireiro, metalúrgico, de confecções e a agricultura, que tem uma economia pujante, um povo que trabalha, nos atendeu e recebeu muito bem.

Eu gostaria também, ao usar este espaço, de retomar um assunto sobre o qual já falei aqui nesta tribuna há dez dias, que é a invasão da estação experimental da Epagri, no município de Caçador, pelos agricultores sem-terra, pelo MST. Eu sou engenheiro agrônomo e mais do que ninguém eu quero e luto para que o pequeno agricultor tenha a sua propriedade, tenha a sua área de terra, para que dela possa sobreviver com dignidade, para que não precise trabalhar na terra dos outros como empregado, como assalariado.

Agora, acredito que esses assentamentos, que a reforma agrária tem que ser feita com critérios técnicos, objetivos, buscando propriedades que não estão sendo utilizadas, propriedades ociosas. Essas sim podem ser usadas para a reforma agrária.

Mas veja o que está acontecendo: o Incra infelizmente tem tomado decisões que contrariam qualquer pensamento, qualquer atitude de bom senso, deputado José Natal. Invadiram a estação experimental de pesquisa, a melhor estação experimental entre todas as que a Epagri tem. Eu fui presidente da Epagri. Na minha cidade, em Ituporanga, temos uma estação experimental, e eles invadiram uma estação experimental com uma área de 1,6 mil hectares, sendo que desses, 680 são área de preservação florestal, deputado Onofre Santo Agostini, com uma área de somente 200 hectares agricultáveis.

Naquela estação, deputado Onofre Santo Agostini, hoje há pessoas estranhas, crianças, que estão prejudicando e quem sabe até exista risco para a saúde dessas crianças, porque existem áreas onde são armazenados defensivos agrícolas. Lá há, inclusive, um serpenteiro da UNC com cobras, que é um trabalho desenvolvido em parceria com a Epagri.

Aquela é a única estação que desenvolve um trabalho de pesquisa de araucária em Santa Catarina; tem uma tecnologia que desenvolve fruticultura de clima temperado, de alho e de diversas culturas.

Pelas informações que tenho, o Inbra manifestou-se favorável, e é nisso que vejo o maior absurdo. Eu recebi hoje a visita do diretor técnico da Epagri, dr. Edson Silva, que comunicava a sua preocupação com a empresa. Eu diria que há uma preocupação de todos os catarinenses com relação a esse fato, que realmente é uma lástima, é uma pena que esteja acontecendo aqui no nosso estado, com a Epagri, que tem desenvolvido um grande trabalho pela pesquisa catarinense.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não! Concedo um aparte ao deputado Onofre.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Deputado Rogério Mendonça, a Epagri de Caçador é da minha região, e conheço bem o trabalho extraordinário que eles fazem na pesquisa e na orientação. Eu acho um absurdo isso, é uma afronta às autoridades esses movimentos. Claro que temos que respeitar as pessoas que se dizem sem-terra, vamos respeitá-las, sim. Mas invadir um patrimônio público, invadir um setor importante de pesquisa em Santa Catarina?!

Recordo-me que o campo experimental da Epagri de Caçador foi que lançou as primeiras sementes do alho Chonan, que hoje é plantado no Brasil inteiro. É um absurdo! E mais triste ainda, deputado, se for verdadeira a afirmativa de que o Inbra é favorável, estamos chegando ao fim dos tempos. Ai vou fazer como o meu querido amigo deputado Jailson Lima e dizer: "Nós vamos ver boi avoar" É isso que está acontecendo.

Um órgão público como o Inbra jamais poderá apoiar invasão de terra de patrimônio público. No setor privado já é complicado, agora no patrimônio público traz um prejuízo enorme à sociedade catarinense, principalmente no campo da experiência. Sem dúvida nenhuma não podemos aceitar e v.exa. tem a minha solidariedade.

Farei contato com o secretário da Agricultura, vamos fazer um movimento, pois não podemos aceitar esse tipo de coisa, porque daqui a pouco eles vêm aqui invadir a Assembléia Legislativa e vamos ficar de braços cruzados.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É verdade, deputado Onofre Santo Agostini, a nossa preocupação é muito grande e também de toda a empresa, do presidente, de seus diretores e todos os funcionários, pela importância e pelo valor que tem a pesquisa agropecuária de Santa Catarina, responsável pelo nosso estado ser um dos maiores produtores de alho, de cebola, de fumo e de arroz, os maiores produtores de arroz do mundo estão aqui no nosso estado. A maçã, temos a de melhor qualidade; o vinho que hoje estamos produzindo na serra, enfim eu poderia ficar citando aqui o trabalho que desenvolve a Epagri na pesquisa, e que tem ajudado muito a agropecuária de Santa Catarina.

Gostaria também de fazer uma referência a questão do pedágio da BR-101, a essa mobilização que muitos deputados estão fazendo, e esta Casa, em parte, está-se mobilizando contra o pedágio da BR-101.

Lembro-me que no final do governo Paulo Afonso, e aí adentrando no governo Esperidão Amin, foi feita também a licitação para a melhoria e para o pedagiamento da BR-470. Na época a finalidade desse pedagiamento era a duplicação da BR-470.

Naquela oportunidade, muitos de nós aqui nesta Casa manifestamo-nos contra não ao pedágio, não à duplicação, mas porque os valores colocados estavam totalmente fora da realidade, inviabilizando, inclusive, a atividade do transporte naquela rodovia. Fizemos isso através de audiências públicas, e inclusive o presidente da Fetransc, na época, Pedro Lopes, esteve aqui conosco.

Então, naquela época nós nos posicionamos favoráveis, sim, à duplicação, favoráveis, sim, ao pedagiamento, desde que primeiro fosse feita a duplicação e após, o pedagiamento.

Agora, sem dúvida, o pedagiamento como se está querendo na BR-101 será numa realidade totalmente fora, não ficando evidente o objetivo de se conseguir um pedágio mais barato, inclusive não acatando uma das propostas da Fetransc, através do sr. Pedro Lopes, na qual ele diz que com toda a tecnologia disponível, hoje, não existe a proposta do pedágio eletrônico com base nos quilômetros rodados. Pelo que se vê, o que se pretende é beneficiar algumas empresas. Não se pretende um pedágio com um valor baixo simplesmente para poder dar a manutenção e fazer com que a rodovia continue a oferecer qualidade e segurança para quem dela se utiliza. O que se vê é o afã de beneficiar algumas empresas. Inclusive há várias ações entrando nas várias instâncias de Justiça, em toda região sul, pedindo a suspensão do leilão, exatamente em função das irregularidades que ele apresenta.

Portanto, quero colocar a minha posição: eu não sou contra o pedagiamento. Sou a favor do pedagiamento num valor justo e quando esse for feito para um objetivo claro: eu estou pagando o pedágio em função da duplicação. Agora, para a manutenção das rodovias, da maneira como está-se querendo, já existe a Cide e outros impostos que permitem a manutenção dessas rodovias.

Assim, acredito que a nossa BR-470 não tem outro caminho, a não ser o da privatização, mas com um pedagiamento justo e não explorando aquelas pessoas que se utilizam dessa rodovia.

Eu gostaria, também, aproveitando este horário do meu partido, de falar sobre um assunto que está em pauta, ou seja, a questão da fidelidade partidária, que está sendo hoje julgada pelo Superior Tribunal Eleitoral.

Acredito, deputado Onofre Santo Agostini, que o bom seria que a Justiça, através do Supremo Tribunal Federal, seguisse os passos do Tribunal Superior Eleitoral e que realmente se colocasse justiça nas questões partidárias. Eu não acho correto uma pessoa ser eleita por um partido e, após a eleição, utilizando os votos daquele partido, simplesmente trocar de sigla.

Eu pergunto a v.exas.: de quem é o mandato? Qual é o deputado, por exemplo, em Santa Catarina, que se elegeu sozinho, com votos suficientes para ter legenda para a sua eleição?

Até acho que a deputada Odete de Jesus, por exemplo, teve um motivo justo, porque estava em um partido que desapareceu. O PL desapareceu, foi criado um novo partido e ela não teve outro caminho. Creio que no caso dela, não havia outro caminho a tomar, e ela fez o mais correto. Mas há pessoas que se elegem por um partido, o partido empresta o nome e a estrutura partidária, e muitas vezes nem chegam a assumir aquele mandato e já abandonam, vão embora.

Eu acredito que se o Supremo Tribunal Eleitoral tomasse a decisão de realmente cassar o mandato desses deputados que trocaram... Como disse um deputado - e inclusive isso está na imprensa -, hoje os partidos políticos têm uma verdadeira prostituição, e que por isso mesmo deveria se moralizar essa situação. Acredito que, no Brasil, deveríamos proibir a coligação na proporcional, e que nas eleições para vereador, deputado estadual e deputado federal cada partido lançasse os seus candidatos sozinhos e não em coligação.

Eu não acredito - e está sendo julgado agora, talvez até já haja um resultado - que o Supremo tenha coragem de tomar uma decisão que seria, talvez, a que a sociedade brasileira esteja esperando.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Quero assinar embaixo do pronunciamento de v.exa.

Vim aqui para defender a deputada Odete de Jesus porque o dela é um caso diferente. O partido dela foi extinto. Ou ela iria para um partido ou para outro. Então, ela optou em ir para um determinado partido. Portanto, o caso da deputada Odete de Jesus é diferente daqueles que simplesmente trocam de partido por trocar.

Já houve deputado que num só dia trocou três vezes de partido! Quando estive há pouco tempo no Congresso Nacional, um amigo meu me chamou e disse: "Neste gabinete este deputado mudou de partido três vezes num dia"! Ai não é conflito ideológico, não é conflito de liderança! Daí há alguma coisa por trás! É claro que quando há um conflito de liderança ou ideológico, nós até compreendemos. Agora, se todo mundo muda para um lado só e, principalmente, no lado do governo, há alguma coisa cheirando mal.

Mas quero aqui fazer a defesa da prezada deputada Odete de Jesus, porque com ela foi diferente. Ela mudou de partido? Mudou! O partido dela foi extinto e ela teve que optar por outro. Tenho muito respeito e admiração pela deputada, porque é uma pessoa autêntica e correta!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - É verdade, deputado Onofre Santo Agostini. Da mesma forma, este deputado tem muito carinho e respeito pela deputada Odete de Jesus. Entre muitos que trocaram de partido, ela seria a única que teve um motivo justo.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Permito um aparte a v.exa., deputada Odete de Jesus, que haverá de falar com muita sabedoria e conhecimento sobre esse assunto.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Muito obrigada, deputado Rogério Mendonça.

Aproveitando o horário do meu partido, gostaria de dizer que estou muito tranquila. E como o deputado Onofre Santo Agostini salientou, a sigla foi extinta. O PL não existe mais, hoje existe o PR, Partido da República. Deputado, gostaria ainda de dizer que quando a pessoa não se adapta dentro de uma sigla, o recurso é procurar outro ninho. É ou não é? Foi o que fiz!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Nós deveríamos ter aprovado o voto de lista. Mas como não aconteceu, esperamos uma reforma partidária que todos têm medo de fazer. Sempre estão aguardando a próxima eleição. Mas é urgente que se faça uma reforma política que atenda...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dagomar Carneiro) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Onofre Santo Agostini, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Srs. deputados, sra. deputada, imprensa que faz a cobertura nesta Casa, TVAL e Rádio Alesc Digital, prezados amigos, vou me reportar ao pedágio! Alguém estranhou quando eu me posicionei favorável ao pedágio. Sou

favorável! Fui favorável no passado e sou favorável agora. E todos aqueles que têm a oportunidade de viajar para fora do país vêem a necessidade do pedágio. Por que, deputado, presidente? É claro que queremos um pedágio justo, e não a exploração, como ocorre lá no Rio Grande do Sul e São Paulo, onde o valor do pedágio é muito caro.

Deputado José Natal, entendo que não existe outra saída a não ser o pedágio justo. Por quê? O governo federal - e não estou aqui culpando o governo Lula - não cuida nem da saúde, nem da educação, nem da segurança, que são atribuições específicas constitucionais. Metem-se onde não devem e daí fazem as coisas malfeitas.

Faço uma advertência à sociedade catarinense que me honra neste momento com a sua atenção e aos srs. deputados: tivemos um caso aqui em Santa Catarina, deputado João Henrique Blasi, a SC-401. Vi movimentos aqui na Assembléia Legislativa e adesivos nos carros patrocinados por uma ex-deputada, hoje senadora da República. Pois bem, a Justiça condenou o estado de Santa Catarina a pagar R\$ 150 milhões porque duplicaram a SC-401.

Agora, srs. deputados, o que isso tem a ver com o agricultor do oeste, do meio-oeste de Santa Catarina? O que tem a ver com o produtor catarinense, que levanta cedo e trabalha até a noite, ficando com as mãos calejadas? Esses vão ajudar a pagar o pedágio, a pagar esses R\$ 150 milhões para verem argentinos, paraguaios, uruguaios, paulistas, paranaenses e gaúchos na SC-401! Vejam a grande injustiça que está na iminência de ser praticada contra o povo catarinense, principalmente o nosso produtor, porque fizeram o movimento contra o pedágio, mas realizaram a obra. A empresa, com todo o direito, tem que receber aquilo que investiu. E agora como é que fica?

Deputado José Natal, acho que pedágio justo está perfeitamente correto. Viajei por vários países do mundo, bem como v.exa., e todos eles são pedagiados. Como os alemães dizem, quem quer estrada romântica, não paga nada; agora quem quer mordomia, seis pistas, alta velocidade, estrada boa, duplicada, com assistência, vai ter que pagar pedágio, sim, porque o governo tem que cuidar da saúde, da educação e da segurança, e não de pedágio.

Por isso sou plenamente favorável ao pedágio justo. Repito aqui para que não haja distorção dos fatos: sou favorável ao pedágio justo, não como fazem no Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo. Pedágio justo é perfeitamente possível.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Quero dizer a v.exa. que não tive o privilégio de viajar por alguns países do mundo. O máximo que viajei foi até Foz do Iguaçu e não para buscar muamba, mas a passeio, para conhecer as cataratas. Foi lá que vi realmente algumas rodovias com pedágio e fiquei satisfeito com as estradas do Paraná.

Não tenho a minha opinião formada nesse sentido, como coloquei na tribuna, mas quero dizer que aquilo que v.exa. lembrou a respeito da SC-401 serve, sim, de reflexão para nós. Se o governo Lula já publicou um edital para o pedágio na BR-101, em Santa Catarina, é porque ele tem essa intenção, e com a maioria esmagadora que tem lá, vai conseguir com certeza. É o que acontece aqui. Quando temos a maioria, conseguimos aprovar as matérias do governo.

Agora, deve-se fazer o seguinte: um pedágio fora do perímetro urbano das cidades do conglomerado de Palhoça, Biguaçu, São José, Tijucas e Camboriú, porque um número muito grande de pessoas circulam por lá. É preciso tomar muito cuidado onde se vai fazer esse pedágio para que as pessoas que vivem o dia-a-dia da BR não tenham que pagar o pedágio ao se locomoverem, porque daí realmente eu acho um escândalo absurdo.

Mas, a respeito do protesto que estão fazendo neste momento lá em Palhoça, reitero a minha contrariedade que já manifestei aqui ontem, porque o direito de ir e vir deve ser preservado, e também tudo aquilo que v.exa. colocou ontem à tarde deste microfone.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Quero aqui fazer justiça: aqueles que têm o pensamento contrário à opinião deste deputado merecem respeito.

Gostei muito da atitude do deputado Décio Góes, porque disse que é contra o edital do dia 9, da forma como foi feito, porque cheira a irregularidade. Ele está perfeitamente correto. Quanto aos valores do pedágio, dos quais ele discorda, eu também discordo. S.Exa. tem toda a razão. Esse movimento contra o pedágio é um absurdo. E nós também comungamos com o pensamento do fórum contra o pedágio quanto à irregularidade, somente nesse sentido. Agora sou a favor do pedágio porque entendo que é a única solução que podemos ter.

E faço mais uma vez uma advertência a este Parlamento e à sociedade de Santa Catarina: quem vai pagar essa conta? A Justiça condenou o estado de Santa Catarina a pagar R\$ 150 milhões pelas obras da SC-401. Quem vai pagar? O agricultor, o pescador, o pobre? Aquele que realmente produz vai ter que ajudar a pagar essa conta, por teimosia e por demagogia de muitos que não estão mais aqui para defender o seu ponto de vista!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Jailson Lima, da cidade de Rio do Sul, no Alto Vale do Itajaí. E v.exa. tem que caprichar, porque os seus amigos de Rio do Sul ficaram aqui aguardando só para ouvir o seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Nobre presidente, deputado Peninha, parlamentares presentes, os amigos de Rio do Sul sabem o representante que têm. Tenho a grata satisfação de ter aqui na Casa, hoje, a presença do companheiro Chavinho, que foi o nosso segundo prefeito da cidade de Rio do Sul, um empresário entusiasta da nossa região; do Nilvo, outro empresário; do Jean de Liz, nosso suplente de vereador que foi presidente da Câmara Júnior. Esta Casa sente-se enobrecida em recebê-los, sem sombra de dúvida!

O debate nesta Casa, hoje, deputado Onofre Santo Agostini, sobre o pedágio torna-se importante porque nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, estamos muito tranquilos no que se refere à postura que estamos tendo neste momento. Somos contra o pedágio no estado de Santa Catarina. E o governo nacional é do PT. Cabe-nos questionar o edital nebuloso de licitação apresentado. Por isso pedimos, primeiramente, que seja anulado esse edital de licitação e apuradas as possíveis irregularidades ocorridas. Como parlamentar nesta Casa, cabe-nos defender clareza e transparência, seja o governo que for.

Temos a plena convicção de que o nosso governo, na escala maior, desconhece os procedimentos, porque como ex-prefeito nós sabemos que muitas questões burocráticas passam na mesa de trabalho de segundo, terceiro e quarto escalões. Porém, para nós o movimento que está sendo feito na BR-101, apoiado pela bancada parlamentar contra o pedágio, é lícito, correto e só não estou lá porque neste momento falo em nome do PT.

Por isso questionamos isso no país inteiro como sendo um fenômeno do neoliberalismo, da privatização dos setores estatais e setores prioritários, porque estrada é infra-estrutura e, principalmente, representa desenvolvimento. E como já se cobra o imposto no combustível, como aqui foi relatado pelo deputado Herneus de Nadal, o tributo já está acontecendo.

Mas, além disso, também quero ressaltar que na sexta-feira estará em Santa Catarina o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Está confirmada a sua presença no CIC para assinar o contrato, o convênio de incorporação do Besc ao Banco do Brasil, repassando aos cofres do estado R\$ 250 milhões.

Isso mostra nitidamente o compromisso do nosso governo em manter o Besc público, em manter a sua capilaridade em 100% dos municípios catarinenses. Nós sabemos, principalmente mostrando a realidade geográfica do nosso Alto Vale, deputado Peninha, que dos 293 municípios, pelo contingente de população, a maioria não teria bancos se não fosse o Besc, porque ele tem o seu movimento de acordo com a situação econômica. O Besc hoje é um banco que serve ao catarinense como seu símbolo de representação econômica. E isso mostra nitidamente o papel e o compromisso que o nosso governo tem com o estado de Santa Catarina, ao mesmo tempo também assinando a dívida do Ipsc, repassando mais de R\$ 270 milhões para o estado.

Diga-se de passagem, deputado Peninha, que isso é meio que uma salvação da lavoura para o final do ano, tendo em vista a situação do estado neste presente momento. E aqui mostramos claramente que a bancada do Partido dos Trabalhadores, em nenhum momento, posicionou-se contrário a isso; que a senadora Ideli Salvatti foi defensora no sentido de manter o Besc público e, principalmente, da co-participação do governo brasileiro com o desenvolvimento do estado catarinense.

Srs. deputados, também gostaria de ressaltar que na sexta-feira o nosso presidente estará em Santa Catarina assinando a Ordem de Serviço da BR-282, obra do PAC, que liga São Miguel a Paraíso, mostrando que o governo federal, no nosso estado, a exemplo da BR-101, que está sendo duplicada e da BR-470, com as suas melhorias, também está investindo numa obra prioritária.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Sr. deputado Jailson Lima, com relação ao Besc, quero atribuir a sua não-privatização ao trabalho que foi feito, pois até hoje isso não aconteceu, e v.exa. pode ter certeza - por causa do partido de v.exa., não tenho dúvida nenhuma. Na época eu era deputado e, juntamente com outros srs. deputados, marcamos uma audiência no Banco Central, onde foi muito discutido o assunto, e a guerreira deputada Ideli Salvatti lutou muito para que o Besc já não fosse privatizado naquela época.

Por isso, no aspecto Besc, v.exa. coloca com justiça o fato de ele não ter sido

privatizado graças à participação do seu partido, mas também da participação do governo de Santa Catarina que deseja que o Besc continue público e catarinense.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, deputado Onofre Santo Agostini.

Também há que se ressaltar que o presidente Lula estará supervisionando ou acompanhando, se não puder ir a Chapecó - e em princípio está prevista a sua ida a Foz de Chapecó - a usina hidrelétrica que está sendo feita neste momento, que tem em torno de 2.000 trabalhadores. Essas são obras de infraestrutura importantes para o desenvolvimento de Santa Catarina e do país, porque nós já vivemos o apagão da energia elétrica. Se o país está crescendo hoje, se tem essa perspectiva de desenvolvimento, é exatamente porque está havendo uma garantia e solidez para investimentos no Brasil, tendo em vista a sua perspectiva econômica.

Por isso, é com muita tranquilidade que nós, nesta tribuna, enalteçemos as virtudes do nosso governo, mostrando que na semana passada o volume de recursos investidos nas bolsas no Brasil, para investimentos, superaram os investimentos do BND. Isso é um fato inédito na história! Assim como o Risco Brasil reduz a cada dia que passa, havendo uma previsão de, possivelmente, no início do ano que vem, estarmos próximos de 100 pontos.

Portanto, o país vive uma nova era e isso é por termos um governo que conduz tranquilamente, como timoneiro, esta nação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o deputado Silvio Dreveck, por até oito minutos, ex-prefeito de São Bento do Sul.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Caro sr. presidente, demais deputados, sras. deputadas, gostaria de falar sobre o governo do estado de uma maneira simpática com relação aos nossos municípios. Mas devo dizer que a minha obrigação também é falar sobre as coisas que são determinadas aos secretários Regionais e não acontecem ou quando são determinadas ao contrário aos secretários Regionais. Quero também fazer menção às realizações do governo.

Mas, neste momento, trago aqui reivindicações dos nossos prefeitos que não são das melhores. E quando ouvimos aqui muitas vezes discursos apaixonados, idolatrados, fico me perguntando: será que é só na minha região que não acontecem as coisas, deputado Pedro Baldissera? Ou alguém está faltando com a verdade?

Srs. deputados, recebi uma manifestação do município de Três Barras, com um encaminhamento de vários pleitos. Segundo o prefeito, ele teria sido orientado que as reivindicações do município devem ser aprovadas pelo conselho de desenvolvimento regional que funcionam nas secretarias Regionais e que uma vez aprovadas, o governo do estado toma a iniciativa e realiza as obras. Mas não é isso que está acontecendo lá na nossa região!

Eu lamento dizer, deputado Antônio Aguiar, porque estamos reivindicando - e v.exa. tem feito um esforço muito grande - mas como deputado de Oposição talvez essas reivindicações, essas cobranças tenham vindo com mais veemência para a minha pessoa. E o prefeito de Três Barras me passou um relatório

com as seguintes colocações:

(Passa a ler.)

"No dia 4 de novembro de 2004, conforme Ata n. 015, foi aprovada pelo conselho de desenvolvimento regional a aquisição de um veículo para transportes de pacientes e a aquisição de aparelho radiológico para o posto de saúde.

Na Ata n. 021, do dia 5 de agosto de 2005, foi aprovada também a reforma da Casa da Criança São João Batista; duplicação da Avenida Rigesa (para o aeroporto); ciclovia interligando a SC-303 ao distrito São Cristóvão, que faz ligação com o município de Canoinhas; manutenção do Corpo de Bombeiros do município e construção de unidade sanitária.

Na Ata n. 026, de 03 de fevereiro de 2006, foi aprovada pelo conselho de desenvolvimento regional a aquisição de um microônibus para transporte de pacientes e para turismo religioso (Gruta Santa Emília).

Na Ata n. 027, de 03 de março de 2006, foi aprovada a construção da Casa dos Pequenos Empreendedores; pavimentação de ruas; construção do Centro Melhor Idade e Clube de Mães e para banda e fanfarra da E.E.B General Osório.

Na Ata n. 028, de 07 de abril de 2006, também foi aprovada a construção do pórtico de entrada da cidade e do centro poliesportivo;

Na Ata n. 035, de 06 de julho de 2007, foi aprovada a construção de um abrigo junto ao aeródromo; 6.000 m² de pista para pedestres na rodovia SC-303; duplicação da Avenida Rigesa, que voltou a ser aprovada; unidade sanitária na Vila Nova e financiamento via Badesc para pavimentação urbana na ordem de R\$ 3 milhões."

Conforme consta nas atas que li, todas aprovadas pelo conselho de desenvolvimento regional, mas nenhuma executada, isso representa nada menos que R\$ 8.873.000,00. E o que quero dizer com isso? Há uma insatisfação por parte das lideranças locais do prefeito, dos vereadores, das lideranças empresariais e comunitárias, porque se cria uma expectativa, deputado Antônio Aguiar, que não é boa para o prefeito, para os vereadores, para os deputados e nem para o governo.

Eu penso que uma vez aprovado no conselho regional tem que haver a perspectiva e a expectativa de um orçamento exequível! Senão poderemos de fato dizer que vai se fazer e não se faz. E dizer, ao mesmo tempo, que ainda poderá ser feito.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Pois não!

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Até concordo com v.exa. no seu relato, mas quero dizer que no governo Esperidião Amin não foi construída nenhuma obra. E o governo Luiz Henrique da Silveira fez os seguintes melhoramentos para a região: uma escola nova, aliás, a maior escola da região em Três Barras; verba para o hospital, para fazer uma sala de cirurgia nova; verba para o Corpo de Bombeiros, inclusive um carro no valor de mais de R\$ 100 mil; verba para a Associação da Irmã Olga, uma associação carente, que presta um grande serviço; verba aos conselhos municipais; verbas para as entidades públicas e para as APPs, enfim, o município de Três Barras foi o município que mais verbas recebeu deste governo.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

Mas quero dizer que o nosso governador Esperidião Amin não trabalhava com essas regionais e faz cinco anos que eu fui

governo do estado. E acho que se for aprovado no conselho regional e depois não for executado, aí fica essa expectativa de não se realizar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de representantes do PDT, os próximos cinco minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, sra. deputada e srs. deputados, amigos que nos acompanham, hoje tivemos quatro horas de audiência pública, sobre as entidades filantrópicas do estado de Santa Catarina.

Srs. deputados, foi uma audiência pública de muitas horas, creio que das mais longas que esta Casa já presidiu. E estávamos ali para ouvir o clamor daquelas entidades, que estavam esperando uma resposta da secretária Dalva, mas tivemos um final feliz.

Deputada Ana Paula Lima, v.exa. precisou ausentar-se por causa da reunião da Mesa, da qual faz parte, mas foi dada oportunidade para todas as entidades fazerem a sua manifestação. Esses convênios deveriam ser assinados novamente e estavam causando uma grande preocupação às entidades, afinal de contas, são entidades como abrigos, casalar, orfanatos, asilos e casas de passagem, que deveriam abrigar mulheres vítimas de maus tratos. E os representantes dessas entidades estavam preocupadíssimos, mas, como já falei, sempre tem uma solução. Só não existe solução para a morte! A morte quando chega não tem mais jeito. Então, deixamos para ouvir por último a secretária Dalva, que nos trouxe respostas.

O deputado José Natal ficou conosco e pôde acompanhar que até pedi cópia para a secretária Dalva, porque quero me empenhar em cima disso, e v.exa. tem uma cópia também! V.Exa. é um deputado atualizado! Inclusive a secretária salientou que esses repasses, deputada Ana Paula Lima, serão quitados em duas parcelas e o restante será quitado no início de 2008. Inclusive, eram 57 municípios, mas foi alterado para 94 municípios conveniados. Ela também salientou que pegou uma secretaria problemática. Também houve sugestões, e vou precisar da ajuda de todos os deputados para que venhamos a separar uma quantia, uma fatia, para dar assistência à secretaria de Ação Social.

Como o meu tempo está escasso, voltarei em outra oportunidade para complementar o meu pronunciamento.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado José Natal, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ NATAL - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, catarinenses que nos prestigiam nesta sessão, quero parabenizar a deputada Odete de Jesus que hoje, pela manhã, a partir de um determinado momento, conduziu a nossa audiência pública solicitada pelas entidades do estado de Santa Catarina, para

tratar dos recursos do governo do estado, que não foram repassados, como colocou a deputada que anteriormente ocupou esta tribuna, a diversas entidades de muitos municípios.

Estiveram conosco hoje pela manhã vereadores da cidade de Blumenau e muitas outras pessoas. E o presidente do Conselho das Entidades é do meu município, São José, município sobre o qual a deputada Ana Paula Lima já fez aqui um alerta, há vinte e poucos dias, sobre as dificuldades que as entidades vinham passando no tocante aos recursos. Todos nós sabemos que essas entidades são realmente um grande suporte aos administradores públicos estaduais, federais e municipais e que, sem a participação efetiva deles, com certeza absoluta, os governos não teriam condições de dar sustentação a todas essas atividades e problemas existentes nos estados e municípios.

Mas quero falar, já que não deu tempo para a deputada Odete de Jesus, que me antecedeu, aos catarinenses, que o valor dos convênios para 2007 nessas cidades estão orçados em R\$ 2.357.717,91. Em comparação ao exercício do ano de 2006 aumentou quase R\$ 417 mil, para este ano seguinte.

Deputada Odete de Jesus e srs. deputados catarinenses, presidentes das entidades que têm realmente um trabalho muito sério, acredito que a partir da manhã de hoje será dado um norte verdadeiramente de efetivação para a concretização do repasse desses recursos. E foi feita uma observação na audiência pública de hoje, pelo sr. Luiz Carlos Barcellos Junior, no sentido de que o governo repassa esse recurso para os municípios e os municípios homologam através de suas Câmaras de Vereadores para repassarem para as entidades. Mas existem determinados problemas, tanto os municípios têm problemas com as suas contas não prestadas quanto às próprias entidades, o que dificulta o repasse dos valores seguintes ou dos valores em dia.

Nobres pares, reitero que a secretária Dalva esclareceu que as pessoas não ficaram satisfeitas, porque não saíram, deputada Odete de Jesus, com o dinheiro no bolso, como se diz, porque se elas tivessem saído daqui com o recurso no bolso, teriam saído mais felizes. Mas se ela levar na ponta da linha aquilo que foi combinado hoje na audiência pública, teremos um norte na questão das entidades filantrópicas do estado de Santa Catarina, e com efetiva participação do governador e toda sua equipe de governo.

Quero, srs. deputados catarinenses, reportar-me, aqui, agora, à satisfação de que na manhã de hoje, na comissão de Finanças e Tributação desta Casa, da qual faço parte, tive aprovado dois projetos que estavam pendentes. O primeiro projeto que foi aprovado e que estava em apreciação é o n. 251/2007, que institui o Projeto Degrau. O projeto Degrau fica instituído no âmbito do estado de Santa Catarina para os grupos que dispõem sobre apresentações de artistas amadores do estado de Santa Catarina.

Os objetivos básicos desse projeto nada mais são do que estimular a criação da cultura em diversos níveis, estimular o intercâmbio das manifestações culturais das regiões do estado e divulgar os trabalhos dos artistas amadores. Esse projeto irá proporcionar a essas classes que nos eventos patrocinados pelo governo do estado ou governos municipais terão, após se inscreverem, a oportunidade de uma apresentação em torno de 30 minutos daquilo que pretendem - música, teatro, cultura e

tantas outras situações -, desde que não venham atrapalhar a peça principal a ser apresentada. Isso será regulamentado pelo governo do estado de Santa Catarina. E estou muito feliz por esse passo!

O outro foi um projeto que tive num determinado momento rejeitado na comissão da qual faço parte, e já dissertei sobre ele, aqui, desta tribuna. É o projeto que institui as faturas de energia elétrica, de telefonia e de água aos deficientes visuais, ao qual o Plenário desta Casa e a maioria dos deputados deram o respaldo para a sua reapresentação.

O relator dessa matéria que foi apresentada hoje na comissão foi o deputado Gelson Merísio, que acatou dentro daquilo que entendo na legalidade jurídica apresentada no projeto. Ele reanalisou a matéria, avalizou, e foi aprovado na comissão hoje pela manhã. Então, sinto-me um vencedor? Não! O vencedor é o Parlamento de Santa Catarina, são aquelas pessoas com deficiência visual, as quais poderão pegar as suas contas de água e telefone, volto a reiterar, e poder sentir todo esse tipo de serviço em valores consumidos.

Então, fica aqui o meu agradecimento aos srs. deputados que me deram a oportunidade da reapresentação e de hoje ele ser aprovado na comissão de Justiça nesta Casa.

Muito obrigado, srs. deputados.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0305/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Ilhota (regularização de ocupação).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0312/2007, de origem governamental, que autoriza a reversão de imóvel no município de São João Batista.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0323/2007, de origem governamental, que autoriza a doação de imóvel no município de Maravilha.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa, de autoria do sr. deputado Herneus de Nadal.

Em discussão e votação a emenda modificativa, que altera a redação do seu art. 2º.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Em discussão o projeto, sem prejuízo da emenda.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0419/2007, de origem governamental, que autoriza a concessão de uso de imóvel no município de Videira (promover desenvolvimento comunitário).

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0248/2007, de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Movimento Jovem Cidadão, do município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0399/2007, de autoria do sr. deputado João Henrique Blasi, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores de Ratores - Amora, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

EM discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0400/2007, de autoria do sr. deputado Julio Garcia, que declara de utilidade pública o Grupo Cultural CRU de Teatro e Boi-de-Mamão, de Jaguaruna.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0411/2007, de autoria do sr. deputado Jailson Lima, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Bairro Bela Vista, com sede e foro no município de Ituporanga.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0010/2007, de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que institui o Dia Estadual do Vereador.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0160/2007, de autoria do sr. deputado Jorginho Mello, que dispõe sobre a proibição da cobrança de taxa pela expedição de diplomas universitários por instituições de ensino superior de caráter privado, situadas no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Educação, Cultura e Desporto.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda substitutiva global.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0379/2007, de autoria do deputado Antônio Aguiar, que institui o Dia Estadual da Imigração Polonesa, no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Ao projeto foi apresentada emenda supressiva.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações n.s: 0615/2007, de autoria do

deputado Reno Caramori; 0616/2007, de autoria o deputado Silvio Dreveck, e 0617/2007, de autoria do deputado Kennedy Nunes, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação de Promoção e Educação Tubaronense - Aproet- pela realização da festa de confraternização da Semana do Idoso.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria do Conselho Regional dos Representantes Comerciais em Santa Catarina - Coresc, pela passagem do Dia do Representante Comercial.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Genésio Goulart, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao coordenador e à assistente social da Unisul, pela arrecadação de donativos na campanha Calouros Solidários.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras de Vereadores de Bandeirantes, Capão Alto, Cunhataí, Flor do Sertão, Princesa, Tigrinhos, Guaraciaba e Schroeder, pelo aniversário dos respectivos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Gelson Merisio, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretora-geral e ao diretor clínico do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, pelo aniversário da entidade.

A Presidência defere de plano.

Moção de autoria do deputado Reno Caramori, a ser enviada ao presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, solicitando buscar no governo federal isenção ou redução do IPI na aquisição de máquinas e equipamentos pelas prefeituras municipais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada ao ministro do Meio Ambiente e ao presidente do Ibama, solicitando maior publicidade e participação da sociedade catarinense no processo de implementação da unidade de conservação na Baía da Babitonga.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser encaminhado ao secretário da Fazenda, solicitando informações sobre a contratação da empresa Zetrassoft Ltda.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da Bancada do PP, a ser encaminhado ao presidente do Deinfra, solicitando informações sobre as obras efetuadas no trecho da rodovia SC-301, em Campo Alegre.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Kennedy Nunes, a ser encaminhado ao governador do estado, solicitando informações sobre a reforma do Colégio Rui Barbosa, de Joinville.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Está encerrada a Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, tivemos hoje uma tarde memorável, com a presença de dois conselheiros do Tribunal de Contas, Salomão Ribas Júnior e Gilson dos Santos, ex-deputados desta Casa, que prestigiaram o nosso Parlamento com sua presença. E s.exas. sabem que quando terminarem o mandato naquela Casa poderão voltar para cá, porque o Parlamento precisa de homens do quilate de s.exas.

Sr. presidente, também quero registrar com muita alegria a presença de dois vereadores de Sombrio, Nego Gomes, do PMDB, e Celsinho, do PDT, que neste momento prestigiam o Parlamento catarinense.

Gostaria de dizer que não pude votar as matérias da pauta da Ordem do Dia em primeiro turno, porque estávamos em uma paralisação muito bonita, em Palhoça. Então, sugiro que façamos outra sessão a seguir, para que possamos votar o segundo turno das matérias. E aí eu faria o que não pude fazer antes, ou seja, participar das votações. Portanto, reforço o pedido do deputado Herneus de Nadal, no sentido de que pudéssemos votar ainda hoje o segundo turno das matérias.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, gostaria de reforçar o convite que fez o deputado Manoel Mota aos conselheiros Gilson dos Santos e Salomão Ribas Júnior. Mas eu gostaria que não fosse por troca, porque o interesse daqui para lá não é nada pequeno.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para uma questão de ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, o deputado Manoel Mota encaminhou um requerimento, por solicitação do deputado Herneus de Nadal, que

precisou retirar-se, mas que tem interesse na agilização e na ultimação de uma matéria referente ao município de Maravilha. Então, a solicitação é no sentido de que houvesse, com a aquiescência dos srs. líderes, evidentemente, a possibilidade da votação da redação final desse projeto de lei que diz respeito a um imóvel na cidade de Maravilha.

Portanto, gostaria que v.exa. pudesse considerar o requerimento feito há pouco pelo deputado Manoel Mota, antes de iniciar a Explicação Pessoal, através da deputada Ana Paula Lima, a quem peço escusas pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a aquiescência dos srs. líderes, logo após o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima, poderemos encerrar esta sessão e abrir outra, para votar a redação final.

(As lideranças aquiescem.)

Assim procederemos.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, sras. deputadas, hoje realmente foi um dia de muito trabalho para diversos parlamentares desta Casa.

Nobres pares, quero registrar também que nas relações humanas a primeira impressão é a que vale. E tive o prazer de acompanhar hoje o Fórum Regional de implantação da Lei Maria da Penha, com vereadoras da cidade de Blumenau, com representantes das secretarias de Assistência Social das cidades de Indaial e vizinhança, com o Fórum Estadual de implantação da Lei Maria da Penha, a uma audiência com o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Pedro Manoel Abreu, que recebeu toda essa comitiva com muito carinho, muita atenção e muito respeito.

Srs. deputados, logo após essa audiência, o presidente do Tribunal de Justiça foi muito elogiado por todas as pessoas que recebeu. S.Exa. realmente atendeu muito bem todas as mulheres que foram lá clamar pela implantação do Juizado, na cidade de Blumenau, para a implementação da Lei Maria da Penha. E tenho certeza de que s.exa. não medirá esforços para que isso aconteça, para que, então, as nossas mulheres, as nossas crianças, os nossos jovens, os nossos idosos possam ter uma condição melhor de atendimento.

Srs. deputados, quero registrar desta tribuna o meu agradecimento ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, pela deferência às pessoas que lá estiveram na tarde de hoje.

Quero também me reportar à audiência pública que aconteceu, no dia de hoje, nesta Casa, no auditório Antonieta de Barros, mencionada aqui pela deputada Odete de Jesus, pelo deputado José Natal e por outros srs. deputados.

Nessa audiência, nós, juntamente com o presidente da comissão de Finanças desta Casa, deputado Jorginho Mello, ouvimos de entidades filantrópicas e da secretaria de Assistência Social de diversos municípios um pedido no sentido de um empenho maior do governo do estado para recursos para diversas ONGs. E registro o trabalho realizado por essas ONGs, por essas entidades

filantrópicas, no atendimento à nossa criança e ao nosso adolescente, às mulheres vítimas de violência, aos adolescentes infratores, aos nossos idosos, que não é de responsabilidade das ONGs. É uma responsabilidade, sim, do governo do estado.

Deputado Antônio Aguiar, essas entidades não podem trabalhar assim como os nossos hospitais, ou seja, sem dinheiro. E os convênios firmados pelo governo do estado infelizmente estão atrasados. Mas graças a Deus, antes de iniciarmos essa audiência pública, os abrigos receberam o atrasado do ano de 2006, exatamente no mês de setembro. E referente ao ano de 2007 ainda não receberam, sequer, uma parcela. Então, se já estamos no mês de outubro, faltando dois meses para acabar o ano, será que essas entidades só receberão os recursos do ano de 2007 no final do ano de 2008?

Eu gostaria que isso não acontecesse, porque essas crianças precisam comer, os idosos precisam de tratamento especial, e as mulheres que são espancadas a cada 15 minutos, no nosso país e no nosso estado, têm que ter um atendimento adequado.

Srs. deputados, a grande maioria dos serviços, ações, programas e projetos estão sendo desenvolvidos pela secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação somente com recursos do governo federal, do presidente Lula, do Ministério da Assistência Social. E onde está a contrapartida do estado? Os recursos do estado estão dirigidos, infelizmente, apenas para a sua manutenção. E é uma secretaria de extrema importância, porque faz a defesa da vida, a manutenção dos mais necessitados, dos excluídos da nossa sociedade, mas recebe verba apenas para a sua manutenção. Essa secretaria está sendo sucateada. Faltam funcionários, equipamentos, carros...

Com relações aos abrigos, que eu mencionava, somente no final de setembro é que foram acertados os convênios do ano passado.

Com relação aos recursos do Sine, provavelmente serão todos devolvidos por falta de contrapartida e atualização dos mesmos até a presente data.

O conselho Estadual da Criança e do Adolescente, presidente deputado Peninha, a parte que cabe à sociedade civil, todos foram exonerados, pediram demissão dos seus cargos, só permanece a parte governamental. Há um descaso com os conselhos estaduais, tanto da criança e do adolescente como os outros conselhos.

Assim o que temos, srs. deputados, é que o governo do estado está de costas para as políticas sociais. E prova disso é que temos uma secretaria que está sucateada e sem recursos, o que é um problema, e a sociedade hoje veio neste Parlamento fazer as suas reclamações.

Como exemplo disso deputado Elizeu Mattos, quero manifestar o seguinte: Os CIPs estão em situação lamentável. É só ir até o São Lucas para ver!

(Passa a ler.)

"As casas abrigos e asilares sem receber os recursos;

- R\$ 160 mil é o déficit habitacional do estado de Santa Catarina;

- 137 mil famílias são beneficiadas

com o programa do governo Federal que é o bolsa família;

- A cada 30 dias, senhores, morrem nove pessoas de fome no estado de Santa Catarina;

- Alto índice de violência doméstica, a cada 15 segundos uma mulher é espancada;

- O pior índice de saneamento básico do país, graças a Deus que com o PAC - Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal, está-se investindo no saneamento básico;

- São 700 mil idosos, na sua maioria carentes, sem políticas públicas."

E ainda não existe, não foi implantada uma lei, aprovada nesta Casa no nosso mandato e do ex-deputado Wilson Vieira, que determina a construção e manutenção das casas abrigos para mulheres vítimas de violência.

Eu digo isso, porque essa lei foi aprovada por unanimidade nesta Casa e sancionada pelo governador do estado, mas infelizmente não está sendo implantada. Eu faço um pedido a todos os deputados da base governista para dar uma atenção especial a essa secretaria que faz a defesa da vida, e que infelizmente está com uma série de problemas.

E trago dois exemplos aqui srs. deputados. Para mostrar como não estou mentindo, trago como exemplo o projeto de Capacitação de Conselheiros e Gestores de Assistência Social, para o qual o governo Federal deu R\$ 144 mil, deputado Pedro Uczai. O governo Lula mandou R\$ 144 mil, esse dinheiro ficou dois anos aqui e o governo do estado está devolvendo o recurso para o governo federal! Os R\$ 144 mil estão sendo devolvidos pela inoperância!

Outro exemplo, senhores: a cada 30 dias nove pessoas morrem de fome no estado de Santa Catarina. Foi elaborado um projeto por técnicos da secretaria, o Mutirão Barriga Verde Contra a Fome e a Miséria, o governo Federal enviou R\$ 400 mil! Não mandaram o projeto! E nós temos catarinenses morrendo de fome!

O governo Lula manda dinheiro para o governo do estado de Santa Catarina, e o governo devolve esse dinheiro! Como se nós tivéssemos capacidade de devolver! Hoje nós tivemos várias organizações não-governamentais pedindo dinheiro para comprar leite para as crianças dos abrigos, para a manutenção das casas asilares, para comprar alimentação para idosos, e o governo do estado devolvendo dinheiro para o governo Federal? Alguma coisa está errada!

Por isso, quando vier o PPA para cá, nós temos...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - A Presidência informa a presença neste plenário do secretário Regional de Ituporanga, professor Elias Souza, acompanhado do engenheiro civil Alexandre Schaeffer, gerente de infra-estrutura também da mesma cidade.

Esta Presidência, por acordo de lideranças, encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, para as 16h23min.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 033ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

As 16h23min, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Clésio Salvaro - Dagomar Carneiro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Herneus de Nadal - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Pedro Uczai - Professor Grando - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Explicação Pessoal

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) - Registra que a bancada do PP não foi comunicada sobre a continuidade das inscrições de Explicações Pessoais na sessão extra.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Fala da manifestação na BR-101 sobre o pedágio.

DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Registra a presença do secretário Regional de Lages, do presidente da Câmara Municipal de Correia Pinto, dos suplentes de vereadores Amarildo e Carlão e do jornalista Sérgio, do jornal *Nossa Terra*; coloca sua posição contra a implantação de pedágio em Santa Catarina; refere-se ao encontro do PMDB da serra catarinense.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR (aparte) - Comemora as novas filiações do PMDB.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (aparte) - Solicita que a bancada do PMDB cobre do ministro dos Transportes a questão das privatizações e dos pedágios no Brasil.

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Defende utilização de transporte ferroviário em Santa Catarina.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Concorda com o tema apresentado pelo deputado Antônio Aguiar referente à implantação de ferrovias no estado.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Defende manifestação contra pedágio.

DEPUTADO PEDRO UCZAI (aparte) - Parabeniza o deputado Sargento Amauri Soares pela participação no manifesto contra o pedágio em Santa Catarina.

DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Fala sobre a realização do 4º Fórum Nacional de Defesa Civil.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Comenta nota publicada no *Diário Catarinense* e denúncia do Ministério Público contra a secretaria de estado da Educação.

DEPUTADO RENO CARAMORI - Posiciona-se contra a paralisação da BR-101 e manifesta-se contra o pedágio.

DEPUTADO MANOEL MOTA - Critica a posição do deputado Reno Caramori.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES (aparte) - Afirma não existir pedágio inteligente ou justo no Brasil.

DEPUTADO RENO CARAMORI (pela ordem) - Afirma que não criticou quem optou pelo fechamento da BR-101, mas que seu posicionamento é contrário.

DEPUTADO MANOEL MOTA (pela ordem) - Afirma que foi o governo da Oposição de hoje quem enviou o projeto para criação de pedágio na BR-470.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Comunica a abertura da IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto Lei n. 0305/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0312/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0323/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0419/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0248/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0399/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0400/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0411/2007.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da matéria da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu estranhei, a sessão encerrou e voltou? Houve o horário de Explicação Pessoal, depois encerrou e voltou?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Exatamente. Por acordo de líderes, a sessão ordinária foi encerrada e foi convocada outra, extraordinária, para votação da redação final e continuidade do horário de Explicação Pessoal, seguindo a ordem de inscrições.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Só gostaria de registrar que a minha bancada não foi ouvida. Estávamos aqui, este deputado e o deputado Silvío Dreveck, e não fomos ouvidos. Não quero implicar, apenas registrar, caso contrário dará a impressão de que não estávamos atentos, porque houve o pronunciamento da deputada Ana Paula Lima no horário de Explicação Pessoal, a sessão foi encerrada e depois voltou. Temos que ficar atentos porque encerra a sessão e quando vemos está começando outra. Só queria fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Exatamente, deputado. Inclusive, a deputada Ana Paula Lima estava prestes a falar quando comuniquei que após o seu pronunciamento encerraríamos a sessão, convocaríamos outra, extraordinária, e após a Ordem do Dia teríamos a continuação do horário de Explicação Pessoal.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, grande número de parlamentares desta Casa acabou de retornar do trevo que dá acesso a Santo Amaro da Imperatriz, na BR-101, onde houve uma manifestação da sociedade catarinense, apoiada por esses parlamentares - e que sei que tem o apoio desta Casa e de todas as autoridades catarinenses, que quer e precisa do sistema de rodovias federais e estaduais, mas de livre e fácil acesso a todos.

Por isso fomos lá, em nome da sociedade, manifestar o nosso apoio contra a intenção do governo federal de instituir o pedágio em Santa Catarina, projeto esse cuja abertura das propostas estava marcada para o dia 9 de outubro, semana que vem. Porém ontem a Justiça Federal, atendendo pedido desta Casa, atendendo pedido encaminhado pela Fetranesc e atendendo o clamor da sociedade, prorrogou o prazo para a entrega das propostas, prazo esse que terminaria amanhã e essas propostas seriam abertas no dia 9. Foi, então, por uma liminar judicial, transferido esse dia limite para entregar as propostas. Isso significa que, certamente, não será mais no dia 9 que serão abertas as propostas, se é que serão abertas!

Espero, com esse movimento que fizemos com o apoio dos parlamentares do PSDB, meu partido, PMDB, PT, PP e demais partidos que compõem esta Casa, que levemos essa proposta ao presidente no dia 5, quando estará aqui em Santa Catarina assinando o convênio do acordo entre o Besc e Banco do Brasil.

Santa Catarina precisa de um sistema rodoviário bom, mas já pagamos a conservação dessas estradas através do IPVA, da Cide e também através de uma grande carga tributária. Perto de 40% de tudo aquilo que compramos já vêm com essa carga, e isso significa que será revertido em benefícios. Quais são estes benefícios? São os benefícios da Saúde, que, infelizmente, não temos; são

os benefícios da Educação, que nem sempre conseguimos percebê-los; são benefícios da Segurança, que não sabemos onde estão; são benefícios na Infra-Estrutura, que agora querem que paguemos novamente.

Então, a intenção desses parlamentares e daquelas pessoas que foram à BR-101 não foi perturbar os transeuntes e o tráfego daqueles que queriam chegar mais cedo ao seu destino, até porque nós paramos numa hora em que o tráfego era menor. E se alguém de fato se atrasou muito nessa meia hora, pôde compensar no trajeto adiante e chegar ao destino na hora prevista.

Portanto, a nossa intenção não era perturbar, e sim dizer, através de um sinal forte, um sinal de mais de cinco quilômetros de extensão, às autoridades federais do nosso estado e ao presidente da República que não queremos o pedágio, que Santa Catarina, que já é um dos primeiros estados em desenvolvimento, em produção de alimentos e em divisão, em pulverização e em capitalização da renda, não quer pedágio. Isso aconteceu porque a sociedade e as forças políticas de Santa Catarina se mobilizaram - cada um, na sua época, fez o que deveria ser feito. E agora também estamos fazendo a nossa parte. Estamos fazendo aquilo que nos foi delegado, tentando corresponder com a intenção da sociedade.

Nós, que queremos que o estado se desenvolva; nós, que queremos que as mercadorias trafeguem livremente, manifestamos esse apoio contra o pedagiamento, inicialmente instituído em quatro pontos da BR-101: na parte norte de Palhoça até a divisa com o Paraná, e mais três pedágios que serão, talvez, implantados na BR-116.

Mas não vai ficar por isso, não! Na porteira que passa o boi, passa a boiada! Se deixarmos implantarem esses primeiros pedágios, certamente de Florianópolis até a divisa com o Rio Grande do Sul caberão mais quatro ou cinco pedágios, cada um cobrando R\$ 5,00, R\$ 6,00 ou R\$ 7,00. Isso significar que, para atravessar o estado, vamos ter que pagar R\$ 40,00, R\$ 50,00 ou R\$ 70,00 só em pedágio, o que corresponderá a um valor parecido com aquilo que o seu carro vai gastar de combustível para atravessar o estado.

O caminhoneiro particular, aquele que tem um, dois ou três caminhões e presta serviços de transporte às grandes empresas, infelizmente é pressionado pelos baixos valores do transporte. E agora, sendo instituído esse pedágio, ele não vai conseguir colocá-lo sob o preço da carga. E as grandes empresas acham que conseguirão colocá-lo sob o preço da carga, mas ele vai aparecer lá na sua casa, na sua panela do feijão e arroz.

Cada um de nós, mesmos aqueles que não usarem a BR-101, também vai pagar! Todos vamos pagar, como pagamos outros tantos tributos, querendo ou não. Cito como exemplo a CPMF. Todos pagam de forma direta ou indireta. Alguns acham até que não pagam, mas, infelizmente, pagam, apesar de um montante extraordinário que arrecadamos, mais de R\$ 40 bilhões no caso da CPMF.

No caso da Cide, o governo arrecada mais de R\$ 50 bilhões. E para quê? Para arrumar as estradas. Quando cobravam o IPVA, já diziam que era para arrumar as estradas para os carros terem aonde andar. Não bastou! Daí criaram a Cide, alegando que seria para arrumar as estradas. Santa Catarina, do tempo em que foi instituída a Cide até agora, já cobrou R\$ 6 bilhões.

Vejo aqui o deputado Antônio Aguiar, um grande defensor do sistema ferroviário. Acredito que se colocarmos em prática a nossa intenção de instituir uma ferrovia que

atrasse o estado, como faz a BR-282, como a BR-470 fazia antigamente ou como ainda faz paralelamente à BR-280, e ainda uma norte-sul Oceânica, elas não dariam os R\$ 6 bilhões que já foram cobrados só de Santa Catarina! E para cá não voltaram R\$ 500 milhões para arrumar as estradas.

Então, senhores, a manifestação que fizemos foi contra o pedagiamento de uma estrada feita com dinheiro público - se tivesse sido feita com dinheiro privado, poderíamos ainda ter vergonha de estar lá. Portanto, estivemos lá, com muito orgulho, defendendo a intenção catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

O próximo orador inscrito é o deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos para a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, antes de iniciar a minha fala, quero registrar a presença do nosso secretário de estado de Desenvolvimento Regional de Lages, Osvaldo Uncini, que dias atrás realizou um grande evento, a força-tarefa do bairro de Guarujá, reunindo mais de 18 mil pessoas, ocasião em que aconteceram mais de 59 mil atendimentos.

Portanto, quero aqui cumprimentar o nosso secretário pela ação desenvolvida nessa força-tarefa na cidade de Lages.

Registro também a presença do presidente da Câmara Municipal de Correia Pinto; dos suplentes de vereadores Amarildo e Carlão; bem como do jornalista Sérgio, que faz a cobertura do jornal *Nossa Terra* lá da nossa serra catarinense, do município de Correia Pinto.

Aqui se falou hoje do pedágio, e quero iniciar a minha fala, srs. deputados, também fazendo algumas colocações sobre esse tema.

O pedágio é um investimento, deputado Dirceu Dresch, do governo numa rodovia para entregá-la pronta, bonita. E cobrar aquilo que não sabemos o que será cobrado, que não foi discutido, como se faz na Assembleia Legislativa, através de audiências com a presença da comunidade, é difícil aceitar.

Hoje estão aqui na Casa lideranças de Correia Pinto. Como citei antes, esse município é quase um bairro de Lages, pela proximidade. E fala-se hoje que entre Correia Pinto e Lages vai haver uma praça de pedágio, mas não sabemos o valor que será cobrado do povo. Não sabemos qual será a melhoria desse pedágio entre Correia Pinto e Lages, se vai haver terceira faixa, se será duplicada, pois já é uma rodovia bastante complicada, havendo um fluxo muito grande de veículos.

Quero aqui cumprimentar os parlamentares, inclusive a bancada do PT, por tomar uma posição, visto que é um projeto de governo federal do qual o PT, hoje, é o comandante maior, através do presidente Lula. Não está claro o que quer esse pedagiamento no estado de Santa Catarina.

Não queremos dizer aqui que somos totalmente contra o pedágio, mas temos que saber o que será cobrado, o que será arrecadado e quais serão as melhorias que vão ocorrer! O que está acontecendo é uma correria de empresas, deputado Antônio Aguiar, para pegar o edital. Estamos vendo simplesmente o monetário, o financeiro e a arrecadação, e ninguém discute melhorias, o que vai acontecer e aonde vai ficar.

Ficamos tristes lá na serra porque

entre Correia Pinto e Lages haverá uma praça de pedágio. Saindo de Lages e indo em direção ao Rio Grande do Sul haverá outra praça de pedágio. Vai dar em torno de 20 quilômetros de distância entre uma praça de pedágio e outra, dentro desse processo que está aí. Isso nos assusta bastante!

Cumprimento principalmente a bancada do PT aqui nesta Casa, que teve a hombridade e tomou uma posição clara. Isso será bom para esclarecermos esse pedagiamento que daqui a pouco cairá de pára-quadras aqui e depois nada mais poderemos fazer.

Em primeiro lugar, deputada Ana Paula Lima - e v.exa. é amiga do presidente Lula -, queríamos que o presidente nos escutasse com relação a alguns assuntos pertinentes ao nosso estado. Porque ninguém melhor do que nós para saber dos nossos assuntos. E assustam-nos quando não avisam o presidente Lula. E tenho certeza de que se for avisado, vai escutar primeiro o povo catarinense, antes que algum iluminado coloque lá mais uma loucura de um pedágio, sem saber o que vai acontecer. E cito, como exemplo, essa folia de campos de altitude. Está muito nebulosa essa questão e ninguém sabe o que poderá acontecer.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte ao deputado Antônio Aguiar, um grande líder do planalto norte do estado de Santa Catarina.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Gostaria de agradecer ao eminente deputado, líder de Lages, pela oportunidade do aparte. V.Exa. realmente trouxe hoje à tona o assunto do PMDB, das grandes filiações do nosso partido, juntamente com o presidente do PMDB, Eduardo Pinho Moreira.

Nós, do planalto norte, tivemos grandes filiações oriundas de Campo Alegre, São Bento do Sul, Mafra, Rio Negrinho, Papanduva, Monte Castelo, Santa Terezinha, Canoinhas, Três Barras, Bela Vista do Toldo, Irineópolis e Porto União. Enfim, em todos os municípios do planalto norte tivemos uma grande atuação.

Temos certeza de que o PMDB do planalto norte está bem representado também na cidade de Joinville, onde o nosso deputado Mauro Mariani fez o seu domicílio eleitoral e iniciou a construção de uma candidatura para a prefeitura de Joinville.

Muito obrigado, deputado Elizeu Mattos!

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Concedo um aparte a v.exa., mas quero ainda, deputado Dirceu Dresch, falar do grande encontro do PMDB que aconteceu também lá na cidade de Lages.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Deputado Elizeu Mattos, de fato esse tema do pedágio hoje está em grande parte unificando esta Casa.

Quero parabenizar alguns deputados que mantêm uma linha muito séria. O deputado Onofre Santo Agostini mantém uma linha séria e, inclusive, antes do governo Lula, ele já a mantinha. E na nossa bancada decidimos que vamos manter uma linha, como sempre foi a nossa luta.

Então, é uma questão de coerência. O que não podemos admitir é que deputados que antes eram favoráveis ao pedágio, que, inclusive, construíram as agências reguladoras, que são caixas-pretas neste nosso país desde a sua criação, agora tenham uma posição contrária ao pedágio.

Precisamos deixar claro que é preciso haver coerência na política para de fato defendermos um projeto. E somos contra a privatização, porque o nosso partido defende a sua história, e agora vai defender isso novamente no governo Lula. E esses dias já disse que é importante que a bancada do PMDB também cobre do ministro dos Transportes essa questão da privatização e dos pedágios no Brasil inteiro.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Agradeço o aparte do deputado Dirceu Dresch.

Quero aqui dizer que no último final de semana, no sábado, tivemos o grande encontro do PMDB da serra catarinense, reunindo as regiões de São Joaquim e de Lages. Eu tenho certeza ao afirmar que, dos últimos 15 anos, foi o maior encontro realizado pelo nosso partido na serra catarinense. Lá estavam Luiz Henrique, Eduardo Pinho Moreira e Neuto De Conto. E também conseguimos reunir a velha guarda do MDB da serra catarinense, como Dirceu Carneiro, Juarez Furtado, e o próprio Francisco Küster, que acabou voltando ao nosso partido.

Também houve filiações bastante importantes no nosso encontro. Cito a de Emilio Bilotto, proprietário da segunda maior empresa de transporte e logística deste país e que pela primeira vez se filiou a um partido político; a ex-vereadora Maria de Lurdes Reche de Ávila, que era do partido do deputado Joares Ponticelli e agora é do PMDB. E também vale ressaltar que mais de 13 presidentes de associações de bairros estiveram lá filiando-se ao nosso partido.

Nós não temos uma prefeitura na mão, não prometemos emprego para nenhum presidente de bairro. Tudo foi feito dentro de um processo de seriedade, e foi muito difícil que numa cidade como Lages se conseguisse mais de 13 presidentes de bairros filiando-se nessa grande festa do PMDB.

Compareceram nessa grande festa também o senador Raimundo Colombo, o deputado federal Fernando Coruja e o secretário Regional Osvaldo Uncini.

Por fim, gostaria de mostrar, rapidamente, algumas fotos desse grande encontro da democracia do PMDB, do nosso grande MDB - Movimento Democrático Brasileiro.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Deputado Sargento Amauri Soares, muitos falam que o PMDB faz parte da história do Brasil. Eu vou mais longe: a história do Brasil passa pelo MDB, um grande partido. Nós precisamos, sim, ter uma doutrina clara, e estamos criando-a para unificar o grande PMDB por todo o Brasil!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Antônio Aguiar, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente, deputado Rogério Mendonça, que neste momento ocupa a Presidência da Assembleia Legislativa, srs. deputados e sras. deputadas, é importante, hoje, falarmos sobre transporte. Nós temos problemas de transporte rodoviário para a entrada na Ilha de Santa Catarina, para deslocamento dentro de várias cidades. Tudo isso porque não temos um planejamento de transporte.

Quando eu falo em transporte, refiro-me ao transporte não só rodoviário, mas, especialmente, ao transporte ferroviário, que é a alternativa do futuro. Nós não cumprimos o nosso papel no passado e temos, sim, que ativar as nossas ferrovias.

Eu, como filho de ferroviário, sem

dúvida nenhuma não podia deixar esse importante tema de lado. Nós temos que nos dedicar às ferrovias, e o povo catarinense já conta com duas ferrovias que foram desativadas. Uma delas é a malha ferroviária da América Latina Logística, numa extensão de 1.300 quilômetros. Ela sai do porto de São Francisco do Sul e vai para as cidades de Joinville, Jaraguá do Sul, Mafra, Canoinhas, Porto União, Caçador, Joaçaba e atravessa o estado de Santa Catarina chegando a Piratuba, na divisa do estado do Rio Grande do Sul.

Essa ferrovia é, sem dúvida nenhuma, histórica porque representa a região do Contestado e foi nela que aconteceram sangrentas batalhas durante a guerra. Além do fator histórico, nós temos o fator comercial e para implantar ferrovias, precisa haver um motivo comercial. Nesse caso, o motivo é o transporte de cereais, de madeira, de grãos, enfim, de produtos manufaturados pela indústria que serão deslocados para o porto de São Francisco do Sul. Mas para isso temos que ter como transportar esses produtos. E o empresário Hildo Battistella, de Rio Negrinho, apresentou-nos uma palestra bonita, deputado Rogério Mendonça, em Rio do Sul, com uma bela explanação sobre rodovias congestionadas e sobre soluções para as ferrovias no estado de Santa Catarina.

A América Latina Logística - ALL - tem a concessão dessa importante ferrovia que vai do porto de São Francisco do Sul até Piratuba. E quando o assunto é identificar a ferrovia mais importante no momento, deputado Reno Caramori, as opiniões divergem entre os técnicos e empresários. Alguns chegam a demonstrar interesse na mudança dos traçados. Nós temos, sim, um traçado de uma ferrovia de Itajaí a Agrolândia, mas sabemos também da importância dessa ferrovia que sai de São Francisco do Sul, atravessa o planalto norte, passa por Caçador, chega a Piratuba e pode ser emendada até o norte da Argentina, pois hoje se sabe que o norte da Argentina está sendo um celeiro de grãos de grande importância para que a própria Argentina transporte os seus cereais e os exporte através do porto de São Francisco do Sul. E o que significa isso? Significa a viabilidade econômica da região em função da revitalização desse importante meio de transporte.

Acho importante esse trecho de Porto União, Mafra e São Francisco do Sul, que é, sem dúvida nenhuma, a nossa prioridade porque é uma rodovia histórica. E a ALL já fez esse orçamento, em torno de R\$ 448 milhões, uma média de R\$ 1,89 milhão por quilômetro.

Ainda falando do nosso empresário Hildo Battistella, que realiza investimentos em um terminal portuário privado em Itapoá, no litoral norte, ele defende que a prioridade deve ser a definição do traçado para a ferrovia litorânea, pois a situação das rodovias está crítica pelo grande volume de caminhões que trafegam na BR-101 e na BR-470.

Para manter a estrutura da ferrovia são necessários recursos e quanto mais alongar a possibilidade de estender o trecho, maior volume de cargas a malha vai receber. É fundamental uma ligação com as linhas argentinas para que possamos exportar para os países vizinhos via trem, segundo Battistella. Foi criado há cerca de dez dias o fórum para avaliar a viabilidade de novas linhas ferroviárias no estado de Santa Catarina, ocasião em que também foram apresentadas as técnicas.

Quero reportar-me ainda à ferrovia quilômetro, numa extensão de 500 quilômetros, que foi muito bem explicada em artigo do *Diário Catarinense*, do dia 1º de

outubro, segunda-feira, através de uma excelente reportagem que mostra as possibilidades de a nossa malha ferroviária desenvolver-se. Para isso nós temos que pedir, sim, ao governo federal o aporte de recursos. Claro que o governo federal tem que fazer a sua parte.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Ex.a me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Pois não, concedo um aparte ao nobre deputado do PT, Pedro Uczai, que representa o governo federal.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Antônio Aguiar, fico feliz de ouvir dessa tribuna a defesa da infra-estrutura estratégica para o futuro do país e a ferrovia é uma delas.

Há 15 anos defendo a ferrovia da integração, que hoje estamos chamando de leste/oeste. Por um lado Juscelino Kubitschek implantou a modernização das rodovias no país, mas, lamentavelmente, elas foram sucateadas e abandonadas pelos governos posteriores. E nossa integração com a América Latina, principalmente com a América do Sul, resultará numa resposta ambiental, social, econômica e cultural.

Então, eu sou favorável à implantação desse projeto e da luta para que o governo federal o inclua no PPA. E na audiência pública que haverá nesta Casa, segunda-feira, apresentaremos ao deputado federal Cláudio Vignatti, que é o relator do PPA, um projeto estratégico da ferrovia a ser implementado nos próximos quatro anos pelo governo federal. É muito importante que sejamos contemplados no PPA - e até hoje ainda não estamos incluídos - e que seja implantada em Santa Catarina essa ferrovia leste/oeste, que seja modernizada a ferrovia de São Paulo ao Rio Grande, para nos ligar e integrar-nos aos outros estados, para que possamos ligar-nos à Argentina e ao Chile. Aí, sim, poderemos pensar o desenvolvimento em outra perspectiva.

Parabéns, deputado, essa luta deve ser coletiva como é a luta do pedagogo.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Estamos vendo acontecer uma coisa muito bonita aqui na Assembleia Legislativa, pois assuntos estratégicos do nosso estado estão sendo encampados pelos deputados, independentemente da cor partidária. Isso faz com que você, catarinense, que nos assiste, veja no deputado o instrumento de resgate desse transporte estratégico que é o transporte ferroviário e ajude a pressionar o governo federal a incluí-lo no PPA, a fim de que ele seja implementado em nosso estado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Inscrito para falar o sr. deputado Valmir Comin, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, inscrito o deputado Sargento Amauri Soares, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, servidores deste Poder Legislativo, assim como boa parte daqueles que se manifestaram desta tribuna, na tarde de hoje, também vou falar da questão dos transportes, pois estive parlamentar, juntamente com outros sete deputados estaduais da nossa Assembleia, no começo da tarde de hoje às margens da BR-101, no município de Palhoça, no trevo que dá acesso

a Santo Amaro da Imperatriz, justamente ali naquele ponto em que o trânsito afunila, porque a parte sul da BR ainda não foi duplicada, para fazer um protesto contra o pedágio.

A parte norte já foi duplicada na década passada, como todos sabemos, com recursos públicos, assim como, srs. deputados e demais pessoas que nos acompanham, o trecho sul da BR-101, que vai do município de Palhoça até Passos de Torres, em Santa Catarina, ou, no Rio Grande do Sul, até a cidade de Osório, está sendo duplicado com dinheiro público.

Se a iniciativa privada é tão competente e tem tanta boa vontade de resolver os problemas do transporte brasileiro, por que ela não assumiu há dez anos ou há cinco anos a duplicação do trecho sul da BR-101? Quantas vidas deixaram de ser salvas pela demora na duplicação da BR-101? Mas a iniciativa privada não foi lá duplicar para depois cobrar pedágio, assim como os sucessivos governos demoraram esse tempo todo para começar o processo de duplicação, que deve demorar ainda mais dois anos.

Os governos cobraram impostos dos cidadãos e dos vários impostos que já existem, historicamente, há um imposto muito particular, criado há seis anos para fortalecer o aporte de recursos públicos para as rodovias federais e para o sistema de transporte em geral, que é a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico, a chamada Cide.

A Cide foi criada em dezembro de 2001 com a finalidade de aportar recursos públicos arrecadados de todas as pessoas que usam o transporte ou que consomem produtos transportados em nosso país. Não só os motoristas, mas todos os brasileiros pagam a Cide, porque ela incide sobre o preço das mercadorias que vamos comprar no supermercado, inclusive os da cesta básica. Não há como negar o fato de que todos os brasileiros pagam a Cide.

E para quem está nos ouvindo, queremos dizer que sobre um litro de gasolina, R\$ 0,28 são da Cide; de um tanque de gasolina de um carro popular, R\$ 14,00 mais ou menos são retirados para pagar a Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, a Cide. Daria para colocar mais cinco litros de gasolina em cada tanque de um carro popular. Então, estamos pagando esse imposto a partir de 2001. Não é um imposto que já existia, foi criado em 2001, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, para fortalecer o aporte de recursos para as estradas no sistema de transporte.

Srs. deputados, até hoje foram arrecadados R\$ 43,3 bilhões da Cide. Essa é uma estimativa do grupo contas abertas, estudo do Tribunal de Contas da União. Uma auditoria concluída em 2005 diz que 41% da arrecadação dessa contribuição é desviada para aumentar o superávit primário, é desviada, inclusive, para passagens, para compra de imóveis e para diárias. E aí o governo quer criar mais um imposto? É preciso parabenizar todos os deputados e todas as forças populares que se colocam contra mais esse novo imposto que se pretende instituir em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Concedo um aparte a v.exa., que estava conosco naquele ato em defesa da sociedade catarinense.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Não vamos fazer demagogia e nem proselitismo, temos um patrimônio histórico, que é o Partido dos Trabalhadores e vamos manifestar-nos

contra o pedágio não só porque existe a Cide, mas porque somos contra a privatização das rodovias deste país. Lá fora sempre nos manifestamos contra e vamos continuar com esse patrimônio político do nosso partido.

Em segundo lugar, podemos dizer que o presidente Lula está investindo muito em infra-estrutura, como na duplicação da BR-101. Podemos parabenizá-lo por isso. Mas, por outro lado, vamos entregar o documento à frente parlamentar dos movimentos sociais, pedindo que o presidente Lula, através do seu governo e do ministério dos Transportes, recue dessa decisão de privatizar as rodovias no país e, de modo especial, que aqui em Santa Catarina não seja implantado o pedágio.

Parabéns pela sua participação nesse movimento e parabéns a todos que têm sensibilidade com o desenvolvimento do nosso estado sem pedágio. Temos que ser território livre de pedágio. Ainda não existe pedágio neste trecho da BR-101, mas continua a praça. Temos que fazer um movimento para que aquela praça deixe de existir, até porque lá houve acidente com morte. Temos que acabar com aquela praça e dizer que Santa Catarina é livre de pedágio nas rodovias federais e estaduais. Vamos para esta luta que ela é meritória e tem o princípio da defesa do nosso povo.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Agradeço o seu aparte e parabéns pela sua luta e pela posição do PT. V.Exa., como presidente desse partido, está de parabéns pela condução do PT em participar do movimento junto com a sociedade.

Srs. deputados, faço questão de citar os nomes dos deputados que participaram deste movimento: Sargento Amauri Soares, Serafim Venzon, Manoel Mota, Décio Góes, Dirceu Dresch, Professor Grandó, Pedro Uczai e Kennedy Nunes. Cito também algumas entidades que lá estavam para dizer que este não é um movimento de meia dúzia e sim da sociedade catarinense. É preciso que todos saibam que a maioria da população é contra. E estavam presentes representantes comerciais, representantes do Fórum Popular Nacional contra o Pedágio, sindicatos de São José, a Federação das Associações de Moradores de Santa Catarina, a Aprasc, o MST, o Sindasp, o Sintespe, o Movimento dos Usuários de Rodovias do Brasil, o Sindicato dos Trabalhadores de Transporte Urbano de Florianópolis, o Sintrafesc, a CUT, a Coordenação Nacional de Lutas, a Consulta Popular, o Sindicato dos Correios e várias outras entidades, pessoas e personalidades.

É preciso registrar para que não se coloque em dúvida a legitimidade da manifestação da sociedade que mais de 90% dos motoristas buzinaaram, agradeceram aos deputados estaduais por estarem com eles manifestando esta posição contra os pedágios em Santa Catarina.

Esta luta vai continuar na semana que vem com uma reunião.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - O próximo inscrito é o sr. deputado Professor Grandó, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente e srs. deputados, ao assumirmos o mandato colocamos claramente que iríamos atuar no saneamento, nas obras enterradas, sim, pois cada real investido em saneamento significa uma economia de R\$ 5,00 em saúde, significa qualidade de vida; envidariamos, pois, todos os nossos esforços na questão ambiental. E sempre que pudermos vamos divulgar, intervir e ajudar nas questões

relativas ao meio ambiente.

Estar-se-ão realizando entre os dias 8, 9 e 10 de outubro, em Jaraguá do Sul, o 4º Fórum Nacional de Defesa Civil, com o tema "Mudanças Climáticas: Causas e Efeitos, o 2º Encontro Estadual de Defesa Civil e o 3º Encontro Municipal de Defesa Civil.

(Passa a ler.)

"O objetivo do Fórum é discutir assuntos relacionados às Mudanças Climáticas no Brasil, as causas dessas mudanças e seus efeitos, visando à construção coletiva do conhecimento de riscos e desastres.

O evento propiciará aos estudantes e profissionais da área a oportunidade de divulgar o resultado de trabalhos e estudos de temas relacionados à Defesa Civil e possibilitará que todas as pessoas tenham acesso irrestrito ao conhecimento produzido, o que contribuirá para o aprimoramento do Sistema Nacional de Defesa Civil.

O Fórum será, ainda, um instrumento para estimular o diálogo e ampliar a cooperação entre os diferentes estados, divulgando ao final dos trabalhos a 'Carta de Jaraguá', documento com resumo das atividades e com diretrizes de ação.

PÚBLICO-ALVO: Estima-se reunir cerca de 600 participantes no evento. As inscrições não terão custo; porém, o evento estará movimentando a economia da cidade de Jaraguá do Sul na data. São eles:

- . Agentes de Defesa Civil de todo o país;
- . Técnicos de órgãos de proteção ao meio ambiente;
- . Profissionais das administrações federal, estaduais e municipais;
- . Cipats - Comissões de Prevenção de Acidentes de Trabalho;
- . Representantes de Universidades;
- . Estudantes de áreas afins;
- . Administradores;
- . Bombeiros;
- . Polícia Militar."[sic]

Então, quero felicitar os organizadores desse encontro, porque é uma realidade que a cada dia está-se vivendo de forma coletiva. Aliás, em Santa Catarina, deputado Reno Caramori, já tivemos momentos de enchentes aqui no litoral e, ao mesmo tempo, a seca no oeste. Então, tivemos calamidade pública declarada por enchente e por seca, devido às mudanças climáticas que ocorreram, com suas características em cada bacia hidrográfica.

Realmente, a Defesa Civil está-se modernizando, discutindo e trabalhando para melhor intervir em benefício do povo. E aqui nem falo da primeira ocorrência que tivemos com conhecimento, que foi o furacão Catarina, quando a Defesa Civil de Santa Catarina também se fez presente, pela primeira vez, em um fenômeno de alto poder destrutivo. É preciso preparar-se para esses fenômenos e não ficar discutindo a questão do município e do estado, de quem interveio ou se o fez de forma coerente ou correta.

Então, parabéns à Defesa Civil, pois é dessa forma que se busca uma melhor qualidade de vida. E quero dizer que essas discussões são de responsabilidade, sim, da Defesa Civil. E esse 4º Fórum Nacional, com certeza, em nível nacional, será um grande encontro.

Além da luta do saneamento e do meio ambiente, também temos que fazer por opção a luta das crianças e dos idosos. Uma sociedade que não é organizada suficientemente para amparar os seus idosos e dar um futuro às suas crianças é uma sociedade fadada ao fracasso no futuro. E este mês de outubro é o mês do idoso. Inclusive, o

nosso deputado federal Fernando Coruja fez o Estatuto do Idoso. Este também é o mês das crianças, é o mês do professor, da educação, e é através da educação que realmente se consegue os objetivos pelos quais tanto lutamos. E a luta das crianças e dos idosos nos levou a tomar cada vez mais consciência.

Nobres colegas, trabalhei na Guiné-Bissau, pelo PNUD, Programa das Nações Unidas de Desenvolvimento, onde o grande líder Amílcar Cabral, durante toda a sua luta, dizia: "As crianças são as flores da nossa luta e a razão principal do nosso combate na luta de libertação, como ex-colônia portuguesa, contra o domínio português, para tentar construir uma nova sociedade". Da mesma forma, temos a responsabilidade de fazê-las ser as flores da nossa luta e a razão principal do nosso trabalho.

Hoje, pela manhã, tivemos uma audiência pública, e eu gostaria de encaminhar alguns pontos ao governo do estado e pedir o apoio aos deputados que lá não puderam estar presentes, mas que com certeza irão apoiá-los.

Precisamos colocar mais recursos no Fundo Estadual de Assistência Social; não é o Fundo Social, é o Fundo Estadual de Assistência Social. Por quê? Porque existe a Lei Orgânica da Assistente Social e o Fundo Municipal de Assistência Social em cada município. Então, como se passa de fundo para fundo esses recursos, tem que haver um contingenciamento. E o que é isso? Estamos aprendendo, por exemplo, que as obras do PAC têm contingenciamento, e os recursos dessas obras não podem ser transferidos, os recursos têm que ser canalizados para aquelas obras.

Então, o Fundo Estadual de Assistência Social que faça o contingenciamento de fundo para fundo para ajudar cada município, as entidades, os fundos que existem em cada município, para atender as crianças e os idosos.

Precisamos colocar em dia os compromissos do governo que estão em atraso e que o Orçamento para 2008, o PPA, seja discutido, até dezembro, com uma audiência pública. Por quê? Porque hoje vi o quanto é necessário que nos atualizemos. O governo do estado colocou R\$ 2,4 milhões para ajudar a assistência social. Mas isso é o que gasta a prefeitura de Itajaí! É o que gasta, aproximadamente, a prefeitura de Indaial! Não pode o estado alocar recursos no mesmo volume de apenas um município!

Então, precisamos melhorar isso. Precisamos dar uma força à secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação, para que realmente possam desenvolver políticas públicas de assistência. É isso que o Brasil precisa.

Queremos que cada ente federado, em nível de município, estado e governo federal, possa atuar conjuntamente, não se sobrepondo, em parceria, criando uma política pública de assistência social. E também estamos nessa luta, procurando aqui transmitir a nossa solidariedade, o nosso apoio, para que essa luta continue.

Para finalizar, sr. presidente, nesses poucos segundos que me restam, quero registrar que estive lá e pude presenciar um ato de tranquilidade, de paz, de sabedoria, de apoio, eis que o nosso papel é ir para junto da população, estar solidário. E isso não é querer comandar nem liderar, pois o nosso papel fundamental é aqui dentro, trabalhando nesta Casa, como estamos hoje. Mas estivemos lá para dizer que os parlamentares também se preocupam com a questão social, com o que significa o pedágio, eis que uma vez instalado

será para o resto da vida, não haverá ninguém mais que o tire.

Nobres colegas, não é só a questão da Cide, do IPVA, dos altos impostos que estão embutidos nos produtos, mais de 40%, que nos preocupam. A questão é que as estradas federais foram feitas com o dinheiro público. Até foram pagos juros para isso. Portanto, não é justo agora que essas rodovias sejam dadas a empresas que vão ganhar dinheiro, ficar ricas, sem dar a devida retribuição...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, líder do PMDB.

(Pausa)

Na ausência do deputado Manoel Mota, inscrito, na sequência, o deputado Joares Ponticelli, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham através da TV Assembleia e da Rádio AleSC Digital, deputados Silvio Dreveck e Reno Caramori, uma notícia veiculada na coluna *Informe Político*, do jornalista Roberto Azevedo, no dia de hoje, com uma frase de sua excelência, o governador do estado, mostra, comprova que o governo realmente se transformou numa nau à deriva ou num barco sem timoneiro. Há gente demais batendo cabeça e ninguém comanda.

"Perdi a viagem, então?" Esta frase é do governador Luiz Henrique da Silveira ao saber do ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, que a falta de um estudo de viabilidade técnica e econômica não entregue pela secretaria estadual de Infra-Estrutura impede a liberação de recursos para a obra dos aeroportos de Jaguaruna e Correia Pinto.

Deputado Reno Caramori, o que fizemos aqui, naquela audiência pública, na última segunda-feira, então? Na segunda-feira, srs. deputados, catarinenses, tivemos nesta Assembleia Legislativa uma audiência pública com a presença de lideranças políticas, empresariais, do sul do estado e da região serrana, da qual participaram os deputados Décio Góes, Genésio Goulart, este deputado e o deputado Reno Caramori, que a presiduiu, o deputado federal Edinho Bez, a senadora Ideli Salvatti e o secretário Mauro Mariani, além do dr. Nazareno, que é procurador da República no município de Lages, entre outras autoridades, deputado Professor Grando, para tratar da continuidade das obras dos aeroportos de Jaguaruna e Correia Pinto, que estão com a primeira etapa da pista concluída, mas a segunda etapa não sai do papel.

O governo está prometendo, no caso do Aeroporto Regional Sul, em Jaguaruna, há quase um ano, que vai lançar o edital, e na segunda-feira ficamos sabendo que o projeto não está concluído ainda. E o secretário Mauro Mariani prometeu concluir o projeto até o final do mês para, na sequência, lançar o edital para a contratação da segunda etapa.

A pista, segundo algumas notícias, já está virando pista de racha de motociclistas e de descanso do gado, pois o entorno se transformou numa pastagem, e o gado vai descansar na pista.

Aquela obra é vital para o desenvolvimento do sul do estado, assim como a obra do Aeroporto Regional Serrano, de Correia Pinto, é vital para a região serrana, especialmente num momento como esse de crise aérea sem precedentes. É preciso que realmente haja esse investimento.

E aí, deputado Silvio Dreveck, ler essa notícia de que o governador saiu daqui e foi a Brasília conversar com o ministro de estado dos Transportes, chegou lá e descobriu que o seu governo, que os seus subalternos não encaminharam o estudo de viabilidade técnica e econômica?!

Deputado Manoel Mota, quem está dizendo é o jornal, não sou eu. Está no jornal *Diário Catarinense*, que, tenho certeza, é um veículo de credibilidade, e o jornalista Roberto Azevedo também é um jornalista de credibilidade. E não venha aqui, depois, fazer aquela gritaria e beatificar o governador Luiz Henrique da Silveira de novo, como v.exa. faz, aquele santo, aquele homem de bem. Não venha aqui o beatificar e dizer que o deputado Joares Ponticelli só vem aqui criticar.

Quem está dizendo isso é a imprensa. Estou aqui apenas repercutindo. E as comunidades do sul do estado e da região serrana clamam e esperam por essa obra há muito tempo, iniciada no governo Esperidião Amin e Fernando Henrique Cardoso. É uma obra com 70% de recursos federais e 30% estaduais.

Esperidião Amin e Fernando Henrique Cardoso iniciaram. O governador Luiz Henrique e o presidente Lula deram continuidade, terminaram a primeira etapa e têm os seus méritos também. Mas a segunda etapa tem sido só discurso até aqui. Nada aconteceu de verdade. E agora o coitado do governador foi a Brasília e chegando lá descobriu que não mandaram o projeto. Aí ele disse: "Perdi a viagem, então?"

Esse homem podia ter ficado aqui trabalhando. Mas fez essa viagem cansativa, foi a Brasília e descobriu que os seus subalternos não mandaram o projeto. Não sei, deputado Reno Caramori, se dessa forma vamos ter o lançamento do edital no mês que vem, conforme foi prometido. Vamos rezar para São Tomé e para a beata Albertina Berkenbrock, que, graças a Deus, será beatificada no próximo dia 20, pelo cardeal Saraiva. E tenho que cuidar para o deputado Manoel Mota não chegar perto dele, senão vai pedir para beatificar o governador Luiz Henrique da Silveira também, transformando-se na primeira beatificação de pessoa viva, por aquilo que ele discursa aqui diariamente.

Outro assunto que me preocupa muito é a denúncia feita hoje à Coordenadoria da Moralidade Administrativa do Ministério Público de Santa Catarina. Essa denúncia foi protocolada hoje contra a secretaria de estado da Educação. Essa denúncia é de um cidadão catarinense contra a secretaria da Educação, por conta de uma publicação de inelegibilidade de licitação de uma compra de laboratório por nada menos que R\$ 7,5 milhões, deputado professor Grando.

Foram R\$ 7,5 milhões por um equipamento que, se é o mesmo comprado no governo Paulo Afonso, é imprestável. Lembra, deputado Reno Caramori, daqueles laboratórios móveis que foram comprados no governo Paulo Afonso, que resultaram numa ação judicial com condenações, porque só venderam a casca? Não havia conteúdo, não havia as pipetas, não havia os equipamentos dentro. Pelo que está na dispensa de licitação, é a mesma coisa. São R\$ 7,5 milhões sem licitação, com dispensa de licitação! Isso não cheira a coisa boa. E não é o deputado Joares Ponticelli quem está trazendo. É uma denúncia protocolada por um cidadão catarinense. E recebemos cópia provando que não há sustentação legal para a dispensa de licitação de uma compra de R\$ 7,5 milhões.

Deputado Sargento Amauri Soares, só em Tubarão temos cinco escolas

interditadas, há mais de três anos em obras intermináveis: Escola Noé Abati, no bairro Andrino; Escola Lino Pessoa, no bairro Monte Castelo; Escola Fábio Silva, no bairro Fábio Silva; Escola Santo Anjo da Guarda, no bairro Guarda Margem Esquerda, e Escola Célia Coelho Cruz, no bairro São João, cujos alunos vieram aqui na semana passada protestar, porque estão há mais de um ano e meio num salão de baile, sem a mínima condição decente de aprender. E o estado está gastando R\$ 7,5 milhões, sem licitação, para comprar um equipamento que, se é o mesmo que o ex-governador Paulo Afonso comprou, está até hoje sem utilidade e já rendeu condenações.

Esse assunto vai voltar à pauta amanhã, porque a denúncia que recebemos é grave. Vamos buscar informações e buscar, inclusive, todo o processo para saber por que razão houve dispensa de licitação em uma compra tão grande.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente e srs. deputados, desde o dia de ontem estamos preocupados e ficamos assim até há pouco, pois, segundo informações, felizmente a paralisação da BR-101, que era para ser de uma hora, foi reduzida para meia hora. Quem entende um pouco de trânsito de veículos sabe que para desaceleração, paralisada por meia hora, mais a aceleração na evacuação do trânsito, dá um total de mais de uma hora e meia.

Felizmente foi pacífico, mas eu repito, deputado Manoel Mota, o que afirmei ontem, que nesses meus 16 anos de mandato jamais fiz qualquer gesto que pudesse coibir o direito do cidadão de ir e vir. É muito fácil explicar, não é porque, como se comentou, o deputado tem os ônibus da empresa da qual ele faz parte, tem os caminhões. Em absoluto! Esses não me preocupam, pois o motorista do ônibus está tranqüilo, tem horário para sair, mas não tem horário para chegar, vai de acordo com o desenvolvimento do tráfego na rodovia. Quanto aos caminhões, nós não transportamos carga perecível e muito menos carga viva.

O que nos preocupa é a conjuntura de todo o sistema de transporte das rodovias catarinenses e brasileiras. São ambulâncias com doentes que exigem urgência para o atendimento; é a criança que está com fome e que tem que chegar num local para ser alimentada; é a carga perecível que tem que chegar num determinado tempo, para que possa ser manuseada, descarregada e ir para a câmara fria ou para o Ceasa; é a carga viva que tem um período determinado de viagem e que não pode transitar no período noturno. Enfim, são os problemas que o trânsito enfrenta em situações graves com uma paralisação de uma hora, de meia hora, de uma hora e meia, de duas horas, em que alguém vai pagar o preço.

Por outro lado, talvez ninguém mais do que eu nesta Casa seja contra o pedágio, até porque no governo do então governador Paulo Afonso fui relator de um projeto que cobraria pedágio na rodovia que une Brusque à BR-101, nas imediações de Balneário Camboriú. Foram várias audiências públicas que fizemos de Curitiba até Navegantes, mostrando o estrago que o pedágio faria ao nosso caminhoneiro, principalmente o autônomo, aquele que não tem como repassar o custo para a despesa, porque ele tem um

frete mínimo. Esse caminhoneiro, na época, pagaria, de Curitiba até Navegantes, R\$ 96,00, enquanto o seu gasto em óleo diesel era de R\$ 140,00. Nós votamos contra e entramos na Justiça contra aquele contrato, para que não acontecesse o pedagiamento das rodovias em Santa Catarina, daquela forma. Felizmente a Justiça assim o fez, cancelou aquele contrato.

Várias e diversas vezes mobilizamos, não paralisando as rodovias, mas de outra maneira, junto aos órgãos competentes, para que o estado de Santa Catarina não fosse pedagiado. Há alguns anos, não lembro se dois ou três anos, quando aqui esteve, numa reunião da Fetransesc, o secretário-geral do ministério dos Transportes, se não me engano, o dr. Valente, nós mostramos a ele a situação das rodovias catarinenses e dissemos que não admitiríamos a cobrança de pedágio porque as obras estavam sendo recuperadas com o dinheiro do povo; entregariam as obras prontas para se beneficiarem pela cobrança do pedágio e pela manutenção, após totalmente recuperada, para explorar.

Nós não concordamos, deputado Silvio Dreveck, em absoluto, e vamos lutar para que, se realmente houver cobrança de pedágio, por uma força maior, que seja um pedágio inteligente, que seja aqui adotado o pedágio eletrônico, através do qual o usuário paga de acordo com a quilometragem, como temos em alguns países do primeiro mundo. Paga-se pelo que se usa, aí eu até concordo. Nós vamos pagar de acordo com o uso da rodovia, desde que modernamente se implante um programa de recuperação das rodovias por essas empresas que deverão cobrar o pedágio. E que pare o governo de investir nessas rodovias para não haver a duplicidade de aplicação de recursos, em que apenas a iniciativa privada leva vantagem.

Vamos contrariar sempre, deputado Manoel Mota, aquilo que é injusto. O que se paga na BR-116, de Vacaria até Porto Alegre, é um verdadeiro absurdo, deputado Sargento Amauri Soares, é um absurdo!

Então, penso que é importante a manutenção das rodovias. Se for a solução o pedagiamento, voltamos aqui a frisar, deputado Dirceu Dresch, que seja num processo eletrônico inteligente, que o usuário pague de acordo como usar a rodovia. Até aí é coerente. Quero aqui frisar: por favor, srs. deputados, não me convidem para paralisar tráfego, para fechar rodovias nem de brincadeira!

Eu vi, na minha terra, quando, num movimento da agricultura, fechamos uma rodovia; um senhor que estava sendo conduzido para o hospital, acometido de um enfarto, morreu no trânsito porque foi feita fila dupla. A ambulância, presidente deputado Peninha, não tinha como desviar, e aquele senhor veio a falecer. Isso até poderia acontecer, mas que ele tivesse a oportunidade de ser socorrido em tempo.

Então, aquilo serviu de exemplo para muita gente. É perigoso, é temerário! Nós podemos ser responsabilizados por um ato, talvez, até precipitado. Felizmente não houve problema nenhum. Segundo as informações do deputado Sargento Amauri Soares, foi tudo bem. Que bom! Mas poderia ter ocorrido algo errado, e este Parlamento seria penalizado, porque a imprensa divulgou que os deputados fechariam a BR-101 em protesto pelo governo estar lançando um edital, com a abertura no dia 9, para a cobrança de pedágio.

Já temos uma empresa que entrou com uma ação, entrou com um mandato de segurança, e já tem liminar para a sustação do edital.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, venho a esta tribuna por duas razões: uma refere-se a algumas denúncias infundadas que aqui foram feitas, e outra refere-se àqueles que têm compromisso com a sociedade, que a defendem e não querem ver tirar o dinheiro do povo. Esses, com certeza, manifestaram-se a favor do não-pedágio em Santa Catarina. Agora, se o deputado Reno Caramori faz parte de uma empresa milionária, que pode pagar pedágio, ele não pode considerar um todo, pois nem todos são milionários, nem todos são ricos e milionários.

Então, é importante que saibamos que quando aqui vierem alguns projetos para ajudar a sociedade, que sejam vistos, porque há empresas milionárias que podem pagar pedágio. Assim, aquelas que podem pagar pedágio, têm que pagar! Agora, não é o normal da sociedade, pois a maioria não pode pagar pedágio.

E ontem o líder da bancada do PP, no seu programa de televisão, fez uma enquete com a população sobre a paralisação da BR-101 e o pedágio. Nessa enquete, para cada voto contra a paralisação, havia três, quatro votos a favor. Por isso ele participou do movimento, porque a sociedade que o elegeu disse: vá ajudar. A sociedade não agüenta mais pagar tributos! E nós pagamos um imposto chamado Cide, cada um que abastece o seu carro, meu caro presidente, paga esse imposto, que é destinado à construção e manutenção das rodovias. O pedágio é bitributação!

Respeito as pessoas que não querem participar, que não querem mobilizar. Agora, não podem vir aqui fazer crítica àqueles que têm compromisso com a sociedade e que vão mobilizar, que vão trabalhar.

Santa Catarina não tem pedágio, mas deveria ter, porque na BR-470 é onde mais trafegam os veículos da empresa do deputado Reno Caramori! Na questão da BR-470, que eu defendi nesta Casa, foram pessoas no meu gabinete para me comprar! Mas não há dinheiro neste Brasil para comprar o voto do deputado Manoel Mota. Eu vim para este plenário obstruir a votação. Retiraram o projeto, não houve a votação e não houve a privatização da BR-470, porque seria o fim dos empresários do frango, que teriam que pagar o pedágio e ainda competir no mercado internacional, o que não está fácil. Nós lutamos, mobilizamos e não houve, não houve.

Agora não é só a BR-101, mas também a BR-116 e outras rodovias federais em Santa Catarina. Então, não é fácil! A população não agüenta mais! E não é só o usuário, o motorista de automóvel, o motorista de caminhão que vai pagar. Não é não! É a população, porque o valor do pedágio vai ser repassado no frete, na passagem de ônibus e quem vai pagar será a população. A população de Santa Catarina é quem vai pagar!

Por isso quero agradecer o seu voto, deputado Peninha, porque ontem v.exa. votou defendendo a população de Santa Catarina, que paga o preço de tudo, porque tudo aumenta. Não aumenta apenas para o empresário, aumenta para o trabalhador, para o assalariado, que tem que pagar a passagem de ônibus, que tem que pagar o frete, que tem que pagar a alimentação, que tem que pagar tudo. E é assim que se faz.

Por isso quero continuar lutando e trabalhando. Temos que respeitar aqueles que não querem fazer, mas eles também têm que respeitar os que querem fazer o movimento para ajudar a população de Santa Catarina. Temos que respeitar a imprensa, que também não concorda, mas é bom que faça uma pesquisa para saber qual é a opinião da população de Santa Catarina. Se a população se manifestar negativamente, rendo-me aqui, podem triturar-me. Agora, se a sociedade manifestar-se contra o pedágio, é preciso respeitar aqueles que lutam, porque tenho certeza de que vai lá para o vermelho quem não quer pedágio em Santa Catarina.

Então, é uma luta sem limite, a luta daqueles que lutam para não tirarem o dinheiro da população de Santa Catarina. E é com essa luta que defendi a SC-401, defendi a BR-470 e estou defendendo do pedágio o resto das rodovias de Santa Catarina. Fui contra e serei contra, porque o povo não pode, não atura, não aguenta mais pagar, ser tributado, tirarem o dinheiro do seu bolso.

Eu estive no Rio Grande do Sul e aonde trafegava havia pedágio; se deixava uma estrada para ir para outra, havia pedágio. E aquele povo que mora lá como é que aguenta? E dei um recado para um governador que é do meu partido, que disse, antes de assumir, que acabaria com o pedágio naquele estado. E mandei uma mensagem para uma TV que estava fazendo a cobertura, dizendo que está na hora de o governador honrar o compromisso que ele tem com a sociedade, porque ele disse, antes de assumir, que se ganhasse iria acabar com o pedágio no estado.

O povo não aguenta mais ter os seus recursos arrancados. Existe um levantamento da Federação de Transporte de Cargas, elaborado pelo grande empresário e grande presidente, Pedro Lopes, de que será feito um investimento de R\$ 200 mil ao ano em manutenção, ao passo que o faturamento será de R\$ 1,6 milhões. E o edital está apenas suspenso. Ele não foi cancelado! A liminar só o está adiando. E por isso temos que nos preparar, pois chega de sacarem dinheiro da sociedade.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

Também defendo a manifestação e a posição das pessoas, inclusive as que são favoráveis ao pedágio e as que acham que não deve ser feita manifestação que possa prejudicar outras pessoas. Mas avalio que na nossa vida, no nosso cotidiano, a nossa omissão também pode ter resultado que leve à morte de alguém.

Essa questão sempre me preocupa muito, deputado Reno Caramori. Nessas manifestações fico preocupado com essa questão, mas infelizmente temos que estar do lado da maioria, temos que ter essa posição, e nisso é que me manifesto.

A imprensa noticiou negativamente, ou pode noticiar negativamente. De todos os carros que pararam, talvez 5% tenham discordado e talvez esses falem nos nossos meios de comunicação. Mas houve setores da imprensa que disseram que deputado trabalha dois dias e meio por semana, e v.exa. sabe que isso não corresponde à verdade.

Se contarmos só o horário que nós estamos aqui no plenário, esse aqui é o horário mais tranquilo, nós estamos aqui ouvindo os outros falando, "parlando". A dificuldade de ser deputado é daquela porta

para fora, principalmente, e aí não temos nem final de semana, os senhores sabem muito bem disso.

Com relação a ter pedágio inteligente ou justo, no Brasil nós não temos nenhum desses ainda, até agora pedágio é para sugar. O dia em que me mostrarem um que seja justo, eu vou analisar para ver se mudo de opinião.

Muito obrigado, deputado Manoel Mota.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero agradecer o seu aparte e dizer que estávamos defendendo o direito de ir e vir, porque estávamos defendendo todos os usuários que estavam lá: os usuários de automóvel, de caminhão, de ônibus, todos os usuários.

Mas quero dizer que o deputado Joares Ponticelli veio aqui denunciar que o governo dele começou o aeroporto de Imbituba. Eu teria vergonha, no lugar do deputado Joares Ponticelli, de falar que o governo dele começou aquela obra. Eu teria vergonha, porque quem fez a obra chama-se Luiz Henrique da Silveira. Está lá uma das maiores pistas do sul do país prontinha e agora está na segunda etapa. Então, não corresponde à verdade a denúncia.

Quanto à educação, aos R\$ 7 milhões, ao edital feito sem a participação de outras empresas, ele precisava primeiro ver. Essa é uma das empresas que constrói esse tipo de laboratório e que vende para todo o Brasil. É a única dessa marca que vende para todo o Brasil, e nós temos a honra de dizer que ela é eminentemente, genuinamente catarinense.

Então, não vai dar tempo de falar sobre esse assunto, mas amanhã eu venho com dados para mostrar os discursos levianos, fracos, daqueles que só querem acusar e não apresentam nada para ajudar Santa Catarina e nem a sociedade.

Por isso estamos aqui, para poder corrigir e defender um governo que trabalha e que vem honrando o povo catarinense, que é o governo de Luiz Henrique da Silveira.

Muito obrigado, sr. presidente!
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, só para restabelecer a verdade neste plenário, gostaria de dizer que em momento algum critiquei quem optou pelo fechamento da BR-101. Só fiz uma observação e cumprimei pelo não-acontecimento de algo desfavorável.

Fui muito franco em dizer que no seu governo, deputado Manoel Mota, fui contra, como relator, uma proposta do então governador Paulo Afonso de pedaggiar toda Santa Catarina. Fui e sempre serei contra a cobrança de pedágio em Santa Catarina! O nosso governo Esperidião Amin foi quem entrou na Justiça e conseguiu anular uma proposta estrondosa que deixaria alguns milionários, em que a BR-470 só receberia a duplicação em 24 anos e eles começariam a cobrança de pedágio imediatamente.

Então, deputado Manoel Mota, em momento algum condenei quem foi para a pista. Apenas pedi que não me convidassem para cercar o direito de ir e vir de quem quer que seja. O direito de transitar não poder ser, em momento algum, em sua consciência e de boa vontade, paralisado.

Tenho certeza de que 90% de quem parou não sabia por quê. Alguns pensavam

que era acidente, outros que era algum outro problema, mas ninguém soube que era por causa do pedágio.

Quero deixar aqui bem caracterizado, deputado Manoel Mota, que jamais serei contra o pedágio por causa da minha empresa. Muito pelo contrário! A minha empresa é rica somente de bom atendimento, porque lá o pessoal atende bem a população. E v.exa. sabe muito bem, deputado Manoel Mota, que o repasse dos custos operacionais é computado para a confecção da tarifa.

Então, não é a empresa rica que quer pagar pedágio, em absoluto. Ninguém quer pagar pedágio, e nós também não queremos. Mas reafirmo que se for um pedágio inteligente e se não houver outro jeito, eu até admito.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Manoel Mota, apenas por um minuto. Faça isso por uma questão regimental e respeitando o acordo de lideranças.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Gostaria de restabelecer a verdade. O sr. deputado Reno Caramori disse que foi Esperidião Amin quem retirou um projeto e que por isso não ocorreu o pedágio. Pelo contrário, o seu governo foi que mandou o projeto para esta Casa, e fomos nós que o derrubamos, senão a população de Santa Catarina estava pagando a BR-470! V.Exa. sabe que foi o seu governo que mandou para esta Casa esse projeto. Pode olhar nos anais desta Casa e ver quem mandou! Nós derrubamos esse projeto e hoje não existe pedágio na BR-470!

Gostaria de restabelecer a verdade e dizer ao nobre deputado que não impedimos o direito de ir e vir, e sim que nós o defendemos.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até nove minutos, porque o horário regimental acabará às 18h.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, não poderia deixar de vir aqui, hoje, para falar também um pouco desse assunto tão comentado nesta Casa, principalmente do nosso papel, já que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem o presidente da República que está num governo de coalizão de vários partidos. Inclusive o PMDB do deputado Manoel Mota está no ministério dos Transportes.

Tenho já dito que a política do presidente Lula, o debate, principalmente, do segundo turno, foi o eixo central, deputado Reno Caramori, para não privatizar as políticas estratégicas do nosso país. Já sofremos demais pela entrega do patrimônio público, pela entrega do patrimônio das BRs, como é o caso do Rio Grande do Sul, Paraná e outros estados. E a sociedade, especialmente a de baixa renda, vem sofrendo muito quando quer passear de carro num final de semana e visitar os seus parentes. O custo do pedágio chega a ser maior do que o gasto com o combustível.

Então, eu, pessoalmente, sempre fui contra o processo de privatização. Lutei a minha vida toda contra isso porque a privatização, o desmonte da política pública do estado, prejudica mais as pessoas de baixa renda, deputado Sargento Amauri Soares, os trabalhadores que não têm condições de pagar um plano de saúde, um plano de Previdência, e precisam da presença do estado.

Por isso é fundamental não privatizarmos as nossas BRs. E temos que

reconhecer que Santa Catarina tinha uma luta importante, histórica, de vários governos que passaram e pela ação do nosso partido na luta contra a privatização das BRs.

Infelizmente, como o deputado Onofre Santo Agostini levantou aqui, temos visto uma concentração de capital extraordinário pelas empresas que não investem o necessário nessas BRs.

Assim, não poderíamos deixar de nos posicionar, de estar nessa luta, de participar do ato de hoje. Eu, pessoalmente, como dirigente sindical, já tive que fazer isso muitas vezes. Talvez em muitos casos não houvesse outra saída para chamar a atenção da necessidade de haver políticas agrícolas, crédito para os agricultores, de o estado funcionar, de fazer mobilizações na frente de empresas públicas, bancos públicos e assim por diante. Então, através dessas mobilizações, conseguimos dialogar com a sociedade. Eu vi que enquanto o pessoal entregava o panfleto, de fato os motoristas entendiam a importância dessa luta que estava acontecendo naquele momento.

Mas quero aproveitar o restante do meu tempo para dizer que amanhã teremos, em Brasília, a abertura da IV Feira Nacional de Agricultura Familiar e Reforma Agrária, um evento importantíssimo que vem acontecendo no Brasil nesses últimos anos, coordenado principalmente pelo ministério do Desenvolvimento Agrário, que mostra um conjunto de experiências que a agricultura familiar e os assentamentos estão construindo, trazendo grandes experiências que poderão transformar-se em experiências

alternativas de renda, de desenvolvimento nos nossos municípios no meio rural brasileiro.

Temos 41 expositores de Santa Catarina, dentre eles grupos de agricultores, pequenas agroindústrias familiares, enfim, um conjunto de experiências nas mais diversas áreas da economia ligada ao meio rural que vai estar nessa feira. Por exemplo, só em Santa Catarina deve haver em torno de 130 produtos diferenciados apresentados nessa feira. São centenas de experiências do Brasil todo que vão estar lá, sendo que acontecerão também debates sobre diversos temas durante o evento, o que será, com certeza, importante.

Santa Catarina, principalmente o oeste catarinense, está-se preparando também para participar da II Expoflor, nos dias 16, 17 e 18 de novembro, em Formosa do Sul, onde vamos ter a primeira amostra de tecnologias adaptadas à cadeia produtiva do leite em Santa Catarina. Portanto, tecnologias voltadas às pequenas propriedades para os agricultores familiares, tanto na área produtiva de armazenamento de leite, como também na área de agregação de valor na produção leiteira de Santa Catarina, industrialização do leite, uma das grandes alternativas de renda para as pequenas propriedades. E principalmente o oeste catarinense precisa de exposições como essas para mostrar a condição e a capacidade da nossa agricultura familiar em desenvolver os nossos municípios, as pequenas propriedades.

Deputado Sargento Amauri Soares, precisamos primar por essa expectativa. O que nos assusta é que já há grandes multinacionais, sr. presidente, entrando aqui e

criando dentro da cadeia produtiva a chamada integração de ponta, a verticalização da produção, fazendo com que as empresas dominem tudo na cadeia produtiva, como ocorre no caso da suinocultura e da avicultura em muitas propriedades.

Então, isso nos deixa muito preocupados porque o agricultor familiar perde a sua história, o seu meio de vida, a sua relação com a propriedade, o seu gerenciamento, e outros de fora, como grandes grupos de multinacionais, acabam dominando o agricultor, como estão dominando já em outras cadeias produtivas. Infelizmente, cada vez o agricultor se torna um escravo maior do trabalho, não tendo mais final de semana, não tendo mais condição de visitar o vizinho, de sentar com a família, de ir assistir a um joguinho de futebol, porque ele vira um escravo da sua propriedade. Portanto, não podemos deixar que isso aconteça.

Essa feira do leite é um dos eventos que Santa Catarina vem construindo e que mostra que é possível construirmos uma agricultura familiar diferente em nosso estado e nas pequenas propriedades rurais.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Rogério Mendonça) - Não havendo mais tempo regimental, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

AVISOS DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 23 de outubro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 032/2007, destinado a **AQUISIÇÃO DE 1.500 CANETAS PERSONALIZADAS E 1.500 PASTAS PERSONALIZADAS PARA DISTRIBUIÇÃO EM CURSOS PROMOVIDOS PELA ESCOLA DO LEGISLATIVO**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até às 10:00 h do dia 23 de outubro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 9 de outubro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge da Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que fará realizar no dia 24 de outubro de 2007, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL - n.º 033/2007, destinado a **AQUISIÇÃO DE 10 (DEZ) PAINÉIS EXPOSITORES**, conforme especificações do Edital. Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues no Setor de protocolo da Coordenadoria de Licitações até às 10:00 h do dia 24 de outubro de 2007.

O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, sala nº 035 no Anexo da ALESC e na página da ALESC na internet (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 9 de outubro de 2007.

Lonarte Sperling Veloso
Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AUDIÊNCIA PÚBLICA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE SAÚDE PARA DISCUTIR SOBRE O RELATÓRIO TRIMESTRAL DO SUS, REALIZADA NO DIA 28 DE AGOSTO DE 2007, ÀS 9H, NO PLENARINHO DESTA CASA

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Bom-dia a todos.

Damos início à audiência pública para apresentação do relatório trimestral do SUS.

Convidamos para compor a mesa dos trabalhos o deputado Serafim Venzon; a senhora Carmen Zanotto, diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, que fará apresentação da prestação do trabalho executado pela Secretaria; a irmã Analuzia Schmitz, diretora do Hospital Santa Isabel, de Blumenau, representando os prestadores de serviços; o senhor Gilberto Scussiato, conselheiro do Conselho Estadual de Saúde e representando a CNBB Pastoral da Criança; e a vereadora Adriana Maria Antunes de Souza, da Câmara Municipal de Jardinópolis, que nos honra com a sua presença.

Nós recebemos a mensagem do deputado Marcos Vieira, Líder da bancada do PSDB, encaminhada ao deputado Genésio Goulart, presidente da Comissão de Saúde, justificando a sua ausência e desejando um bom trabalho da Comissão e uma boa prestação de contas por parte da nossa secretária-adjunta Carmen Zanotto.

Também queremos citar a presença do senhor Rubens Vieira, assessor especial da diretoria da Secretaria de Estado da Saúde; do senhor Ramon da Silva, superintendente da Secretaria de Estado da Saúde; e do senhor Elizeu Lopes, diretor Administrativo-Financeiro do Hospital Santa Isabel.

Passamos a palavra ao senhor deputado Serafim Venzon, para os seus cumprimentos e a sua manifestação.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero cumprimentar, de forma especial, o deputado Jailson Lima, que preside esta audiência pública; a senhora Carmen Zanotto; a vereadora Adriana, enfim, todas as autoridades nominadas pelo deputado Jailson; os senhores; as senhoras; e os telespectadores da TVAL.

Este é um momento importante até para termos uma idéia do tamanho que é o SUS.

Na semana retrasada eu estive em Guaramirim participando da Conferência Municipal da Saúde, que é uma preparação para a

Conferência Estadual que acontece agora, lá pelo dia 22 de setembro, e também para a Conferência Nacional da Saúde. Eu vi, nesses dados que busquei na Secretaria Estadual da Saúde, o grande volume de atendimentos do SUS e o tamanho do progresso que houve, comparando a Saúde de hoje com vinte ou quarenta anos atrás. Esse modelo, sem dúvida nenhuma, sendo aperfeiçoado, trará um bom resultado, especialmente porque a cada quatro anos se define, nessa Conferência da Saúde, quais são as principais metas e linhas.

A Saúde, dentro do seu conceito do que seja saúde, tenta operacionalizar todas as ações públicas que busquem de fato o Conselho de Saúde, que é, no fundo, uma sensação de bem-estar do indivíduo - e para isso há que se fazer uma porção de ações que extrapolem o posto de saúde e o atendimento médico-hospitalar. Mas na nossa questão aqui a parte do atendimento médico-hospitalar também é importante, e o atendimento, digamos, nos postos de saúde. Então, justamente nós vimos para esta audiência pública receber, por parte da Secretaria estadual, essas informações importantes.

Apesar desse avanço todo que temos, dona Carmen Zanotto, eu quero parabenizar a senhora pelo trabalho brilhante que tem feito na Secretaria estadual já neste governo e no governo anterior, nos primeiros quatro anos. Naturalmente que, particularmente, vejo que nós temos que encontrar talvez uma outra alternativa para os nossos hospitais do interior. Ao menos até agora eu não achei nenhum hospital que tivesse me dito que está em ordem com as contas e também em ordem com o atendimento que está prestando.

Nós temos um conceito popular, velho, já embrenhado no nosso DNA - no de todo mundo, prefeitos, vereadores, comunidade em geral -, de que o atendimento médico é coisa de caridade, é coisa de favor. Ainda não está arraigada nas pessoas a questão da cidadania - e vejo que é mais ou menos isso que ainda é interpretado pelos administradores públicos, por maior esforço que se faça.

Eu brincava, quando entrava aqui, que se procura pelo Brasil afora um administrador hospitalar que consiga administrar um hospital público, um hospital conveniado; que com a tabela que é praticada, com a tabela SUS, ele consiga administrar bem o hospital e ainda sobre algum dinheiro para ações sociais, ou pelo menos que consiga administrar bem o hospital. Procura-se isso, mas dos quatro a cinco mil hospitais do Brasil ao menos não tenho conhecimento de nenhum que consiga. Mas se houver um, vamos chamá-lo então para ver qual fórmula encontrou para conseguir administrar. Por quê? Porque o dinheiro que é destinado aos hospitais ainda é menor que a necessidade normal - todos os dias as novas técnicas de procedimentos e as novas exigências da sociedade fazem com que o custo seja maior do que aquilo que é aportado ao hospital.

Por isso, doutora Carmen, eu vejo que precisaríamos encontrar uma maneira, porque o Estado destina 12% do seu Orçamento para a Saúde, e os municípios destinam 15%. Do Estado, nós fazemos a fiscalização e o acompanhamento. E se a gente analisar o que o Estado distribui, entre ambulâncias, equipamentos hospitalares, construções de postos de saúde e tal, passa dos 12%. E os municípios, como investem seus 15%? Além do mais, ao menos é a informação que eu tenho, o Estado transfere esses 12% mais em obras e em coisas palpáveis, como em um posto, em uma ambulância, em um aparelho de raio-X.

Só que a grande maioria dos hospitais, hoje, não que estejam demasiadamente equipados, mas eles clamam por verba operacional, eles precisam de verba para pagar a enfermeira, para pagar o atendente, o doutor que dá plantão, que esteja de sobreaviso. O pediatra não fica na sala de parto para ganhar R\$ 7,00 as quatro da manhã, não se encontra ele, ao menos em Brusque não se tem encontrado.

O Hospital Azambuja está fechando o setor de obstetria, porque os pediatras não se submetem a dar plantão, a ficar de sobreaviso para ganhar R\$ 7,00 por um parto que vai ocorrer às três da manhã. Merecem muito mais do que isso, mas não conseguimos segurar um pediatra lá.

É só para dizer, doutora Carmen, que temos que encontrar uma maneira para repassar parte dessa quota do Estado aos hospitais, mas que possa ser usado no procedimento, em pagamento no custo operacional do hospital, porque vejo que é a grande dificuldade que os hospitais nos reclamam. Por quê? Com aquilo que eles recebem do SUS não conseguem, em dinheiro, pagar os medicamentos que são comprados, a reposição do material e a folha de pagamento. Não existe como. Então, não adianta passar aparelhos para eles, se não passarmos o dinheiro para pagar o salário dos funcionários.

Em segundo lugar, como nós vamos ter uma forma de fiscalizar os 15% que as prefeituras gastam? Há alguma coisa do Tribunal de Contas referente a isso, ou cada um gasta 15% como quer?

Em terceiro e último lugar, quando era deputado federal fizemos uma mudança na Educação, que achei fundamental e hoje todos concordam. Vocês sabem que todos os municípios gastam 25% do seu orçamento com educação, e os Estados também. Só que não gastamos esse percentual em educação, gastamos o absoluto, um aluno custa x,

a professora custa y, e não 1% o percentual. Ou seja, 25% de Leoberto Leal, há quatro anos, significava R\$ 170,00 por aluno/ano, mas 25% de Jaraguá do Sul significava por aluno/ano R\$ 1,7 mil. O mesmo percentual significava dez vezes a diferença. Por isso o Fundef criou o Fundo da Educação, em que todos os municípios gastam 25% em educação, colocam no fundo e cada um que usar o fundo terá um valor por aluno.

Hoje, em educação, não existe mais conceito de município rico e município pobre. Por que será, dona Carmen? Nós teríamos que fazer esse movimento para tentar usar os 12% do Estado e os 15% dos municípios, para que criássemos um fundo estadual da educação e a Secretaria do Estado administrasse o todo. Senão um município lá que tem uma arrecadação pequena, os 15% dele é uma "merrequinha"; e o município que tem uma arrecadação grande, os 15% dele significa muito.

Daí as pessoas não conseguem entender por que o SUS em Santa Catarina gastou, no ano passado (informação que tenho), somando o Estado, a União e os municípios, R\$ 2,1 bilhões. É um dinheiro razoável que se fosse aplicado equanimemente talvez tivéssemos um atendimento melhor. Mas enquanto há esse percentual igual, que é a forma de, em nome da lei, fazer uma grande injustiça social por causa das diferenças, que é distribuir os nossos recursos, nós teremos aí uma saúde do jeito que está.

Na minha apresentação, doutora Carmen, eu queria lançar esse desafio de tentarmos criar esse fundo estadual. Teria que ser um movimento nacional, mas a senhora, como secretária da Saúde, poderia buscar no Congresso. Temos como mobilizar, mas tem que nascer essa idéia de um fundo estadual, o Fundo da Saúde, justamente para que distribuíssemos para cada município conforme as pessoas e não conforme o movimento econômico, movimento este que difere muito de um município para outro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Gostaria de convidar para também compor a mesa o deputado Kennedy Nunes e a deputada Ana Paula Lima.

Passamos a palavra à senhora Analuzia Schmitz, diretora do Hospital Santa Isabel, de Blumenau.

A SRA. ANALUZIA SCHMITZ - Bom-dia a todos.

Gostaria de cumprimentar a nossa amiga Carmem Zanotto, que tem feito um esforço muito grande pelos hospitais do Estado de Santa Catarina; a deputada Ana Paula, que acabou de chegar, nossa amiga lá de Blumenau; o deputado Serafim Venzon; os demais componentes da mesa; e as pessoas aqui presentes.

Não vou me alongar, porque acho que o nosso interesse é ver a prestação de contas, mas temos sentido no Brasil a preocupação muito grande com a questão da saúde.

Particpei na semana passada de um congresso em Brasília, o Congresso da Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos, e percebe-se, deputado, que realmente os hospitais, além da ajuda que recebem dos governos, realmente têm que procurar alternativas para sair dessa situação - além das tabelas defasadas que temos desde 1993, não é secretária? Isso encarece cada vez mais os serviços dos hospitais, dificultando sua administração. Tem que ter muita arte realmente para administrar nas condições que se está. Os planos de saúde estão caminhando na mesma direção. Acho que dentro do Sistema Único de Saúde nós temos que procurar alternativas e as verbas têm de ser mais bem aplicadas dentro da área da saúde, sem sombra de dúvida. Vim muito preocupada de Brasília.

No hospital Santa Isabel nós estamos fazendo um esforço muito grande para sair dessa situação financeira que todos os hospitais vivem. E, como o deputado colocou, realmente o médico atender pela tabela que recebe por uma cirurgia é aviltante. Hoje nós atendemos um paciente que entra no nosso setor de emergência por R\$ 7,50. Mas o paciente não entra só na emergência, ele vai para o hospital e fica.

Então, os profissionais e as exigências que nós hoje enfrentamos, as portarias, a vigilância, a Anvisa, tudo isso encarece muito o custo do hospital. Realmente o profissional que temos que ter hoje numa equipe, a folha de pagamento, é o que mais custa para nós hoje...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

Exatamente, os impostos. É tudo isso que você paga. Então, aquilo que você recebe do Sistema Único de Saúde, mesmo dos convênios, não dá para pagar. E o médico, como profissional de saúde, também gostaríamos de pagar melhor. Mas não temos condições de pagar melhor essa população.

Mesmo assim, parabenizo a Carmem Zanotto, o tempo que esteve na Secretaria e ainda hoje, pela ajuda que temos recebido do governo do Estado; e também a deputada Ana Paula, o grande empenho no trabalho que tem feito pela saúde em Santa Catarina.

Acho que nós, do Estado de Santa Catarina, olhando os outros Estados do Brasil, ainda somos privilegiados, apesar de tudo. A

gente tem que falar assim meio baixinho, mas é verdade. Apesar de tudo, nós em Santa Catarina ainda estamos melhor do que os outros Estados no Brasil, em termos de saúde. Mas temos que caminhar juntos, melhorar muito e trabalhar em conjunto - nós, prestadores de serviço e governo.

A deputada acabou de dizer ali que Azambuja fechou a maternidade. Vai sobrar pra quem? Alguém vai ter que acolher. Nós recebemos o comunicado no Santa Isabel, em Blumenau. Vai sobrar para nós. Vamos ter que atender essa população, que não pode ficar desassistida.

Então, alguma coisa tem que ser feita, não pode continuar assim. Em nível de Brasil, eu digo, tem que ser feita alguma coisa muito séria com relação à saúde, porque quem está sofrendo é o usuário. A população cada vez está mais doente, envelhecendo, o jovem morre nos acidentes, os hospitais estão lotados de gente jovem que acabam morrendo; as pessoas idosas se tornam cada vez mais caras e são as que estão sobrevivendo, graças a Deus.

Fora isso, Carmen, eu diria que você está de parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo, com toda a sua equipe, e esperamos contar sempre com você, como sempre contamos lá no Santa Isabel. Parabéns pelo seu trabalho.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, irmã.

Com a palavra o senhor Gilberto Scussiato, conselheiro do CES e representando a CNBB Pastoral da Criança, para os seus cumprimentos.

O SR. GILBERTO SCUSSIATO - Bom-dia a todos.

Como o deputado falou, o importante é que o Estado vem cumprindo, e a Emenda 29, que ele acabou de comentar, está evoluindo. Tem uma defasagem? Tem, sim! Mas ao longo do tempo ela vem sendo corrigida e espero que nos próximos anos essa diferença vá se tornando cada vez menor, chegando a ser 12%.

Eu quero agradecer pelo convite e dizer que na semana que vem vou estar aqui novamente participando da discussão sobre transplante, já que sou transplantado pelo Hospital Santa Isabel, que me acolheu e no dia 6 vou fazer sete meses de transplante de fígado - eu tinha uma doença rara, congênita. E também sou conselheiro e usuário. Então, o Santa Isabel vem fazendo um trabalho excepcional em Santa Catarina.

Eu também espero que o governo mude as placas da Secretaria e coloque a placa de uma mulher como secretária.

É isso o que eu espero.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado,

Gilberto.

Eu quero registrar a presença do deputado Antônio Aguiar, médico, que faz parte da bancada da saúde nesta Casa.

Com a palavra a vereadora Adriana Maria Antunes de Souza, da Câmara Municipal de Jardinópolis.

A SRA. VEREADORA ADRIANA MARIA ANTUNES DE SOUZA (Jardinópolis/SC) - O meu bom-dia aos companheiros da mesa e a todos os presentes. É com grande satisfação que vimos lá do oeste, do interior do Estado, para acompanhar este debate, esta discussão sobre saúde.

Eu venho de um município adolescente, de apenas 15 anos, que sempre teve uma preocupação muito grande em relação à saúde. Mas também quero trazer a realidade dos municípios do interior, que sofrem por estar numa região deficiente de especialidades, e por isso vemos pessoas que já estão com muitos problemas de saúde tendo que passar por problemas psicológicos, pela pressão de ter que viajar percorrendo todo o Estado em busca de especialidade.

Nós temos na nossa região o hospital regional, que é muito importante para nós, mas que também sabemos tem muitos problemas, especialmente em relação à gestão. Mas por isso queremos contribuir para esse debate e ver o que se está pensando nesse sentido.

Deixo um abraço muito especial do interior do Estado a todos que estão aqui.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, vereadora.

Para dar continuidade aos nossos trabalhos, vamos desfazer a mesa a fim de que possamos acompanhar melhor a exposição da Carmen Zanotto, diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, a quem concedemos a palavra neste momento.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Em meu nome e em nome do secretário Dado quero cumprimentar o deputado Jailson, que está presidindo os trabalhos na manhã de hoje; o deputado Venzon, que já se pronunciou; a deputada Ana Paula, que é minha colega enfermeira; o deputado Kennedy Nunes; o deputado Antônio Aguiar, que também é médico - eu tenho a felicidade de estar fazendo a prestação de contas para três profissionais médicos, uma colega enfermeira e um deputado que conhece as causas da saúde -; cumprimento a nossa vereadora Adriana, a quem agradecemos pela participação nesta audiência; o Gilberto, como conselheiro do Conselho Estadual de Saúde, e é

importante registrar que ele vem de Campos Novos para todas as reuniões do Conselho Estadual de Saúde; a irmã Analuzia, que aqui representa os prestadores de serviço, em especial a rede hospitalar do Estado de Santa Catarina; as demais autoridades que porventura não tenha nominado e a sociedade civil aqui representada.

O relatório de prestação de contas é um ato formal que a gente tem que apresentar a cada trimestre. Mas antes de iniciar a apresentação do relatório propriamente dito, preciso fazer algumas colocações com relação ao momento em que o País vive no setor saúde.

Estamos num ano muito especial, porque é o ano da 13ª Conferência Nacional de Saúde. Sem dúvida nenhuma que o SUS é o maior sistema de inclusão social, e para nós não importa a condição de vida do cidadão e, sim, que ele tenha acesso aos serviços de saúde, quer seja na atenção básica, na média ou na alta complexidade. E já deixamos aqui o convite para a nossa Conferência Estadual, que está sendo organizada pelo Conselho Estadual de Saúde e se realizará nos dias 20 e 21 de setembro, no Centro Multiuso, em São José, quando estaremos realizando a quinta etapa estadual e a preparatória da 13ª Conferência Nacional, e todos os municípios estão efetivamente mobilizados para a realização das suas conferências municipais.

O SUS, que vem da Constituição de 1988, das Leis Orgânicas de 1990 - a Lei 8.142 e a Lei 8.080 -, tem, sim, sem dúvida nenhuma, inúmeros avanços, mas como sistema público ainda tem muitos desafios que as três esferas de governo precisam enfrentar no dia a dia.

A partir da Emenda Constitucional 29, que deixou claro o que deve ser aplicado no setor de saúde pelas três esferas de governo, o volume de recursos financeiros para o SUS tem aumentado em termos de proporção. Por outro lado, com o SUS se consolidando, também a oferta de serviços é incomparável. E aqui já quero assumir o compromisso... Discutia com o Ramon, entrando aqui na Assembléia, que números por números são muito frios, e pegando a rotina do relatório de prestação de contas vemos que ele termina não dizendo efetivamente aquilo que a sociedade civil precisa saber de procedimentos, dentro do volume de cirurgias, quais são os tipos, qual a forma de internamento que se está fazendo mais. Então, já quero aqui assumir o compromisso, deputado Jailson, de que na próxima apresentação, que é do segundo trimestre, não venhamos apenas com números financeiros e número de internamento hospitalar, mas que efetivamente mostremos o Estado de Santa Catarina no comparativo nacional, como o fato de sermos o Estado que mais está captando e transplantando órgãos no País - e já quero agradecer à Assembléia Legislativa por ter acatado uma audiência pública, o deputado Jailson junto com o deputado Julio e os demais deputados vão receber aqui em Santa Catarina o encontro nacional e na semana que vem vamos ter autoridades nacionais e usuários falando sobre o assunto.

Quando se fala em recursos para o SUS, eles sempre serão escassos ou limitados. Agora, em contrapartida o resultado na qualidade de vida de algumas pessoas é efetivamente importante. Vou dar como exemplo o que ocorreu na quinta-feira à noite: fomos acionados pelo hospital de Mafra porque um recém-nascido, com doze horas de vida, precisava de uma cirurgia cardíaca. No sábado de manhã o cirurgião cardíaco retornou dizendo: "Eu achava que não iria salvar a criança, mas ela está salva".

Então, dentro de todas as dificuldades aqui tão bem colocadas pela irmã Analuzia, trabalhar no sistema público de saúde é, todos os dias, enfrentar os desafios de garantir acesso à maior parte da população, em especial a do interior do Estado, que não é fácil. O Estado de Santa Catarina hoje já tem descentralizados oito serviços de cirurgia cardíaca, mas, historicamente, os professores cirurgiões estavam em Florianópolis. Então, até que a sociedade entenda que o ato cirúrgico lá em Xanxerê vai ter a mesma qualidade do ato cirúrgico que é realizado aqui no Instituto de Cardiologia ou no Hospital Santa Isabel, em Blumenau, que tem mais história de atos cirúrgicos, é um processo de mudança cultural, inclusive.

E esse é o grande desafio, ou seja, além de descentralizar, fazer com que a população se sinta segura naquele ato cirúrgico ou naquele procedimento realizado no interior do Estado.

Outro momento importante, além da Conferência Nacional de Saúde, da estadual e das etapas municipais que estamos vivendo, é o Pacto pela Vida. O Pacto pela Vida vem sendo discutido desde o ano passado, os instrumentos foram aprovados nas Comissões Intergestores Tripartite no início deste ano e os Estados e os municípios estão discutindo, em especial, a responsabilidade sanitária, porque dentro do Sistema Único de Saúde ainda temos muitas dúvidas quanto às competências: faltou no município, a responsabilidade é do Estado; faltou no Estado, a responsabilidade é da União.

Então, a partir do Pacto pela Vida, que está dividido em três subpactos, o Pacto em Defesa do SUS... E aqui queremos mais uma vez fazer o apelo de que precisamos, efetivamente, regulamentar a Emenda Constitucional 29 que está no Congresso Nacional. E por que é importante regulamentarmos a Emenda Constitucional 29? Para que a

gente tenha definitivamente o que significa gasto com saúde. Saneamento básico é gasto com saúde? Pode ser, desde que seja o domicílio, o sanitário daquele cidadão menos favorecido, mas a rede de esgoto já não pode ser gasto com saúde, senão vamos dividir o dinheiro da Saúde. Um domicílio, um banheiro, pode ser, porque se aquela família não tiver as condições mínimas de higiene, provavelmente terá uma criança que vai ser muito internada, já que não teve as mínimas condições de usar o banheiro ou de lavar as mãos após as suas necessidades fisiológicas, mas a rede de esgoto já não pode ser considerada como gasto com saúde.

O gasto com alimentação nas creches ou nos restaurantes populares não pode ser gasto com saúde, senão nós vamos estar dividindo o recurso financeiro da Saúde, em que pese ser saúde o bem-estar biopsicossocial, e muito mais abrangente do que isso, os últimos conceitos de saúde falam em lazer, trabalho, transporte e moradia. Mas a gente não pode pegar um recurso do setor saúde, que é para prevenção e recuperação da doença, e dividir com habitação e outros gastos. A saúde é, sim, o bem-estar: quem tem trabalho, tem a tranquilidade de saber que no dia seguinte vai acordar e vai ter o desafio de mais um dia estar trabalhando; quem tem transporte, quem tem lazer, tem, sim, qualidade de vida, e esse é o grande desafio do setor saúde.

Sem dúvida alguma que temos filas, sim! E acredito que em breve elas serão as filas públicas, porque hoje, quando a gente vai tentar levantar a fila de um determinado procedimento, vemos que ela não está no sistema público de saúde, está nas unidades hospitalares ou com o próprio profissional de determinada especialidade. O grande desafio, agora, é a lista pública, que em breve deverá estar sendo publicada, respeitando todos os critérios éticos do sigilo e do direito ao sigilo do paciente com relação ao seu diagnóstico, ao seu tratamento, mas será a lista pública da cirurgia bariátrica. A gente ouve muito que são seiscentos, oitocentos ou mil pacientes, mas quando você vai ver, para o ato operatório você não tem esse volume de paciente.

Então, tendo uma lista que possa ser acompanhada, teremos condições, efetivamente, de dizer que a nossa demanda em cirurgias bariátricas é tal e que o resto é a nossa demanda em cirurgias cardíacas ou outros procedimentos.

Então, dentro do Pacto, temos a defesa do SUS - e aqui fazemos o apelo para que todos continuemos mobilizando a sociedade para a regulamentação da emenda constitucional. Os indicadores de saúde fazem parte de um grande desafio do conjunto de gestores, que vão desde o número de consultas especializadas até o índice de mortalidade infantil de cada município. E aí também temos outro dado importante: Santa Catarina, hoje, tem o menor índice de mortalidade infantil, mas a gente não pode esquecer que dentro do próprio Estado nós temos as mais variadas regiões. Por exemplo, a região da deputada Ana Paula tem 8.6 óbitos para cada mil nascidos vivos, já a minha região, que é o planalto serrano - e lá está associado um grande conjunto de municípios de baixo IDS, que é o Índice de Desenvolvimento Social -, nós temos mais de 22 óbitos para cada mil nascidos vivos.

A média do Estado é de 12.1, mas a gente tem as regiões que precisam ser trabalhadas, e estão sendo trabalhadas, e fruto inclusive de uma lei desta Casa, anterior a 2003, que é a Lei de Inclusão Social do Procis, esse conjunto de 56 municípios de baixo IDS recebe diferente dos demais municípios do Estado de Santa Catarina, do conjunto dos 293, tanto em relação à farmácia básica quanto ao Programa de Saúde da Família. E por que eles recebem esse recurso? Para que eles tenham as condições ideais de vida muito semelhantes aos grandes centros e mais homogêneo do que essa diferença. Quer dizer, nascer na região de Blumenau ou aqui na região de Florianópolis, que também tem um excelente IDS, é melhor do que nascer no planalto serrano, porque a possibilidade de sobrevivência é maior. Esses são os nossos grandes desafios dentro do Sistema Único de Saúde, sempre lembrando da responsabilidade das três esferas.

Nós temos discutido muito com os secretários municipais e com o Ministério da Saúde o Pacto de Gestão do SUS, que não é um pacto cartorial. No Pacto de Gestão do SUS nós vamos deixar claras as nossas responsabilidades sanitárias naquilo que o município e o Estado vão responder dentro daquele território.

Sobre o Pacto de Gestão, a partir do mês de setembro vão acontecer todas as oficinas, e a adesão do município de Florianópolis foi aprovada na última reunião da Comissão Intergestores Bipartite, e deverá ser aprovada agora, nessa quinta-feira, na Comissão Intergestora Tripartite, que é o conjunto formado pelos secretários municipais, secretários estaduais e o Ministério da Saúde. Florianópolis vai ser o primeiro município do Estado de Santa Catarina a aderir a nova modalidade, que é o Pacto de Gestão do SUS.

A partir daí, senhores, nós não teremos mais nenhum município, porque todos lembram que nós tínhamos a nomenclatura pela NOB 9.396 de municípios em gestão semiplena. Pela Noas já mudou um pouco, passou para gestão plena do sistema municipal. E agora todos terão, efetivamente, a condição de gestão plena dentro

das suas condições municipais. Então ele vai assumir também a área hospitalar ou não, assumir a média e alta complexidade, conforme a sua capacidade de gerenciamento dentro do Sistema Único de Saúde.

Feitas essas colocações, eu vou passar para a apresentação e ao término estarei à disposição dos senhores para todos os questionamentos que forem necessários.

(Procede-se à apresentação de imagens.)

Assim como estamos aqui na Assembléia neste momento, o conjunto de municípios também, trimestralmente, tem que estar na Câmara de Vereadores, vereadora Adriana, apresentando - e acredito que o façam - o seu relatório de prestações de contas. E da mesma forma o Ministério, que além de apresentar no Conselho Nacional de Saúde também apresenta no Congresso Nacional a sua prestação de contas, porque nós estamos cumprindo o artigo 12 da Lei 8.689, de 1993, e o artigo 9º do Decreto Federal 1.651, de 1995.

Esse é o orçamento geral da Saúde, com todas...

A reprodução está horrível, e como não dá para ler, vou falar os números, tá?

Aqui nós temos todas as fontes da Saúde. Os da Fonte 100 são aqueles recursos para o Fundo Estadual de Saúde, porque por lei cada município tem que ter seu Fundo Municipal constituído, sendo que o seu gestor, também por força de lei, deve ser um secretário municipal de Saúde ou o secretário estadual. Então na Fonte 100 nós temos orçado R\$ 764 milhões. Nós temos as demais fontes, que são as Fontes 228, 628, que também são recursos que a União repassa ao Estado de Santa Catarina, fruto da produção de serviços e dos recursos financeiros que o Estado deve repassar ao conjunto de municípios, no valor de R\$ 625 milhões.

Nas demais fontes nós temos orçados R\$ 625 milhões, sempre lembrando que o recuso das demais fontes nem sempre acontecem, em função de que nesse item há também muitos recursos para convênios, e todos nós sabemos que as três esferas de governo primeiro garantem o custeio das unidades, o compromisso já assumido, para depois fazerem o repasse de custeio.

Então, desses R\$ 764 milhões, é importante ressaltar que no orçamento estão destacados R\$ 413 milhões para a folha de pagamento dos servidores da Secretaria de Estado da Saúde, quer estejam eles na rede hospitalar do Estado, nos 14 hospitais próprios, ou nas vigilâncias sanitárias e epidemiológicas, e assim sucessivamente. Desse R\$ 764 milhões, nós já temos empenhados R\$ 271 milhões, que correspondem a 35,57% dos recursos da Fonte 100, lembrando que este é o primeiro trimestre. Dos R\$ 413 milhões de folha, R\$ 90 milhões já estão empenhados e também liquidados.

Aqui *(aponta para a tela)* nós temos os recursos do Sistema Único de Saúde repassados para o Estado de Santa Catarina e para o conjunto dos municípios da gestão plena do sistema municipal, neste primeiro trimestre. Nós temos R\$ 20 milhões somados entre o PAB fixo e o PAB ampliado - PAB significa Piso de Atenção Básica -, que vão automaticamente para o conjunto de 20 municípios plenos que nós temos no Estado de Santa Catarina. Esses R\$ 19 milhões 631 mil vêm do Fundo Nacional para o Fundo Estadual de Saúde e o Estado faz o repasse desses recursos para os 273 municípios plenos da atenção básica. Então para a parte de laboratório e rede hospitalar ou clínicas que estejam nesse conjunto de municípios, o repasse dos recursos é feito diretamente pelo Fundo Estadual de Saúde.

Há uma característica muito importante, e a irmã Analuzia lembra: a gente sempre dizia que o SUS atrasava pagamento, e é muito importante que isso fique claro, mas a tabela do SUS... O deputado Aguiar presidiu uma audiência pública nesta Casa convocando todos os prestadores de serviço, num movimento para que a gente fizesse com que a tabela fosse realmente reajustada, o que é fundamental. A nossa tabela não foi reajustada, mas as unidades hospitalares, as clínicas e os laboratórios têm a segurança do pagamento dentro do prazo predeterminado, e isso traz uma segurança, o que antigamente não tínhamos.

Então, o Ministério deposita até o quinto dia útil os recursos do mês anterior - agora, no início do mês de setembro, nós vamos estar recebendo os recursos da competência agosto - e o conjunto do Estado e os municípios têm cinco dias úteis, após o processamento das contas... O processador entrega as contas para as secretarias municipais ou a Secretaria de Estado da Saúde, nós processamos, encaminhamos ao Datasus e validamos tudo isso. São cinco dias no máximo, e até o dia 25, 26 de cada mês, um pouquinho mais, um pouquinho menos, obrigatoriamente, o que foi feito no mês anterior deve estar sendo depositado para o conjunto dos prestadores de serviço.

Então, nesse aporte de recursos desse trimestre, nós temos um total de R\$ 40 milhões 103 mil oriundos do Fundo Nacional para o conjunto do Estado e dos municípios.

(O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Os hospitais, na verdade, são os que repassam o dinheiro para o atendimento das AIHS".)

Não, não! O Fundo Municipal de Saúde do município de ges-

tão plena recebe os recursos e paga os seus prestadores de serviço no seu território.

(O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Mas ele também pode ficar com o dinheiro".)

O município não deve, e aí colocamos o porquê: existe uma resolução do Conselho Nacional de Saúde e do Ministério da Saúde dizendo que o pagamento aos prestadores de serviço deve se dar até o quinto dia que o recurso esteja na conta. Ou seja, o Ministério manda para o Estado ou para o conjunto de municípios até o quinto dia útil do mês; os Estados e os municípios têm que processar tudo aquilo que chegou, então fecha a conta no dia 25 e até o dia 30 eles são obrigados a entregar o disquete do seu processamento. O Estado ou o município tem que validar todo aquele processamento e em hipótese alguma deve ultrapassar o mês para pagar aquele faturamento.

O que a lei permite? Terminou o processamento no dia 20, então até o dia 25 tem que estar sendo depositado o recurso; terminou dia 23, no dia 28. E se houver algum problema no sistema? No ano passado, quando mudou o sistema do Banco do Brasil, o disquete foi mas o sistema não aceitou, porque é consolidado, não se paga para a, b ou c, temos um empenhamento global e segue um disquete com todo o processamento validado do valor para cada prestador de serviço. Então o sistema não se comunicou e houve um atraso de até cinco dias, justificado e amparado, porque a mudança do sistema teve essa dificuldade inicial, mas pela legislação não deve e não pode atrasar o pagamento.

(O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Tenho observado que em algumas regiões faltou, sempre era pago no dia 25 e passou a ser pago dia oito, dia dez do mês seguinte, então imagino que foi algum problema desses.")

Só se justifica se houve problema operacional; se passar a ser rotina pagar no mês subsequente, em especial após a entrada do recurso, é importante ser observado, porque até o quinto dia útil do mês seguinte já tem o outro dinheiro, então o dinheiro praticamente ficou na conta por trinta dias ou mais. Então as contas faturadas do mês anterior devem ser pagas no mês seguinte, com certeza, nessa lógica de prazos que eu coloquei.

A irmã Analuzia quer fazer uma pergunta?

A SRA. ANALUZIA SCHMITZ - Se o prestador apresenta o disquete, como a Carmen falou, em tempo hábil, você tem como monitorar isso. Hoje nós temos, por exemplo, a *Internet*, e nós monitoramos. Eu sei direitinho quando o Ministério deposita os transplantes e aí eu cobro do gestor: olha, o dinheiro entrou, o dinheiro saiu de Brasília. Existe um tempo, existe uma burocracia, dois ou três dias, mas a gente sabe quando o dinheiro cai na conta do município - como Blumenau é plena, cai na conta do município - e aí nós cobramos do gestor.

(O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Esse mês está em quanto?")

No tempo hábil. Sim, funciona! Se não funciona, estamos em cima do gestor! A gente monitora desde Brasília, lá do Ministério. *(Falas paralelas.)*

[O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Não, mas eu fui (inaudível) pelo diretor do hospital. O diretor do hospital é que (inaudível) (falas paralelas)."]

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Não, não. Senhores, só um pouquinho. Acho que o deputado Venzon está falando do repasse para os profissionais. Ai, sim, após...

(O deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

Não, não. Vamos lá, deputado, até porque precisamos ter muita clareza disso. Vamos imaginar que a irmã Analuzia não esteja em gestão plena, que ela não esteja no município pleno, e o Estado recebeu o dinheiro até o quinto dia útil, processou as contas e pagou no dia 25. Então, o Estado depositou no dia 25, e a irmã vai estar com o recurso disponível no dia 27 e precisa se organizar para pagar os profissionais médicos. Então, ela também precisa ter alguns dias para separar do volume de recursos que recebeu com relação ao conjunto da prestação de serviços, que é tudo que está dentro de uma AIH: honorários profissionais, SADT (Serviço Auxiliar de Diagnóstico e Terapia) e tudo que se gasta *(inaudível)*. Então, ela tem que separar do processamento dela o que é de cada profissional.

Antigamente o repasse aos profissionais médicos era feito diretamente pelo gestor de saúde, que a gente conhece como o famoso tipo 7. O médico recebia diretamente do Fundo Nacional, depois passou a receber do Fundo Estadual ou do Fundo Municipal. Hoje ele está recebendo da unidade hospitalar à qual está vinculado. O hospital recebe inclusive os honorários do profissional médico daquele total do processamento. Se for o médico, tem mais esse prazo, para que a gente não tenha nenhum tipo de dúvida.

Além do dinheiro que vem da média e alta complexidade, tanto ambulatorial quanto hospitalar ou da atenção básica, nós temos dois recursos que também vêm separados: o dos medicamentos excepcionais, que somam um total de R\$ 4.410 milhões, e a terapia renal substitutiva. É importante salientar que o medicamento excepcionais

nao entra nos Fundos Municipais de Saúde. O Ministério da Saúde e o Estado são solidários na aquisição dos medicamentos excepcionais. Quais são esses medicamentos excepcionais? Os medicamentos que estão na portaria ministerial, revisada e publicada no mês de outubro de 2006. Ali tem o elenco de medicamentos para pacientes transplantados, pacientes com doenças crônicas, enfim, um conjunto grande. Na página da Saúde tem um *link*, e quem quiser acessar toda a relação dos medicamentos excepcionais, está disponível. E é de fácil acesso aos usuários, porque também é papel do Sistema Único de Saúde multiplicar a informação.

Os medicamentos excepcionais estão nesse elenco porque têm comprovação científica da sua eficácia. Por que tal medicamento não está ali? Porque quem faz o protocolo clínico é o conjunto de profissionais médicos especialistas, representados pelas suas sociedades, e o Ministério da Saúde. Depois disso é pactuado entre os gestores municipal, estadual e federal na Comissão Tripartite.

Em terapia renal substitutiva, o total do Estado em valor/mês é R\$ 3.092.204,34, assim distribuídos: municípios plenos, R\$ 1.855 mil/mês; Estado, para repassar para os municípios plenos de atenção básica, R\$ 1.237 mil.

A nossa grande luta nacional é aumentar o volume de transplante de rins, para que se possa reduzir o número de pacientes nas máquinas de hemodiálise, porque a qualidade de vida do paciente fica extremamente comprometida. Três vezes por semana, durante quatro horas, o paciente precisa enfrentar uma máquina de hemodiálise para continuar vivendo, muitas vezes tendo que se deslocar de municípios vizinhos para o município-sede para fazer esse procedimento.

O CEO (Centro de Especialidades Odontológicas) também tem recursos financeiros do Ministério da Saúde, com contrapartida do Estado, que dá um total/mês de R\$ 103 mil, sendo que R\$ 70 mil vêm através do Fundo Estadual de Saúde.

Aqui temos o total de procedimentos realizados pelo Sistema Único de Saúde, que diz quanto foi apresentado e quanto foi aprovado. É só abrir o sistema SIH/SUS e SIA/SUS que se consegue isso.

Então, para dar mais dados para os senhores, na próxima apresentação iremos dizer inclusive para onde foram esses procedimentos.

No total, foram realizados neste trimestre R\$ 46.172.102,63 no Estado de Santa Catarina, sendo distribuídos R\$ 20.681.172,77 nos municípios plenos e R\$ 25.490.929,86 no Estado.

Aí os senhores vão me dizer assim: mas são só 25 municípios com relação a 273 municípios. É que não significa que o recurso ou o procedimento realizado é do município. Ele tem, dentro da sua produção, toda a relação de municípios que ele atende. Então, nós costumamos dizer no SUS que a AIH ou o recurso não é do gestor. A AIH é do usuário, então, o recurso tem que seguir o usuário. Portanto, se Gaspar pactuar com Blumenau, o recurso tem que ir para Blumenau; se Chapecó pactuar algum procedimento com Xanxerê, o recurso da população de Chapecó tem que ser destinado ao Fundo Municipal de Xanxerê.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O trimestre.

Aqui vemos a questão dos filantrópicos. Os hospitais sem fins lucrativos e filantrópicos no Conselho Nacional de Saúde são os grandes prestadores de serviço do Sistema Único de Saúde no Estado de Santa Catarina, com certeza absoluta. Nas duas redes, em especial na rede hospitalar, são os quatorze hospitais do Estado mais os municipais, mas a soma dos hospitais filantrópicos é superior na prestação de serviços do Sistema Único de Saúde, tanto em procedimentos ambulatoriais quanto nos procedimentos hospitalares, isso também com relação à alta complexidade.

Total de procedimentos. Aqui vamos apresentar os internamentos hospitalares que aconteceram nesse período. Em três meses, tivemos 91.231 mil internamentos hospitalares no Estado de Santa Catarina, o que dá um total R\$ 65.451.435,00 nesses procedimentos.

Quando a irmã Analuzia colocou que Santa Catarina está fazendo uma coisa um pouco diferente, o que é? Mesmo que a tabela do Sistema Único de Saúde não tenha tido reajuste nos últimos anos, o custo médio de uma AIH, de uma unidade hospitalar para outra, é muito variável.

Então, temos feito a revisão da PPI hospitalar (PPI significa Programação Pactuada e Integrada). No conjunto de municípios que destinam para aquele outro município os seus pacientes, as AIH são distribuídas percapitadamente com base populacional, mas o custo dessa AIH é muito variável. Eu posso tanto ter um custo médio de internamento de R\$ 380,00, que é mais ou menos o valor médio da AIH de um hospital de pequeno porte, como posso ter uma AIH de R\$ 3.000,00 ou R\$ 4.000,00 porque aquele procedimento foi mais complexo e mais caro.

Então, faz-se a revisão da PPI com base na apresentação da série histórica dos últimos doze meses, ou seis meses, conforme o período de revisão de PPI, e incorpora-se o valor do custo médio que

aquela unidade hospitalar apresentou naquele período.

Nós tivemos a oportunidade de receber o secretário Dado, bem como o doutor Noronha, que é secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, que vê com bons olhos a revisão do custo médio das AIHs, porque senão o déficit financeiro de cada unidade hospitalar e do gestor municipal, sendo pleno, seria muito maior em função de que o custo médio da AIH estaria represado com valores de 2002 ainda.

Já estamos na sexta revisão de PPI hospitalar, que é essa Programação Pactuada e Integrada, para dizermos qual o custo médio. De onde estão saindo esses recursos? Das unidades próprias do Estado. Por quê? Porque também somos prestadores de serviço através do conjunto de hospitais que temos. Então, quando repactuamos com um conjunto de municípios, temos que dizer para o ministério de onde está saindo aquele recurso.

Na apresentação do relatório ao Ministério da Saúde, o nosso déficit mensal em internamentos hospitalares está em torno de R\$ 4 milhões. Isso só na área hospitalar; na área ambulatorial, fechamos em R\$ 3,8 milhões mensais. Isso significa que o aporte de recursos financeiros que estamos recebendo, é insuficiente com relação ao volume que estamos repassando ao conjunto de municípios.

O Ministério da Saúde, neste mês, está abrindo uma grande discussão, que é a revisão também das desigualdades regionais. Por exemplo, o *per capita* do catarinense é R\$ 93,00, o do gaúcho é R\$ 118,00 e o do paranaense é R\$ 113,00. Isso é histórico? Isso é histórico, senhores.

Muito antigamente se dizia que os serviços de alta complexidade não estavam no Estado de Santa Catarina. Esses serviços, nós os referenciávamos muito para o Paraná e para o Rio Grande do Sul. Hoje já estamos com toda a rede estadual de cirurgia cardíaca aprovada pelo ministério, com os recursos; faltava um aporte de recursos para Blumenau por que a portaria saiu no último mês.

Mas muitos Estados da região Norte e Nordeste, senhores, tem um *per capita* de R\$ 61,00. Portanto, embora não estejamos no primeiro bloco do *per capita* nacional, que envolve Paraná, Rio Grande do Sul e Estado de São Paulo, estamos no segundo, e não no quarto bloco, como alguns outros Estados brasileiros.

O grande desafio é reduzir as desigualdades entre os Estados brasileiros. Então, também temos que entender que não vamos receber tudo aquilo que gostaríamos, porque o aporte de recursos deverá ser maior para os Estados do Norte e do Nordeste.

Agora vamos subdividir as políticas de saúde e apresentar algumas coisas que o deputado Venzon pediu quando se pronunciou.

É muito difícil, deputado, a gente criar (e, por força de lei, diria que é impossível) um fundo que seja estadual global em função das competências. E o SUS, tenho certeza que tem dado certo em função de que cada secretário municipal é responsável.

Então, o Conselho Municipal tem esse papel de fiscalizar, e o Conselho Estadual tem o papel de capacitar conselheiros municipais para a avaliação dos relatórios trimestrais que chegam aos Conselhos Municipais. Portanto, é praticamente impossível o Estado, como ente, assumir todo o recurso para o seu Fundo Estadual de Saúde, até em função da dificuldade de aplicação.

Costumo dizer que a saúde é o setor mais municipalizado que a gente tem. O Estado não faz nenhuma ação. Ele não pode ser executor no município, e quando o é, ele só é na condição de gerente daquela unidade hospitalar, porque o gestor é o secretário municipal de Saúde e está diretamente ligado ao seu Conselho Municipal. Portanto, o controle fica muito mais severo na base municipal.

Precisamos fortalecer, sim, tanto o Conselho Estadual quanto os Conselhos Municipais de Saúde, mas esse desenho da competência municipal e estadual construído pelo Sistema Único de Saúde é fundamental para que a gente possa continuar construindo. Temos algumas arestas, porque assim como temos Estados que não conseguiram entrar na Emenda Constitucional, também temos municípios que não conseguiram. Por outro lado, temos um conjunto grande de municípios que estão muito acima dos seus 15%.

Os limitadores constitucionais não devem servir como teto máximo, e sim como parâmetro; o mínimo seria 12%, 15%. É claro que a gente sabe que aí tem a educação, os outros Poderes, os outros órgãos de governo, porque também cada uma das esferas de governo precisa dos recursos financeiros alocados.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mas imagino que utopia temos que ter um pouco também.

O município é obrigado a gastar 15% do seu orçamento na saúde.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Isso.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Mas ele também pode pedir uma ambulância para a senhora, para transferir os pacientes dele para outros municípios ou até para a Capital, e os 15% dele, vai usar do jeito que quiser.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Não!

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Não é do jeito que ele quer?

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Não. Mas isso é importante porque acho que a gente vai... Essa apresentação tem um outro caráter desta vez.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Os Conselhos Municipais de Saúde, no município, fazem a vontade do prefeito. Em todos os municípios... Bom, nem sempre, mas depende muito do Conselho. Se a senhora imaginar um Conselho Municipal de Joinville, de Blumenau, de Criciúma, de Chapecó, onde já estão muito democratizados... Até o secretário da Saúde já é alguém ligado à saúde, ou tem uma formação profissional nessa área. Isso eu concordo com a senhora.

Mas quero dizer, primeiro, que, do ponto de vista prático, e a senhora sabe disso, a maior parte dos secretários municipais de Saúde não tem formação profissional na área da saúde.

Segundo, os Conselhos Municipais de Saúde são meramente autorizativos da vontade do prefeito de gastar o seu orçamento.

Terceiro, a grande maioria das prefeituras têm especialistas em execução orçamentária para fazer dar certo esses 15%. Quer dizer, no papel, quando a senhora investigar, estão lá os 15% certinho na saúde, quando, na verdade, um grande percentual daquele dinheiro não foi gasto em ações relativas à saúde.

A senhora disse que os números nem sempre expressam a realidade, então, queria colocar o seguinte: se nós gastamos R\$ 2 bilhões no ano passado na Saúde para atender a seis milhões de pessoas, acho que é um recurso grande, mas a reclamação ainda continua sendo muito grande. Por quê? Porque existe alguma desigualdade nesse atendimento.

Por isso, que fiz aquela proposição de imaginar um fundo estadual da Saúde. O hospital do interior vai receber o recurso conforme o atendimento dele, e não receber o recurso e transferir o doente aqui para o Hospital Regional, certo? É nesse sentido que eu queria colocar.

Se o município tem um hospital que atende, ele vai receber. É como a escola; o prefeito recebe pelo aluno que está matriculado na escola do seu município. Agora, se ele passar todos os alunos para a escola estadual, quem vai ficar com o dinheiro da educação desses alunos vai ser o Estado, porque os alunos vão estar matriculados numa escola estadual.

Imaginem uma coisa semelhante com relação ao nosso atendimento médico. Se foi o município que atendeu, ele vai ficar com o dinheiro, vai ficar com o recurso, porque ele vai gastar em cima. Se foi o Estado, é ele que deveria ficar, para poder repassar.

Também deveria haver uma semelhança no repasse. Por exemplo, quanto custa um doente internado no hospital estadual e outro internado no Hospital Santa Isabel? Quanto a irmã recebe por um doente lá e quanto se gasta por uma doente no nosso hospital? É igual?

Quer dizer, se não é igual, por que não é? Por que ela tem que fazer pela metade ou por um terço daquilo que custa para nós dos hospitais estaduais? Se ela atende, vamos receber o mesmo tanto que ela, ou ela o quanto nós do hospital de São José, o Hospital Regional, do Hospital Florianópolis, enfim, os hospitais que nós gastamos.

Por isso que essa história de municipalizar, descentralizar e passar a responsabilidade muitas vezes é só uma forma (não da senhora, absolutamente) de esconder a cabeça a um problema que para resolvermos temos que ter um comando único. Vamos descentralizar as ações, mas teria que ter uma... e não distribuir o recurso...

Como nós falamos, nos municípios, o Conselho Municipal. Eu vou ter que visitar os de Joinville, Blumenau, Lages e outros, mas os Conselhos que eu conheço, como os de Brusque, Botuverá, Guabiruba, Canelinha, São João etc., fazem a vontade do prefeito.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Deixa eu tentar responder. Deputado, é assim...

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Carmen, só um minuto, por gentileza.

Eu sei a vontade e a ansiedade de contribuir do deputado Serafim Venzon, mas como coordenador da mesa eu peço, Carmen, que conclua a sua exposição e depois responda, para no final fazermos o debate.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - No final. Está bem.

Então, a assistência farmacêutica básica é o repasse de R\$ 1,00 *per capita* - um doze avos. Neste trimestre a gente repassou ao conjunto de municípios R\$ 1 milhão 570 mil. A saúde mental, também dentro da política de assistência farmacêutica, nesse período envolveu R\$ 601 mil. E os medicamentos estratégicos são um conjunto de medicamentos dos programas das doenças oportunistas ou hanseniose e tuberculose, que também são repassados pelo Estado.

Nos medicamentos excepcionais, nesse trimestre nós recebemos do Ministério da Saúde 13 milhões 230 mil reais. Isso é muito variável, depende da série histórica dos três meses anteriores. Então, esse repasse é acompanhado. Um paciente que usa medicamento excepcional tem todo um protocolo clínico para cumprir e um protocolo de documentação, que geram uma PAC, que é uma autorização de

procedimento de alta complexidade, para esses pacientes que o recebem rotineiramente.

Nesse mesmo período o Estado, que recebeu 13 milhões 230 mil, gastou 16 milhões 520 mil. Nesse período, entraram nesse programa 3.055 novos pacientes. O total de pacientes atendidos no final desse primeiro trimestre foi 31.949. Vou repetir o número desses pacientes porque depois eu quero fazer um comparativo com os senhores: 31.949 pacientes no programa de medicamentos excepcionais - aqueles reconhecidos pelo Ministério da Saúde.

Já em ações judiciais, que é a grande preocupação do conjunto de gestores, nesse mesmo período nós gastamos 10 milhões 560 mil reais. Esse valor é só do Fundo Estadual de Saúde. O que os municípios gastaram, a gente não tem dados, porque é consolidado sempre no final do ano. Mas também é um valor expressivo, desses 10 milhões de reais, para 604 pacientes nesse trimestre. E terminou o trimestre sendo atendidos 3.155 pacientes.

Então, dez milhões e meio de reais para 3.155 pacientes e dezesseis milhões e meio de reais para 31 mil pacientes.

Por que os gestores estão defendendo o protocolo clínico e não a judicialização da assistência farmacêutica? Porque nós corremos o grande risco de (dentro da pirâmide do Sistema Único de Saúde, 80% dos procedimentos são resolvidos na atenção básica, e os demais na média e na alta complexidade), continuando essa lógica, a nossa pirâmide estar totalmente invertida. E dentro desses medicamentos de ações judiciais têm processos de medicamentos que ainda não estão reconhecidos no Brasil, a Anvisa ainda não autorizou a sua entrada. Assim como tem grupos de pesquisas e laboratórios internacionais que vêm fazer pesquisa no Brasil, e nós já os denunciávamos à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Eles começam a pesquisa com um grupo de pacientes, e aqui no Estado de Santa Catarina nós temos dois pacientes, sendo que de seis meses em seis meses cada um custa R\$ 560 mil. Mas esse grupo de pesquisa foi embora na fase dois e a família não pode manter. No desespero, ela recorre, corretamente, dentro da sua lógica, ao recurso da ação judicial para um medicamento que não está reconhecido no Brasil.

Essa discussão tem sido muito forte em nível nacional. Nenhum gestor do Sistema Único de Saúde e nenhum sanitarista permite que a gente fira a Constituição, em hipótese alguma. A Constituição diz que saúde é um direito de todos e um dever do Estado, mas lembra que é mediante políticas públicas. Então, quando as três esferas de governo discutem a política pública de assistência farmacêutica para as mais variadas patologias, como profissionais especialistas eles estão dizendo que para hepatite se usa isso e isso, que para transplante de fígado se usa isso e isso, que para Aids é esse conjunto de medicamentos. Nós temos o melhor tratamento de hanseníase do mundo. Por quê? Porque houve e ainda são mantidos os protocolos clínicos para o tratamento.

Então, resgatar a questão dos protocolos clínicos da medicina baseados em evidências, e não porque um caso clínico mostrou, no Canadá, por exemplo, que o Viagra é bom para a hipertensão pulmonar. Mas no Brasil nós temos o Viagra reconhecido para disfunção erétil. É para isso que ele entrou e foi registrado na Anvisa, ele não foi registrado para outros usos terapêuticos. E para essa doença tem um conjunto de outros medicamentos, inclusive muitas vezes mais caro, porém com comprovação científica do seu resultado.

Portanto, isso preocupa em especial a academia, que tem discutido muito isto: como a gente vai fazer com o uso dos seres humanos em experimentos. Porque não é uma pesquisa científica reconhecida, mas é a prescrição de um medicamento que serve para outro tipo de necessidade e que acaba sendo usado indiscriminadamente. E não são poucos os casos, já estamos com 26 ações judiciais entre jovens, mulheres e homens - até três comprimidos ao dia. Então não dá para a gente saber se o resultado é bom daqui a dois anos ou três anos, a gente tem que começar usando o medicamento tendo a qualidade e a eficácia daquele tratamento.

Dentro das políticas de saúde, neste trimestre nós trabalhamos a questão do processo de descentralização da Fapesc. Foi aberto o processo seletivo para os concursos públicos de pesquisa na área da Saúde, em que o Ministério da Saúde entra com um milhão e meio de reais e o Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Saúde, com R\$ 500 mil. Esses recursos foram repassados à Fapesc para essas pesquisas, e a recomendação sempre é de que sejam pesquisas possíveis de serem aplicadas.

Quatro reuniões do Comitê de Ética em Pesquisa do Estado de Santa Catarina; participação na elaboração dos planos estaduais de saúde, que aqui nós temos a questão da rede de oncologia; publicação do livro "Diretrizes e Organização das Gerências Regionais de Saúde", no valor de R\$ 6 mil, co-financiado pelo Ministério da Saúde; e participação e coordenação das reuniões do PlanejaSUS, que é uma política nacional do Ministério, em que já estamos trabalhando com os 293 municípios.

Dentro da Diretoria de Vigilância Sanitária nós tivemos um conjunto de procedimentos realizados. Tem metas: tanto a Vigilância

Sanitária do Estado tem que cumprir com as metas predeterminadas e pactuadas no ano anterior como as vigilâncias sanitárias municipais e os demais serviços têm que as cumprir.

As metas: inspeção de serviços hospitalares e outras unidades com internação hospitalar e psiquiátrica (nesse trimestre, de 301 foram feitas 6 - esse é o total anual que deve ser vistoriado); inspeção de serviços de hemoterapia e bancos de sangue (de 188, foram 7); inspeção de serviços de apoio diagnóstico e terapêutico - alta complexidade (de 680 foram realizadas 27); inspeção de serviço de apoio diagnóstico e terapêutico - média complexidade (de 357 foram feitas 53); inspeção de indústria de alimentos - em especial nós temos aqui no Estado a questão do palmito (de 475 foram feitas 37); e monitoramento de alimentos (de 519 amostras foram coletadas 12 amostras). Nesse mesmo período não foi feita nenhuma inspeção de medicamentos e produtos, e 13 são as metas do ano. Inspeção de comércio farmacêutico (eram 783, nesses primeiros três meses foram feitas 28); inspeção de empresas fabricantes de saneantes (de 108 foram feitas 8); inspeção de empresas fabricantes de cosméticos (de 42 foram feitas 2).

Tecnologia de produtos para a área da Saúde: inspeção de empresas de fabricantes de produtos médicos são 11, mas nos 3 primeiros meses não foi feita nenhuma; inspeção em empresa distribuidora de produtos médicos são 34 - foi feita 1; ações complementares de média complexidade, devem ser feitas 1.350 no ano, e foram feitas 4; ações complementares de alta complexidade, de 120, foram 39.

Fiscalização do meio ambiente: foram coletadas 5 amostras de água, e a meta é 144/ano. A implantação do SISAGUA é um grande trabalho que está sendo feito nos municípios. Neste primeiro trimestre ele não entrou em funcionamento, mas está na meta que deve acontecer. Então não tivemos nenhuma ação. Inspeção da rede hospitalar verificando as normas relativas ao gerenciamento de resíduos (neste ano nós temos que fazer 236); diagnóstico de áreas de solos contaminados não estava programado nenhum e não foi feito. Normalmente o CIT - Centro de Informações Toxicológicas -, que funciona na Universidade Federal do Estado de Santa Catarina, com a participação efetiva da Secretaria de Estado da Saúde, faz o comunicado - aí também é feita busca ativa. Controle sanitário de produtos em trânsito rodoviário, que é a vistoria em caminhões de cargas - estão previstas 26 operações.

O relatório do 2º trimestre, que corresponde até julho, está praticamente consolidado. Então esses números mudam bastante, porque estes aqui são dos meses de janeiro, fevereiro e março.

Ainda na Diretoria de Vigilância Sanitária: análises de projetos. Melhoramos muito o encaminhamento dos projetos, porque com o órgão central ficaram só os projetos de alta complexidade. Então, foram descentralizados os projetos de consultórios médicos, clínicas de pequeno porte e postos de saúde. A avaliação desses projetos já acontece nas regiões. Nesse período entraram 22 pedidos. E projetos que já vinham sendo analisados mais os que entraram, foram avaliados 39. Processos administrativos foram 2; mandados de segurança, 5; dívida ativa não teve nenhuma; julgamento de processos administrativos foram 87 nesse período, pela Vigilância Sanitária na primeira instância, e na segunda instância, 2.

A arrecadação de multas da Vigilância Sanitária foi de R\$ 35.472,00 neste trimestre, e de alvará sanitário foi R\$ 17.950,00. Esses valores são pequenos porque as vigilâncias sanitárias municipais já estão fazendo a emissão de todos os alvarás sanitários, em especial de média complexidade, que são bares, restaurantes e similares.

Os recursos da Vigilância Sanitária são recursos do programa TAM - Termo de Ajustamento de Metas -, do Ministério da Saúde. Na conta bancária, em dezembro, o saldo era 1 milhão 377 mil reais. Recursos recebidos neste primeiro trimestre, 92 mil reais; recursos de aplicação financeira, porque o recurso não pode ficar simplesmente parado, tem que ser aplicado e durante o ano executadas as metas, 21 mil reais.

Nesse período, os gastos com os serviços de limpeza, correio, material, veículos, obras foram 66 mil 360 reais, e de material de consumo foram 10 mil 996 reais, na Vigilância Sanitária. E tínhamos um saldo disponível, no primeiro trimestre, de 1 milhão 414 mil reais.

Outros investimentos realizados nesse primeiro trimestre (janeiro, fevereiro e março), na renovação e manutenção dos nossos equipamentos das unidades hospitalares próprias, 449 mil reais; obras e benfeitorias, 914 mil reais; sistema de informatização da nossa rede hospitalar, da telemedicina e da PPI, 317 mil reais; e em material permanente, nesse período, 3 milhões 529 mil reais.

As ações da Vigilância Epidemiológica. Em especial, Santa Catarina também se destaca na questão da cobertura vacinal, na notificação. E os municípios estão muito atentos às demais doenças que podem ser prevenidas.

No Sistema Nacional de Agravos de Notificação, nesses três meses nós tivemos a capacitação de trinta técnicos; no Sistema de Notificação de Nascido Vivos tivemos 55 municípios que foram capacitados; a equipe da Vigilância Epidemiológica participou da

reunião nacional de imunização; e nesses primeiros três meses, com a distribuição de imunobiológicos, foram gastos R\$ 4.000,00.

O Estado não compra as vacinas, pois os imunobiológicos o Ministério é que compra e faz a dispensação para os Estados, que por sua vez repassam aos municípios.

Foram treinados nove técnicos em PPD e BCG. Em especial, esses são os técnicos das salas de vacinas. E normalmente os municípios mantêm o mesmo profissional, pela segurança. Então, o volume para treinamento não é muito grande, só capacitações permanentes.

Também foi feito um trabalho de divulgação sobre a hanseníase. Temos aqui em Santa Catarina o Hospital Santa Tereza, onde tem um grupo ativo de filhos de hansenianos ou hansenianos. Efetivamente, temos a doença no Estado sob controle, mas a vigilância deve ser permanente e a suspeita notificada pelo próprio médico da unidade básica de saúde.

Com relação ao monitoramento das doenças diarreicas agudas, nós capacitamos os técnicos da Secretaria Municipal de Saúde de São José, de Biguaçu e de Florianópolis. Nesse período, foi feita a distribuição de hipoclorito aos municípios que solicitaram, e em especial ao Sul do Estado. Quando tivemos aquela grande enxurrada no município de Praia Grande eles foram disponibilizados, num total de R\$ 2.758,00. Essa disponibilização de hipoclorito era para tratamento, em especial, das caixas d'água.

Na Vigilância Epidemiológica, também tivemos reuniões técnicas com 33 municípios que têm o Programa de Monitoramento da Aids. São os municípios que recebem os recursos direto do Ministério da Saúde, com 97 participantes - R\$ 4.671,00.

Reunião preparatória à introdução da pesquisa de DST/Aids no Estado de Santa Catarina, que aconteceu na região sul; aquisição de medicamentos para doenças sexualmente transmissíveis - não os anti-retrovirais, aqueles padronizados, mas uma parte dos medicamentos deve ser adquirida pelo Estado de Santa Catarina dentro da pactuação das três esferas de governo, envolvendo nesse período R\$ 13.850,00.

Ainda, tivemos a reunião da 17ª Regional de Saúde, também com relação à capacitação dos municípios de Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú, Camboriú, Piçarras, Itapema, Penha, Blumenau, e técnicos do Lacen, que é o nosso Laboratório Central de Saúde Pública, e da Vigilância Sanitária, com 20 participantes.

A distribuição dos preservativos se dá de forma solidária entre a União e o Estado. Nesse período a União, o Ministério da Saúde, mandou-nos 2.632.920 milhões de preservativos masculinos e 8.820 mil de preservativos femininos, sendo que todos foram distribuídos no Estado de Santa Catarina. Aqui, ainda percebemos (e na condição de mulher preciso registrar isso, em que pese um preservativo ser mais bonito e o outro parecer um coador de café - ele ainda é muito grande, desagradável, e precisamos avançar nessa tecnologia, porque homens e mulheres precisam ter o direito de dizer que vão se proteger. É um trabalho muito grande que precisamos fazer inclusive com o conjunto das mulheres. Não adianta, senhores, a Aids precisa desse cuidado e precisa do cuidado de todos nós.

(O deputado Antônio Aguiar manifesta-se fora do microfone: "Quantos aidéticos nós temos cadastrados no Estado de Santa Catarina?")

Não posso lhe precisar, deputado. Fico lhe devendo. Posso até consultar, em seguida, e no final lhe dizer.

Nós temos a doença sob controle, mas temos ainda contaminação, porque hoje não existe mais grupo de risco, não são mais os homossexuais, as prostitutas e os usuários de drogas - inclusive, discriminávamos essa faixa.

O deputado estava lendo o jornal A Notícia e eu acabei não lendo uma matéria que diz que em um determinado país estão enterrando vivas pessoas com o vírus da Aids. Por quê? Porque não conseguiram fazer aquilo que o Brasil já conseguiu. O número de pacientes contaminados lá é grande. Nós temos que nos orgulhar das coisas brasileiras. O Brasil tem, sim, o melhor programa de Aids do mundo, dispensa, sim, bastante dinheiro para isso, mas tem também uma outra coisa: a informação. E na Aids basicamente é a informação, gente! A informação para as pessoas dentro da sua casa, não pode ser só da mídia, e a gente achar que os nossos adolescentes não têm comportamento estranho.

Pessoalmente, não gostei da última pesquisa que saiu, que diz que o Brasil ainda está dentro os países do mundo em que os jovens usam em maior proporção o preservativo. Os nossos jovens já são frutos da informação sobre a Aids; todos os adolescentes de 17 anos sabem da discussão nacional em relação à Aids. Então, teria que ser 100% dos nossos jovens, quando iniciam sua atividade sexual, usando preservativo. Quarenta por cento é muito baixo! A margem de risco que temos nesse conjunto ainda é muito grande!

O preservativo está à disposição nas unidades de saúde; agora também na farmácia popular, por um custo extremamente subsidiado. Então, o que precisamos? Pode, sim, tomar um copo de

cerveja, mas não pode ser um copo de cerveja o responsável por uma relação sexual irresponsável ao término de uma festa.

Mesmo trabalhando as campanhas pontuais, precisamos avançar mais nisso. O Ministério mandou 2 milhões 632 mil preservativos e o Estado comprou 650 mil preservativos e participa dessa distribuição.

Para as crianças que precisam do leite, que são as crianças da transmissão vertical, nesse período foram distribuídas 450 latas de leite, a fórmula infantil. São crianças cadastradas e acompanhadas pelos programas municipais de Aids. As nossas maternidades fazem o teste rápido quando a gestante não sabe informar se fez o teste antes do nascimento. Se a mãe não fez o pré-natal, é pedido a ela autorização para fazer o teste rápido, porque se o teste der positivo, essa criança recém-nascida já é medicada, tendo mais de 90% de chance de não contrair a doença.

Então, nós trabalhamos intensamente com as nossas maternidades, que têm trabalhado essa questão também de quando não for feito o teste no pré-natal fazer no pré-parto.

Temos aqui R\$ 65 mil em distribuição de outros medicamentos para doenças oportunistas e sexualmente transmissíveis; a elaboração e distribuição de material para a campanha do Carnaval. São as campanhas pontuais, mas ainda precisam acontecer, porém, reforçando que todo dia é dia de prevenção para todas as doenças.

Com relação aos doentes sexualmente transmissíveis, a elaboração de material educativo e informativo envolveu R\$ 65.340,00 nesse período e a aquisição de material permanente para a Dive, que é a Diretoria de Vigilância Epidemiológica, para o Laboratório Central e para o Hospital Nereu Ramos, que é o nosso hospital de referência - material para projeção multimídia, aventais de proteção e pélvis feminina, para orientação e educação -, envolveu R\$ 18.400,00.

Ainda dentro da vigilância epidemiológica, as zoonoses. Santa Catarina está no momento em que é o único Estado brasileiro que ainda não teve nenhum caso de *aedes aegypti*. Nenhum paciente foi contaminado dentro do nosso Estado, mas os Estados do Rio Grande do Sul e do Paraná já têm casos. Nós, há seis anos, oito anos, dizíamos que não era uma doença para o Estado de Santa Catarina e para o Sul do Brasil, mas ela está aí, e a prevenção deve continuar, a gente deve continuar trabalhando intensamente.

O deputado já olhou para o relógio e fiquei um pouco preocupada. Vou tentar falar um pouquinho mais rápido, senhor presidente.

Então, com relação às capacitações, nós tivemos capacitação para hantavirose na Gerência Regional de Lages; da anti-rábica em Xanxerê e em Itajaí, inclusive tivemos que fazer a vacinação animal; implantação do monitoramento de pequenos insetos em Blumenau; e investigação para delimitação de foco do mosquito da dengue, que foi intenso em Dionísio Cerqueira, em Chapecó, em especial, em todo o oeste do Estado de Santa Catarina, em função da divisa e do número de focos localizados nessas regiões.

Então, combatendo o foco, combatendo o mosquito, felizmente não tivemos nenhum caso dentro do Estado de Santa Catarina, ainda somos o único Estado brasileiro livre, mas temos muito medo de que de um momento para outro isso possa não ser mais realidade.

O nosso Lacen fez 128 mil 639 procedimentos, exames.

Aqui são alguns gastos do Lacen. Em especial, o nosso maior gasto é com os insumos, os kits para os exames: R\$ 2 milhões 280 mil. Existe recurso do FinLacen, que é o financiamento do Ministério da Saúde para as ações dos Laboratórios Centrais de saúde pública em todos os Estados brasileiros.

Aqui, temos as auditorias realizadas nesse período pela diretoria da Maria Teresa, que cuida de todos os processos que possam merecer denúncias vindas da Ouvidoria Estadual ou Nacional, que podem ser denúncias de dupla cobrança, de dificuldade de acesso a um determinado procedimento. E essas auditorias todas, após a conclusão, são encaminhadas ao Ministério Público do Estado de Santa Catarina, conforme documento já acordado com esse órgão, que é extremamente atuante.

Neste momento, estamos acompanhando o último termo de recomendação do Ministério Público do Estado, ainda estamos no processo de substituição de todos os funcionários contratados temporariamente - por força de lei e pela Constituição Federal, o acesso ao serviço público se dá mediante concurso público.

Alguns servidores tinham a expectativa de que permaneceriam no Estado, porque já estavam lá há mais de doze anos na condição de CLT, mas nós, acatando a recomendação do Ministério Público e depois de uma ação do Tribunal de Justiça... Do último concurso, que tinha 901 vagas abertas inicialmente, já foram preenchidas as vagas e agora estamos chamando, em especial, os profissionais médicos e técnicos de enfermagem para a demanda necessária dos nossos serviços de saúde.

Por último, a nossa página da Saúde. Se acessarmos aqui no link da Diretoria de Assistência Farmacêutica, podemos ter muitas informações, em especial aquelas importantes para o usuário. Tem

também a página do Controle Social, que todos os Conselhos Municipais de Saúde devem alimentar, e o Conselho Estadual de Saúde também coloca as suas informações.

Desculpem, senhores, se me alonguei.

Estou à disposição, senhor presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, Carmen, pelo seu brilhante relato.

Agora são 11h10min e o término da audiência estava previsto para as 11h20min, mas tendo em vista o prolongamento, vamos terminar às 11h35min.

Gostaria de solicitar às pessoas que desejam fazer uso da palavra que sejam breves, para que a secretária possa responder da forma mais clara possível, tirando assim todas as dúvidas.

Está aberta a palavra aos componentes da mesa.

Com a palavra o senhor deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Gostaria de saudar o presidente da Comissão e a diretora-geral da Secretaria de Estado da Saúde, Carmem Zanotto. Realmente temos uma secretaria da Saúde *ad hoc* bastante dedicada, fez uma brilhante explanação, como de costume.

Gostaria de reforçar o que a irmã falou. Estive na Frente Parlamentar em Brasília há dez dias e fui à Federação agradecer por ter trabalhado pelo SUS - em 1994, recebi da Justiça R\$ 3 mil que estavam retidos e eu não sabia, da minha clínica. É importante saber que a Federação dos Hospitais está trabalhando. Parabéns à Federação dos Hospitais!

Pelo que vejo, o nosso maior problema é o reajuste da tabela do SUS. Para fazermos uma saúde decente, temos que ter condições financeiras. Há mais de dez anos não temos reajuste na tabela do SUS. Precisamos, sim, da aprovação da PEC 29, que faz com que a saúde não só no Estado de Santa Catarina mas no Brasil tenha mais condições de fazer com que as ações se realizem, mas, principalmente, que o paciente seja o grande beneficiado. É claro que o paciente, para ser o grande beneficiado, necessita de um bom atendimento médico, quer, passando pelo SUS, passa pelos hospitais, pelos laboratórios e pelos profissionais da saúde.

Queremos pedir encarecidamente à deputada Ana Paula, que tem laços com o presidente Lula, que lhe faça um apelo, já que foi proposta da sua campanha fazer o reajuste da tabela do SUS: que cumpra a promessa de campanha que fez e faça o reajuste da tabela do SUS, para que haja no Brasil justiça na questão da saúde.

Como trabalhador do SUS que fui durante vinte anos, sei o que significa prestar serviços a ele. Acho que essa reivindicação é justa. Todos, mas todos mesmo, inclusive o Estado, os municípios, os usuários, os médicos, enfim, todos aqueles que têm alguma coisa a ver com o SUS, devem fazer essa reivindicação do reajuste da tabela e também, claro, da aplicação da PEC 29, que é de grande importância.

Gostaria de parabenizar a Secretaria da Saúde do Estado pela explanação e, principalmente, pela transparência, que é o que nós, deputados, desejamos, assim como os usuários, os catarinenses.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Aguiar.

Com a palavra a senhora deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, senhor presidente.

Quero agradecer a presença da sempre secretária Carmem Zanotto, que nos orgulha muito como mulher, como enfermeira e também é muito competente naquilo que exercita na Secretaria de Estado da Saúde - sempre foi minha candidata a secretária.

Desejo ainda cumprimentar a irmã Analuzia, da cidade de Blumenau, nossa amiga, que está sempre prestigiando esses eventos.

Gostaria de dizer ao deputado Antônio Aguiar que no último dia 27 o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva descontinhou dois bilhões para a área da saúde.

Eu faço um apelo também, deputado, juntamente com V.Exa., para que o ministro da Saúde, que é do seu partido, possa levantar essa bandeira para, realmente, aumentarmos a tabela do SUS, que, inclusive, é um desejo de vários deputados do Congresso Nacional.

Obrigada, Carmen, pela explanação. Estou à sua disposição.

A SRA. ANALUZIA SCHMITZ - Eu só gostaria de complementar o que a deputada Ana Paula colocou, e é justa essa reivindicação que ela faz ao deputado. Na semana passada, quando estivemos em Brasília, fomos recebidos pela senadora Ideli Salvatti, que conseguiu uma audiência com o ministro Temporão. Com um grupo de Santa Catarina que estava lá, estivemos no Ministério e conseguimos conversar com ele cara a cara no auditório, e ele se comprometeu conosco de que no próximo ano vai rever as tabelas do SUS. Então, essa cobrança é justa. Sobre esses dois bilhões ele falou também e entende que nós não temos condições de trabalhar com essas tabelas defasadas como estão.

E a senadora Ideli Salvatti praticamente ficou como madrinha

dos hospitais do Estado de Santa Catarina para ver essa situação em Brasília. Ela também se comprometeu, com o ministro Temporão, a ver essa questão do reajuste das tabelas a partir do próximo ano - essa foi a promessa que ele fez para todos os hospitais de Santa Catarina que estavam lá.

Muito obrigada.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - É por isso, irmã, que nós não podemos acabar com a CPMF. Se ela acabar, a Saúde vai sofrer bastante.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Com a palavra o deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Eu acho que a deputada Ana Paula falou a palavra mágica: CPMF. O ministro Jatene criou a CPMF para a Saúde. É verdade que era 0,2% para a Saúde, depois o governo aproveitou e acrescentou 1,8%, fazendo com que ficasse a CPMF em 0,38%.

Esse imposto é um dinheiro limpo que cai na conta do governo. Acho que nós não podemos esperar o reajuste da tabela do SUS para o ano que vem. Se estão cobrando CPMF este ano e vão aprovar o seu reajuste, nada mais justo que o reajuste da tabela do SUS venha ainda este ano. Nós não vamos esperar. Acho até que vamos condicionar a aprovação da CPMF com o reajuste da tabela do SUS. Se não houver o reajuste da tabela do SUS, eu sou contra a aprovação da CPMF. Ou temos dinheiro para o SUS ou não temos. Essa é a nossa colocação.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

A SRA. ANALUZIA SCHMITZ - O documento que nós entregamos ao ministro foi o pedido do reajuste já, imediato. Só que ele disse que no momento não teria como aumentar.

Eu concordo com o senhor sobre essa questão da CPMF. Ele também colocou essa situação. E o pedido de todo o grupo de Santa Catarina (tinha mais de quarenta pessoas lá representando os hospitais) foi de que as tabelas fossem reajustadas ainda este ano. Ele prometeu que, de certeza, no ano que vem vai reajustar. Coitado dele se não fizer isso, porque nós vamos para lá de novo!

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, irmã. Com a palavra o deputado Venzon.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Eu queria fazer uma observação sobre a correção da tabela do SUS. Esse é um pedido de todos os hospitais. Eu queria alertar o seguinte: a informação que tenho é de que no ano passado veio de Brasília para Santa Catarina aproximadamente 700 milhões de reais para pagar... Mas mais 700 milhões significam a parte dos municípios; os outros 700 milhões, e a dona Carmem pode me corrigir, é a parte do Estado.

Então, para memorizar, nas três instâncias, a participação do SUS daria 700 milhões para os municípios, 700 milhões para o Estado e 700 milhões para o governo federal. Os 700 milhões do governo federal nós estamos percebendo; a parte do governo federal nós sentimos, que é esse SUS que funciona mal mas que está aí. O que não estou sentindo, são os 700 milhões dos municípios e do Estado. Estão percebendo a pergunta?

Irmã, quais são os 700 milhões que a senhora sente? Do Estado, do município ou da União? Só da União...

(A irmã Analuzia manifesta-se fora do microfone: "Não! Do Estado! Do Estado, sim!")

No Estado sim?

(A irmã Analuzia manifesta-se fora do microfone: "Claro!")

É igual a do SUS, mais ou menos, ou mais?

(A irmã Analuzia manifesta-se fora do microfone: "O quê?")

A participação do Estado, digamos, no...

(A irmã Analuzia manifesta-se fora do microfone: "A participação do Estado, no último governo, tem sido bastante grande nos hospitais. Graças a isso que os hospitais estão conseguindo sobreviver, porque a nossa situação em Santa Catarina, que eu disse a todos que é privilegiada em comparação a outros Estados do Brasil, nós temos muito a ver com isso, com essa participação do Estado nos hospitais. A participação do Estado tem sido bastante grande, e eu acredito que não tem ajudado mais por não ter condições, senão teria sido maior.")

Perfeito. Mas é por isso que eu apresentei aquela utopia que eu colocava aqui. Se a gente imaginasse que o Fundo Estadual de Saúde realmente existisse, e que, digamos assim, aquilo que é dos municípios fosse deixado para o atendimento dos postos de saúde, e o que é do Estado e da União somasse para corrigir a tabela, só isso dobraria a tabela do SUS. Só isso dobraria a tabela do SUS! E aí o hospital teria dinheiro para comprar equipamentos - desde que ele recebesse o dinheiro nos procedimentos, ele não precisaria pedir em forma de súplia.

(A irmã Analuzia manifesta-se fora do microfone: "Deputado, uma das preocupações do Ministro é que ainda não tem dinheiro que chegue para toda a Saúde, não só os hospitais, mas também a saúde pública.")

A SRA. ANALUZIA SCHMITZ - Os postos, por exemplo, os

PSFs, a saúde pública, no Brasil tem muitos Estados que estão com uma carência total! Não tem médico! Não tem médico que queira trabalhar pelo valor que se paga nos postos da saúde pública. Eles estão com problemas sérios, os hospitais no norte estão fechando - literalmente, estão fechando. Os médicos não querem trabalhar pelo valor que recebem, mas com certa razão, porque a gente vê que os valores que eles estão recebendo, hoje, por uma cirurgia, é vergonhoso. E ele coloca que para fazer esses reajustes, tanto nas tabelas do SUS como na saúde pública, precisa também ser visto com muita atenção e, na saúde básica principalmente, ele disse que precisa triplicar o valor da Saúde. Esse foi o apelo que ele fez, inclusive, o compromisso que ele assumiu diante de todos os hospitais, na abertura - tinha mais de oitocentos representantes do Brasil inteiro naquela abertura da Confederação dos Hospitais Filantrópicos.

Ele demonstrou essa preocupação - pelo menos, nos seis anos em que vou para esse congresso, é a primeira vez que vejo um ministro falar com tanta preocupação na área da Saúde. Ele se preocupa com a falta de dinheiro, porque está sentindo que está sendo apertado de tudo quanto é lado. Porque o Norte do Brasil, de São Paulo para cima, é uma lástima. Minas, Alagoas, Maceió, Paraíba, lá para aqueles lados, estão uma lástima!

Por isso eu disse, há pouco, que em Santa Catarina nós ainda somos privilegiados. Temos deficiências? Temos muitas. Temos que melhorar as tabelas? Temos que melhorar a saúde pública? Tem que melhorar, mas nós temos ainda um Estado privilegiado. O povo ainda tem acesso aos hospitais, tem acesso aos postos, embora alguns municípios estejam meio carentes, precisam melhorar e muito, mas nós podemos ainda erguer as mãos ao céu no Estado de Santa Catarina.

Nós ainda somos privilegiados: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul são vistos como Estados em que a Saúde está caminhando relativamente bem. Pelo Brasil, se o senhor olhar o panorama do Brasil como um todo, é de chorar quando a gente vê o Norte e o Nordeste do Brasil.

(O senhor deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Mas eu acho um equívoco isso. Eu acho um equívoco, porque eu acho que eles choram mais do que nós.")

Ah, com certeza!

(O senhor deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "Porque o valor que eles ganham pelo procedimento é o mesmo que nós ganhamos, só que parece que eles...")

Não, não, não, não...

(O senhor deputado Serafim Venzon manifesta-se fora do microfone: "A tabela do SUS é diferente, nacionalmente?")

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Só um minutinho, que a gente passa para a Carmen e ela esclarece.

É importante registrar que os últimos levantamentos da Confederação Nacional dos Municípios relatam que em torno 4% dos municípios do Brasil não cumprem hoje os 15% previstos. A maioria dos municípios está cumprindo, se estão aplicando bem ou mal, é outra coisa, cabe democraticamente aos conselhos municipais fiscalizarem e assumirem a sua autonomia diante do que diz a legislação.

A União hoje basicamente, com a questão da CPMF, cumpre a Emenda 29. Existem algumas divergências, mas são muito pequenas. A maioria dos Estados é que não está cumprindo. Hoje, inverte-se essa proporção em relação aos municípios. Dos Estados brasileiros, se não me engano, são três ou quatro apenas que cumprem a Emenda 29 que totaliza o montante de recursos.

Passo, agora, a palavra à Carmen.

A SRA. CARMEN ZANOTTO - Deputado Venzon, com relação ao custo médio da AIH, Santa Catarina é, para o Paraná e o Rio Grande do Sul, como Norte e Nordeste é para o Sul. O nosso *per capita* catarinense é R\$ 93,00; cada gaúcho, 119; e cada paranaense 109/103. Por que isso? Porque isso é a série histórica daquele serviço que vinha sendo feito nos Estados. Então é o total do volume dividido pela população.

Já houve duas correções de tabelas de desigualdades regionais, a última foi no ano passado, no início de 2006, quando ganhamos um *plus* com relação ao Paraná e ao Rio Grande do Sul que é para começar a diminuir essas diferenças. Em muitos Estados do Nordeste é R\$ 61,00 o *per capita*, porque eles não tinham rede hospitalar instalada, não têm os procedimentos. Há Estado que tem um hospital que faz cirurgia cardíaca. Então, a crise deles é, sim, muito maior do que a nossa. Nós temos no Estado 5,6 milhões de catarinense em oito regiões, oito hospitais credenciados a fazer cirurgia pelo SUS, porque eles também têm dificuldade de levar os profissionais para lá.

Por exemplo, há um Estado, e é o grupo aqui de Santa Catarina, que instalou a TRS. O grupo de Joinville está com uma equipe, implantou o serviço e está trabalhando lá, credenciado pelo Sistema Único de Saúde.

Quando se faz o custo médio da AIH é o valor agregado que aquela AIH tem, que independe da unidade hospitalar que o paciente internou e sim o procedimento que foi realizado e qual é a classificação daquele hospital.

Por exemplo, a AIH da irmã Analuzia não pode ser compa-

rada, do Hospital Santa Isabel, com o AIH do Hospital Tereza Ramos, de Lages, porque o Tereza Ramos não faz transplante, não faz cirurgia cardíaca, não tem alta complexidade, ele tem alta complexidade na obstetria, que é a maternidade de alto risco.

O custo médio de cada AIH também tem esse olhar do que aquele serviço faz. Então, ela é muito variável.

Quando se diz que estamos fazendo revisão de PPI, e vou pegar o menor valor da AIH que me lembro, de 2003: o custo médio era de R\$ 270,00 e hoje é R\$ 340,00, daquele hospital de pequeno porte. É incalculável o hospital de grande porte. E aí depende de cada um. Temos que abrir a PPI, tem inclusive na internet, para nos debruçar e olhar, quanto foi a revisão de PPI de cada unidade hospitalar.

De onde é o dinheiro da revisão da PPI, deputado? É do nosso dinheiro. Então nós ajudamos todos os hospitais do Estado de Santa Catarina, independente da condição de gestão daquele município, porque daí sai do teto do Estado, vai para uma portaria ministerial e o Ministério passa direto do Fundo Nacional para o Fundo Municipal de Saúde as revisões de PPI hospitalar.

Nessa revisão de PPI tem R\$ 3,5 milhões do Estado/mês que saíram da unidade, dos nossos próprios e foi repactuado durante esse período. E há o incentivo hospitalar que não são todos os Estados que têm essa política. Nós estamos levando na próxima Sisbi, que será sexta-feira a reunião, para pactuarmos até dezembro nos mesmos moldes que foram janeiro, fevereiro e março. Até já estivemos com a Federação dos Hospitais, esteve o Braz, a irmã Sandra, o Santin, de Jaraguá do Sul, enfim, um grupo de representantes, e estamos levando isso para a próxima Sisbi, que é um *plus* para o hospital. O que significa? Conforme o porte do hospital ele tem 10%, 15% ou 20% dentro de toda uma metodologia criada e construída de repasses também do Fundo Estadual.

Agora, concordo com o senhor quando diz que não consegue visualizar o recurso. Dos nossos 700 milhões, 400 milhões estão em folha e sobram 300 milhões. No primeiro trimestre, só em material de consumo gastamos (não lembro os números exatos) em material permanente, 3,5 milhões; em material de consumo foram... então, é a soma do material de consumo. Vamos deixar as planilhas, a soma do medicamento excepcional, esses 3 milhões que o Estado está colocando mais os 10 milhões.

A projeção para este ano em ações judiciais, senhores, deve chegar próximo a 50 milhões de reais. Esse dinheiro não estava no orçamento, nessa lógica. Com certeza absoluta, se nós gastamos 14 no incentivo...

A irmã quer reformar o setor de transplante, mas neste ano nós ainda estamos pagando os convênios e não fizemos convênios novos, por quê? Porque começa a desorganizar o nosso orçamento, porque se tem que fazer a previsão orçamentária e financeira para a ação judicial. E muitas vezes o dinheiro entra no Banco do Brasil para fazer o câmbio do dólar antes do dinheiro ter saído de lá. Entende? Tem que fazer o câmbio antes, senão eles não mandam.

Então, eu assumo esse compromisso aqui: precisamos ver quanto vai para o CEO em Santa Catarina; quanto vai para os municípios Procis; quem são esses 56 municípios; quanto vai para a rede hospitalar na forma de incentivo. Porque na forma de incentivo eu consigo mostrar, mas na forma de pactuação de PPI só pegando todas as séries históricas e mostrando como era.

Quanto à revisão da tabela, nós temos uma grande luta que primeiro é a regulamentação da Emenda Constitucional nº 29. Por quê? Se ficar claro na Emenda Constitucional nº 29 o que é gasto com a saúde a gente não pode pôr mais, nem Estados nem municípios (e eu digo a gente, porque conheço alguns Estados que colocam), alimentação de creche como gasto com saúde.

No nosso Estado o que é considerado gasto com saúde? O Hospital de Custódia. Por quê? Porque qualquer um de nós pode ser usuário do Hospital de Custódia, desde que cometa um delito e vá para lá. O acesso é universal àquela população que está cerceada da sua liberdade. Isso é um gasto do Sistema de Saúde a partir da criação da Política Nacional do Sistema Penitenciário.

Então, o Hospital de Custódia, a questão das remoções aéreas, porque estamos aumentando o número de transplantes e temos que possibilitar que o paciente chegue à sala de transplante dentro ou fora do Estado, conforme a demanda, quem é acionado em condições e também para coletar os órgãos em condições e em tempo hábil para ser transplantado e que não está dentro do Fundo Estadual de Saúde... No Hospital de Custódia o orçamento está ali, nós descentralizamos, eles compram o material para o Hospital e nós pagamos a conta. Então, o dinheiro passa pelo Fundo Estadual de Saúde.

Dentro desse total de 700 milhões, o grande gasto é com folha, sim. Se o senhor perguntar se gastamos mais na rede própria do Estado ou na rede filantrópica, o custo médio do internamento, o nosso é mais caro, sim. A nossa jornada de trabalho é de 30 horas, a do médico é de 20 horas, todos têm que ter contrato de trabalho e não recebem por produção. É diferente o salário de um médico! Lá no Hospital Santa Isabel, se ele fizer dez cirurgias receberá pelas dez. No nosso é salário no final do mês. Por que a gente discute o modelo de gestão? E também o Ministério da Saúde não está errado, gente! Ou se busca uma alternativa para administrar os hospitais do Rio de Janeiro, e nós estivemos aqui no Hospital Universitário...

Olha, gente, só sentindo a carga da responsabilidade é que você

diz: a gente precisa quebrar paradigmas, sim! A gente precisa flexibilizar a gestão pública!

O usuário está preocupado. E quando ele é atendido pela irmã - desculpe irmã Ana lhe explorar, mas a senhora está aqui enquanto prestadora - quer saber que entrou na Santa Isabel, foi atendido, saiu e não pagou. Ele não pergunta se o funcionário da irmã Analuzia é contratado pelo regime da CLT ou não.

Nós temos que lutar para não ter precarização do trabalho. Agora, não necessariamente, todo mundo tem que ser servidor público efetivo. Não vamos conseguir suportar a folha se continuarmos na lógica. Nem nós, nem a União e nem o município. Então, não a precarização! Sim ao serviço público gratuito do Sistema Único de Saúde!

O HU não é mais o único hospital público de Santa Catarina 100% SUS. O Celso Ramos é 100% SUS hoje; o Regional é 100%; a Cardiologia é 100%; a Maternidade Darci Vargas, de Joinville, é 100% SUS. Eu, com plano de saúde, até posso chegar lá e internar, mas vou para a enfermaria junto com os outros usuários do Sistema Único de Saúde.

Então, alguns hospitais nossos não têm mais duas portas. É isso que o usuário quer. Ele quer não competir. Ele não quer ficar excluído porque um privado, na rede pública do Estado, foi favorecido porque tinha apartamento para ele acessar.

Então, essa quebra de paradigma: novas formas de gestão do serviço público. Já temos aí maravilhosas e belíssimas que são os pregões, registro de preço através dos pregões, pregão presencial, pregão eletrônico. Vocês acham que não mudou a nossa vida? Muito, senhores! Tu discutes o preço ali. Tu não recebes mais aquela proposta fechada que abre na frente dos representantes e vale o que está na proposta. Não, a competição está ali na frente. Se quero vender a minha máquina e tem qualidade vou baixar o preço. Antes não, antes era o preço da proposta que estava fechada.

Então, esses outros instrumentos da gestão pública e até mesmo o desafio de termos outras formas de contratação com carteira assinada, décimo, férias, tudo isso tem que ter. Não sou favorável a precarização do trabalho no serviço público, não estou falando neste caso da rede privada, agora, temos que enfrentar os paradigmas. E, talvez, não tenho medo de dizer aqui, a grande mídia nacional que estamos vendo hoje, nos últimos 15 dias, tem alguns nomes: o nome da CPMF, o nome do desafio de discutirmos o controle do consumo do álcool (não esqueçam, estamos mexendo com interesses econômicos importantes no País), outras ações com relação à questão do aborto, enfim.

Estamos levantando alguns temas que precisam ser enfrentados e que a sociedade civil tem que dizer como é que acha que aquilo ali deve ser encaminhado. Nós não somos um País onde todo mundo pensa exatamente igual.

Gente, eu sou muito faladora e preciso parar, desculpem.

O SR. PRESIDENTE (deputado Jailson Lima) - Obrigado, Carmen.

Já que não temos mais nenhuma inscrição queremos agradecer à Carmen pela apresentação das contas dos serviços prestados.

Sabemos os desafios que são a questão da Saúde no Brasil. Temos a questão da Emenda 29, com todo empenho da categoria política, do Ministro Temporão, que não é do meu partido, mas está prestando trabalho ao governo Lula, que tem dado uma grande contribuição, pelos temas que tem abordado e defendido e, principalmente, pela defesa conjunta que fazemos dessa emenda que acaba sendo um grande avanço na questão das conquistas da Saúde, fazendo com que todos os governos, de uma forma geral, possam cumprir suas metas financeiras.

Gostaria de agradecer a todos pela presença, ressaltando a presença do deputado Aguiar que nesta Casa é um parlamentar que tem constantemente defendido as causas da saúde, juntamente com o Venzon, conosco e com a Ana Paula. Somos a bancada da saúde nesta Casa!

Muito obrigado a todos! Obrigado, Carmen! E contem conosco! (Palmas.)

Está encerrada a audiência pública.

DEPUTADO JAILSON LIMA
PRESIDENTE
*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 114/07
CASA DE APOIO

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE CRIANÇAS PORTADORAS DE NEOPLASIA

DECLARAÇÃO

Declaramos para fins de manutenção do título de Utilidade Pública Estadual que a entidade cumpre todas as suas finalidades estatutárias e não remunera, por qualquer forma, os cargos de diretoria e também que não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos dirigentes, mantenedores ou associados, sob nenhuma forma ou pretexto.

Declaramos ainda, que a entidade possui os seguintes registros estatutários no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas da Comarca de Blumenau:

1. Estatuto registrado em 30/03/2004.

Sem mais para o momento, era o que tínhamos a declarar.

Associação de Pais e Amigos de Crianças Portadoras de Neoplasia
CNPJ 06.789.418/0001-09
p/ Vinicius Faria Pagani
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI 477/07

Autoriza o Poder Executivo a criar o programa água da chuva nas edificações estaduais

Art. 1º Fica autorizada a criação do programa água da chuva, nos termos desta lei, cujos objetivos são a captação, o armazenamento e a utilização das águas pluviais pelas edificações do Poder Executivo Estadual.

Art. 2º Todos os imóveis pertencentes e que vierem a pertencer ao Poder Executivo do Estado, sempre que as condições técnicas de engenharia permitirem, serão submetidos as adequações, visando as realizações das seguintes ações:

I - instalação nas casas e prédios públicos, de caixas de água, com tampa parcialmente removível, coletores e armazenadoras da precipitação atmosférica;

II - instalação de calhas adaptadas e outros condutores, convergentes às caixas coletores a que se refere o inciso anterior;

III - adaptação às caixas coletores, de sistema que libere o excesso de água acumulada para as galerias de águas pluviais.

Art. 3º Cada edificação terá que conter uma caixa de água, destinada exclusivamente ao armazenamento de água pluvial.

Parágrafo único. A água coletada será utilizada em atividades que dispensem o uso de água potável.

Art. 4º As construções que forem iniciadas após a publicação desta lei, terão que conter o programa água da chuva, em sua planta hidráulica.

Art. 5º O Poder Executivo baixará os atos que se fizerem necessários para a regulamentação da presente Lei.

Art. 6º As despesas da presente lei decorrentes da sua execução, correrão a conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

O problema de falta de água é gravíssimo em todo o planeta. Até mesmo o Brasil, país rico em recursos hídricos, sente as terríveis consequências da carência de água: falta água para a produção energética, falta água para o abastecimento das residências em várias regiões, não há água tratada suficiente para todos, entre outras.

Por outro lado, muitas vezes a água vem em excesso, causando enchentes as quais provocam situações de calamidade pública, com destruição de lares, disseminação de doenças, congestionamentos, mortes e outros prejuízos morais e materiais.

É preciso encontrar um meio de solucionar essas questões que atingem a todos, indiscriminadamente, foi com esse intuito que apresentamos a presente proposta legislativa oportunizando ao Estado catarinense a criação do programa água da chuva nas edificações estaduais.

Para resolver tanto o problema da falta, como o do excesso da água é que se propõe o programa água da chuva. A instalação de caixas de água com tampas removíveis seria responsável pela retenção de parte considerável da água das chuvas.

Essa água, que iria provocar enchentes e encharcar ruas e calçadas, poderia ser armazenada para futura utilização em atividades que dispensem o uso de água tratada, como por exemplo, nas descargas de vasos sanitários e na limpeza de pisos e calçadas.

Desta forma, verificando-se que a água é o bem mais precioso para a humanidade e tendo em vista que o Poder Executivo Estadual passa a dar um grande exemplo para a população, tendo o referido projeto grande repercussão social de ações que visam ao uso racional e econômico da água, pleiteamos a aprovação do presente projeto de lei contando com o apoio da população e dos nobres deputados e deputadas.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 478/2007

Acrescenta § 1º e § 2º ao art. 1º, da Lei nº 13.070, de 20 de julho de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade, de criarem-se nas instituições bancárias, caixas eletrônicas, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual, no Estado de Santa Catarina

Art. 1º Fica acrescentado § 1º e § 2º ao art. 1º, da Lei nº 13.070, de 20 de julho de 2004, que dispõe sobre a obrigatoriedade, de criarem-se nas instituições bancárias, caixas eletrônicas, portas especiais e rampas de acesso apropriadas ao uso de pessoas portadoras de deficiência física e visual, no Estado de Santa Catarina, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º (...)

§ 1º Todas as agências bancárias instaladas no Estado de Santa Catarina deverão dispor, gratuitamente, de cadeira de rodas para facilitar a locomoção dentro de suas dependências, de idosos e usuários com deficiência física e visual.

§ 2º As agências bancárias deverão fixar em suas entradas, avisos sobre a existência dessa facilidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Nos últimos anos, tem-se notado uma preocupação progressiva com as questões de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência física aos espaços, sejam eles de uso público ou não, nossa intenção é preencher uma lacuna que ainda persiste quanto à disposição de cadeiras de rodas para facilitar a locomoção de idosos e usuários com mobilidade reduzida junto às agências bancárias do Estado de Santa Catarina.

Essa é a grande possibilidade que o parlamento catarinense tem para colaborar com a grande mudança de mentalidade, onde a pessoa portadora de deficiência física e visual passou a ser vista sob a ótica de capacidade e não mais sob a ótica da deficiência.

O problema dos portadores de necessidades especiais se inscreve entre as mais graves questões sociais brasileiras, não somente por se constituírem na parcela mais fragilizada de toda a população, mas também por sua dimensão demográfica.

Neste sentido podemos afirmar que hoje esta fatia da sociedade constitui, não mais uma minoria, mas sim um percentual considerável, onde segundo dados estatísticos são de 10% da população, o que significa um número de 16 milhões de pessoas no caso do Brasil.

Embora a Constituição Federal, em seu artigo 5º, afirme que é garantido a todos os brasileiros a inviolabilidade do direito à igualdade, o fato é que, na prática, tal direito ainda não é conferido aos portadores de deficiência, posto que são privados do acesso e uso de inúmeros locais públicos, como escolas, restaurantes, bancos, teatros e repartições públicas, devido ao descaso e à insensibilidade das autoridades constituídas e da própria sociedade.

Pretendemos contribuir para a inclusão social dos idosos e usuários com mobilidade reduzida onde as agências bancárias instaladas no Estado de Santa Catarina deverão dispor, gratuitamente, de cadeiras de rodas, e ainda fixar na entrada das agências, avisos sobre a existência dessa facilidade. Não faltará às instituições financeiras sediadas no Estado de Santa Catarina capacidade financeira e estrutural para as suas expensas arcar com tão relevante proposição, que possui caráter social inquestionável.

Haverá uma conscientização de que, boa parte dos portadores de deficiência poderão ter uma vida plena, ativa, produtiva e com respeito as suas condições. Contudo, para que haja esta inclusão de fato, é preciso que exista um incremento nas ações que visem garantir a acessibilidade desta parcela da população a todos os locais frequentados pelas pessoas não deficientes.

Assim, diante da grande importância da matéria, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 479/2007

Reconhece o município de Sul Brasil como a Capital Catarinense do Frango Caipira.

Art. 1º Fica reconhecido o Município de Sul Brasil como a Capital Catarinense do Frango Caipira.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Herneus de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição vem reconhecer a importância do município de Sul Brasil para o estado de Santa Catarina, no tocante à criação do frango caipira, bem como a importância desta atividade para aquela municipalidade.

A época da colonização do município de Sul Brasil, o prato principal nas mesas das famílias que ali viviam era o frango caipira, cultura esta, que com o advento da criação de frangos confinados em aviários, passou a perder força no cenário estadual.

Não obstante, o município de Sul Brasil tem incentivado a produção e o consumo deste produto, como forma de resgatar a cultura local ao mesmo tempo em que oportuniza à agricultura familiar uma excelente forma de geração de renda e tem se destacado estadualmente com a realização, a cada dois anos, da Festa Regional do Frango Caipira, promovendo e divulgando a produção do município.

Isto posto, nada mais justo que o reconhecimento, por este parlamento, da condição de Capital Catarinense do Frango Caipira ao município de Sul Brasil.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 480/2007

Denomina "Rodovia Sul Brasil", o trecho da Rodovia SC-479 que liga o município de Sul Brasil à Rodovia SC-469, no município de Modelo.

Art. 1º Fica denominada "Rodovia Sul Brasil", o trecho da Rodovia SC-479 que liga o município de Sul Brasil à Rodovia SC-469, no município de Modelo.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Herneus de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo homenagear a colonização da Região Oeste do Estado, mormente à concernente aos municípios de Sul Brasil e Modelo, localidades que abrigam o trecho a ser denominado.

Referendo pela história da colonização, entendemos ser justa a presente homenagem, no momento em que buscamos denominar o trecho em tela, com o nome da empresa colonizadora que desbravou aquela região de nosso Estado e possibilitou sua colonização, através da realização dos primeiros trabalhos com máquinas pesadas, da abertura das primeiras estradas, da demarcação das terras e posteriormente, da instalação das primeiras famílias.

Conta a história, que a localidade que hoje corresponde ao município de mesmo nome, onde inicia o aludido trecho, abrigou o último acampamento da Companhia Territorial Sul Brasil, por ocasião dos trabalhos de colonização da região.

Isto posto, nada mais justo que prestarmos esta homenagem, denominando o trecho recém pavimentado e inaugurado da Rodovia SC-479 que liga o município de Sul Brasil à Rodovia SC-469, no município de Modelo, de "Rodovia Sul Brasil".

Por fim, destacamos que em cumprimento ao disposto na legislação estadual, segue anexa, declaração negativa de denominação anterior, exarada pelo Departamento Estadual de Infra-estrutura - DEINFRA, para fins de instrução da presente proposição.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 481/2007

Declara de utilidade pública estadual a Associação Cultural Recreativa e Assistencial Persistência, com sede e foro no município de Indaial.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública estadual a Associação Cultural Recreativa e Assistencial Persistência, com sede e foro no município de Indaial.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Herneus de Nadal

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por escopo reconhecer e declarar a utilidade pública estadual da entidade em destaque, em razão dos relevantes serviços prestados à comunidade de Indaial e região.

A Associação Cultural Recreativa e Assistencial Persistência, entidade sem fins econômicos, tem se destacado no cenário regional pela promoção das mais diversas atividades culturais e educacionais, as quais são proporcionadas à população através do esforço e dedicação de seus componentes.

Entendemos que, tendo em vista a notória importância e patente caráter social da entidade e consoante o comprovado cumprimento de todas as exigências legais, conforme pode-se aferir na documentação juntada, deve este parlamento, à exemplo do parlamento municipal, reconhecer e, deste modo, declarar sua utilidade pública estadual, a fim de garantir-lhe todos os direitos e benefícios decorrentes da legislação afim.

Por fim, destacamos que em atendimento ao disposto na legislação estadual, segue anexa, documentação necessária à instrução da presente proposição.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 482/2007

Estabelece a obrigatoriedade de devolução do valor referente à matrícula em caso de desistência do curso pelo aluno e dá outras providências.

Art. 1º Os estabelecimentos de ensino superior ficam obrigados a devolver aos alunos, que desistam do curso até o início das aulas, o valor pago referente à matrícula, no ato da formalização da desistência, descontada a taxa de administração.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator penalidades a serem previstas em regulamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e será regulamentada em sessenta dias.

Sala das Sessões, em

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa estabelecer a obrigatoriedade de devolução do valor referente à matrícula escolar, em caso de desistência do curso pelo aluno, impondo, por sua vez, sanções a quem descumprir a norma jurídica.

Como é sabido, a relação estabelecida entre alunos e instituições de ensino é "relação de consumo", consoante dispõe o Código de Defesa do Consumidor - CDC.

Nesse contexto, a intervenção do Estado no intuito de proteger o consumidor diante da sua condição de hipossuficiência frente às empresas, públicas ou privadas, fornecedoras de produtos e/ou serviços é "PODER-DEVER" inerente à Administração Pública, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal, e artigo 48 de suas Disposições Transitórias.

Assim, a presente proposição vem ao encontro da expectativa de inúmeros consumidores que se deparam com o desrespeito de algumas instituições de ensino que, mesmo não fornecendo o serviço, em face da desistência do aluno, apropriam-se indevidamente do valor pago pela matrícula dos referidos cursos que, em última análise, equivale ao valor de uma prestação do contrato.

Salienta-se que é justo e legal que as instituições de ensino retenham os valores incluídos na matrícula sob a rubrica de taxa de administração. Todavia, reter o valor inerente e equivalente à primeira parcela do contrato, sem prestar o serviço contratado, é, certamente, ofender os princípios insculpidos no Código de Defesa do Consumidor.

Desta forma, é de suma importância a presente proposição legislativa, requerendo-se, para tanto, o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 483/2007

Autoriza o Governo do Estado de Santa Catarina a criar setores especializados, dentro das Delegacias de Polícia, para atendimento ao idoso.

Art. 1º Fica autorizado ao Governo do Estado de Santa Catarina a criar, no âmbito do Departamento da Polícia Civil, subordinada à Divisão de Polícia Especializada, setores especiais destinados ao atendimento ao idoso.

Art. 2º Fica atribuída ao Setor Especial do Idoso a competência para a operacionalização das atividades inerentes à Polícia Judiciária na investigação, prevenção e repressão dos ilícitos penais praticados contra o idoso e previstos no Código Penal Brasileiro, na Lei das Contravenções Penais, na Lei de Tortura (Lei nº 9.455, de 1997) e no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003).

§ 1º O Setor Especial do Idoso deverá ser comandado por Delegado de Polícia de 1ª Classe.

§ 2º O Setor Especial do Idoso deverá ser composto por Escrivão de Polícia, masculino e feminino, e Investigador de Polícia, masculino e feminino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

A criação do Setor Especializado do Idoso, no Departamento da Polícia Civil da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, é uma situação de emergência, vez que, apesar da existência do Estatuto do Idoso, muitas vezes eles não recebem o atendimento adequado, especialmente no caso das delegacias de polícia que normalmente são movimentadas e com muitas ocorrências para atender.

Considerando a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que instituiu o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a sessenta anos, entendemos que o idoso goza de todos os direitos fundamentais atinentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata a Lei.

Consideramos, ainda, que o idoso não pode ficar na fila, às vezes sendo mal-atendido, e que é dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso, e que o **Setor Especializado do Idoso tem por finalidade prestar atendimento somente aos idosos e para isso deve contar com profissionais especializados.**

Dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade e do Sistema de Informações Hospitalares, ambos vinculados ao Ministério da Saúde, revelam que no âmbito das instituições de assistência social e saúde, são frequentes as denúncias de maus-tratos e negligências contra idosos. Mas nada se iguala aos abusos e negligências no interior dos próprios lares, onde o choque de gerações, problemas de espaço físico e dificuldades financeiras costumam somar-se a um imaginário social que considera a velhice como decadência.

Sendo assim, em decorrência desses fatos, no ano de 1998, segundo o Ministério da Saúde, mais de 13 mil pessoas com mais de 60 anos morreram vítimas da violência. E, já no ano de 1999, o número subiu para 70 mil.

Dessa forma, com a criação do Setor Especializado do Idoso, entendemos que os idosos terão o atendimento digno de que tanto necessitam e merecem pela nossa sociedade

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 484/2007

Cria o Programa de Construção de Casas Populares com madeiras ilegais apreendidas.

Art. 1º O Governo do Estado, a Fatma e a Companhia de Habitação do Estado de Santa Catarina, em cooperação, elaborarão um Programa de Construção de Casas Populares com as madeiras ilegais apreendidas no âmbito do Estado e provenientes das florestas públicas.

Parágrafo único. A construção de que trata o caput destinar-se-á às famílias de baixa renda e às famílias que perderam as suas casas em acidentes.

Art. 2º Fica determinado que a construção de casas populares será nas áreas urbanas e rurais, dependendo da necessidade da região.

Parágrafo único. No caso da utilização da madeira apreendida, dar-se-á preferência à região onde for feita a apreensão.

Art. 3º Sob a coordenação de órgãos competentes para a execução do Programa, serão obedecidos os padrões das habitações populares dos programas sociais e Programas Mutirões entre os beneficiados.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

Deputado Nilson Gonçalves

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei tem o condão de proporcionar a criação do Programa de Construção de Casas Populares com madeiras ilegais apreendidas, no intuito de minimizar o problema de habitação para as famílias de baixa renda.

Sabe-se que um dos grandes problemas sociais do País é, sem dúvida, a falta de moradias populares. Assim, facilitar e baratear construções habitacionais para atender a uma demanda populacional acentuada é dar consequência à função social do Estado, além de proporcionar um melhor equilíbrio do contato social.

Nesse sentido, a proposição ora apresentada proporcionará à Administração Pública um viés para a consecução e destino prático e eficaz de construções habitacionais populares, na medida em que utilizará a madeira extraída ilegalmente para a concretude desse empreendimento social.

Assim, entendendo que a presente proposição encontra-se respaldada no artigo 6º da Magna Carta, em especial na proteção à moradia, suscita-se o apoio dos nobres Colegas Parlamentares para a sua efetiva aprovação.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 485/07

Acrescenta inciso V, ao art. 1º, da Lei nº 12.200, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa e dá outras providências

Art. 1º Fica acrescentado inciso V, ao art. 1º, da Lei nº 12.200, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa e dá outras providências, passa a vigorar com a seguinte redação:

V - redução da carga tributária do ICMS nos termos estabelecidos pela legislação estadual, incidente sobre a saída dos módulos ou painéis fotovoltaicos e outros conversores de energia alternativa.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus

Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

O projeto de lei ora apresentado pretende acrescentar inciso V, ao art. 1º, da Lei nº 12.200, de 19 de abril de 2002, que dispõe sobre incentivos à geração de energia elétrica alternativa.

Até o século XVIII, era mínimo o consumo de combustíveis fósseis, embora fossem eles conhecidos desde a Antiguidade. O carvão, o petróleo e o gás são provenientes de fotossíntese ocorrida há milhões de anos, porém não são considerados formas de energia solar. Esses combustíveis fósseis, além de poluentes, são recursos energéticos finitos, ao passo que as fontes alternativas de energia solar são renováveis e não poluentes.

A história da energia, por outro lado, corre paralela ao próprio desenvolvimento econômico, social da humanidade, e o Estado de Santa Catarina não pode deixar muitas pessoas ainda sem os benefícios propiciados pela eletricidade que necessitam da satisfação das necessidades mínimas de uma vida digna.

A falta de energia nas zonas rurais tem muitas vezes agravado as disparidades regionais e sociais, de certa forma contribuindo para o incentivo da migração dos rurícolas para os grandes centros urbanos.

O estímulo ao uso de fontes alternativas de energia, como o sol, está sendo feito de forma tímida, e esta é a oportunidade para nosso Estado estar a frente, uma vez que o espírito da lei proposta é o de valorizar a opção solar, visto que o nosso Estado é pródigo nas condições essenciais para implementação da proposta.

Busca-se a minimização do impacto ambiental, a redução dos desequilíbrios regionais e o acesso de muitos catarinenses, excluídos até agora do desenvolvimento e das formas adequadas de energia.

A substituição do chuveiro elétrico, vilão responsável pela maior parcela da conta de energia das populações urbanas de baixa renda, pelo aquecimento solar, além de proporcionar redução de gasto ao usuário, propiciará significativa economia para a empresa concessionária, permitindo melhorar o perfil da curva de demanda, ao diminuir o pique das 18 horas.

Pelo acima exposto, considerando a relevância e a possibilidade de abrangência da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Assim, submeto à elevada consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da matéria.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 486/07

Dispõe que as maternidades e estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a encaminhar, para exame de diagnóstico de retinoblastoma, todas as crianças nascidas em suas dependências, conforme especifica

Art. 1º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado de Santa Catarina ficam obrigados a encaminhar gratuitamente para exame de diagnóstico de retinoblastoma todas as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho, com pupila dilatada, nos primeiros seis meses de vida.

Art. 2º O exame a que se refere o artigo anterior será orientado pelo pediatra e realizado pelo oftalmologista.

Art. 3º Os resultados positivos de retinoblastoma, serão encaminhados para tratamento, para em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data do resultado do exame.

Art. 4º As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres que não dispuserem de estrutura para o tratamento a que se refere o artigo anterior, deverão encaminhar os casos positivos à unidade estadual de saúde dotada de capacitação técnica e pessoal adequado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Retinoblastoma é uma doença que, geralmente, acomete crianças com menos de três anos de idade. Esse tipo de câncer se desenvolve na região posterior do olho, conhecida como retina. O tumor pode estar em apenas um olho ou nos dois, porém, geralmente é encontrado em apenas um e pode ser curado.

Nossa proposta legislativa é fazer com que as maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado de Santa Catarina fiquem obrigados a encaminhar gratuitamente para exame de diagnóstico de retinoblastoma todas as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como exame de fundo de olho, com pupila dilatada, nos primeiros seis meses de vida.

Essa doença pode acometer um ou ambos os olhos e é bastante agressiva, podendo invadir o nervo óptico e o sistema nervoso central, sendo, nestes casos, fatal. Pode, ainda, determinar metástases (transferência da afecção para outras partes do organismo, dando origem a tumores secundários). Por este motivo, os estudiosos orientam que a doença deve ser diagnosticada o quanto antes.

A doença pode estar presente já ao nascimento e, geralmente, acomete crianças na fase pré-verbal até os dois anos e meio de idade, por isso é fundamental que pais e pediatras estejam atentos para qualquer sinal. Segundo estudos ainda, o retinoblastoma atinge crianças de ambos os sexos e de todas as raças.

Temos em nossas mãos a possibilidade de legislar sobre um assunto tão importante e que se diagnosticado em tempo, é curável e a visão da criança pode ser preservada, caso contrário, quanto mais tardiamente for detectado, no entanto, menores as chances de um resultado favorável.

Por tais motivos, nobres pares, por entender que a presente proposição é totalmente constitucional e em harmonia com nosso regimento interno, solicito o acompanhamento dos nobres colegas para a apreciação e aprovação da presente proposição, para que esta Casa Legislativa seja a precursora da necessidade de conscientizarmos, orientarmos e auxiliarmos todos os catarinenses.

Pelo acima exposto, considerando a relevância e a possibilidade de abrangência da matéria, contamos com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI 487/07

Fica autorizado o Executivo Estadual a instituir o Cartão de Saúde para a 3ª Idade e dá outras providências

Art. 1º Fica autorizado o Executivo Estadual a instituir o Cartão Saúde para a 3ª Idade que será distribuído a todos os usuários com, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade, residentes no Estado de Santa Catarina, e que lhes dará prioridade no atendimento pelo Sistema Único de Saúde e nos serviços públicos estaduais.

Art. 2º O usuário titular do Cartão Saúde para a 3ª Idade não poderá sair da unidade de saúde sem atendimento, o que deverá ocorrer com preferência sobre os demais pacientes, exceto quando por orientação médica for dada preferência a outros pacientes com maior gravidade.

Parágrafo único. Na hipótese de ser necessário seu encaminhamento para clínico ou especialista da rede pública, a consulta deverá ser agendada tão logo termine o atendimento no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 3º No Cartão Saúde para a 3ª Idade constarão dados que facilitem o atendimento ambulatorial e hospitalares.

Parágrafo único. Os dados de que trata o *caput* deste artigo deverão conter os seguintes elementos:

- I - dados pessoais;
- II - telefone de um familiar ou contato;
- III - grupo sanguíneo e fator RH;
- IV - identificação se for portador de alguma doença grave; e
- V - patologias:
 - a) toxemia gravídica;
 - b) neoplasias;
 - c) diabetes;
 - d) fator 8 (hemofilia);
 - e) doenças sexualmente transmissíveis;
 - f) hepatite;
 - g) tuberculose;
 - h) alergias; e
 - i) outras.

Art. 4º O cadastro de informações da saúde bem como a implantação do Cartão Saúde para a 3ª Idade com as referidas informações, ficará sobre a responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde, que servirão também para diretrizes e elaboração de políticas de proteção e prevenção à saúde pública.

Art. 5º O disposto nesta Lei deverá ser objeto de ampla divulgação por parte dos órgãos estadual e municipal competente, através de folhetos explicativos e da mídia disponível no Estado e no município.

Art. 6º O Cartão Saúde da 3ª Idade, também deverá ser utilizado pela unidade de saúde de cada localidade para o cadastramento do usuário, visando o recebimento de medicações de uso continuado que lhe venha a ser receitado.

Art. 7º O Poder Executivo deverá tomar as providências cabíveis para a implementação do disposto nesta Lei no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a sua publicação.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões,

Deputada Odete de Jesus
Partido Republicano Brasileiro - PRB/SC

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,

Recentemente nos dias 20 e 21 de setembro do corrente foi realizada a 5ª Conferência Estadual de Saúde, onde muita coisa ainda precisa ser feita.

Com o advento da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que criou o Estatuto do Idoso, muita coisa progrediu, o referido dispositivo legal surgiu para regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Nele ficou estabelecido que o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

No ano de 2003, quando da aprovação da Lei Complementar nº 243, de 30 de janeiro de 2003, onde criou as Secretarias de Desenvolvimento Regional, o Governo do Estado editou através de Decreto nº 1.688, de 20 de abril de 2004 o "Cartão Melhor Idade" que em conjunto com a Secretaria de Estado da Organização do Lazer - SOL implementou o referido Programa.

O Programa "Cartão Melhor Idade", visa as ações voltadas ao bem estar e a qualidade de vida dos cidadãos catarinenses, acima de 50 (cinquenta) anos, integrando-os ao projeto de lazer da melhor idade que não contempla a área da saúde.

Nossa proposta visa especificamente a autorizar o Poder Executivo a criar o Cartão Saúde para a 3ª Idade que será distribuído a todos os usuários com, no mínimo, 60 (sessenta) anos de idade, residentes no Estado de Santa Catarina, e que lhes dará prioridade no atendimento pelo Sistema Único de Saúde e nos serviços públicos estaduais.

Dentro da precariedade dos recursos disponíveis no Sistema Público de Saúde, necessitamos gerar condições para que os mais necessitados sejam priorizados no atendimento.

Nessas condições encontramos os nossos concidadãos de terceira idade, muitas vezes com dificuldades de locomoção e sem forças para fazer valer os seus direitos, sendo alvo de situações constrangedoras e humilhantes.

Os idosos passam por grandes problemas, dói-nos profundamente ver aqueles senhores e senhoras disputando vagas em duros bancos, onde ficam sentados por horas à fio, na esperança de serem atendidos e terem minimizados os seus problemas de saúde.

Não são poucas às vezes em que a espera é infrutífera, retornando às suas casas sem qualquer tipo de atendimento e pensando como fará para, mais uma vez, madrugar no posto em busca de uma consulta.

Assim, solicitamos o apoio dos demais Parlamentares para o presente Projeto de Lei, qual seja a da implantação do Cartão Saúde da 3ª Idade, que visa criar um sistema que lhes permita uma melhor condição de atendimento, mais humano e com menos constrangimentos a um direito do cidadão e dever do Estado.

Sala das Sessões,

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 488/07

Dispõe sobre a obrigatoriedade das casas de diversões públicas destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e a locomoção de Deficientes Físicos Paraplégicos.

Art. 1º Fica estabelecido à obrigatoriedade das casas de diversões públicas destinarem poltronas adaptadas exclusivamente ao assento e à locomoção de espectadores portadores de deficiência física paraplégica.

Parágrafo único. Para efeito do caput deste artigo, deverão ser destinados 2% (dois por cento) da capacidade total de lotação da casa de espetáculo, para a finalidade proposta.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei as casas de diversões públicas são as utilizadas para apresentação de espetáculos culturais, artísticos, desportivos ou de qualquer outra forma de entretenimento, onde o espectador assista ao evento sentado em cadeiras ou poltronas perfiladas.

Art. 3º As poltronas ou cadeiras adaptadas ou instaladas em razão da obrigatoriedade desta Lei deverão conter a seguinte inscrição: "para uso exclusivo de deficientes físicos paraplégicos".

Art. 4º O Poder Executivo especificará em regulamento, no prazo de 90 (noventa) dias, as normas que definirão a localização, o espaçamento e outras características para efeito de instalação ou adaptação de cadeiras ou poltronas exclusivas ao assento de deficientes físicos paraplégicos.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

A presente proposta tem a precípua finalidade de contemplar os deficientes físicos paraplégicos que necessitam de um lugar específico para se acomodar nas casas de diversões públicas do nosso Estado.

A vida para uma pessoa portadora de deficiência física não é nada fácil. Se para pessoas sem qualquer problema físico, o dia-a-dia já é uma experiência estressante, imagine para quem depende de adaptações ou da ajuda de terceiros para se locomover. São muitos, aliás, os obstáculos enfrentados pelas pessoas portadoras de deficiências - de ordem social, política, econômica e cultural e não só os do cotidiano - distanciando-os bastante de conseguirem chegar ao ideal pretendido pelas Nações Unidas de "Participação Plena e Igualdade".

Isto porque o ponto crucial da questão estaria na relação entre o indivíduo e uma sociedade com padrões definidos, que alimenta a separação, ao tratar de forma inadequada os limites e as diferenças do outro. A anomalia se instala, quando não é dado um mínimo de condição às pessoas portadoras de deficiência de exercer o convívio em comunidade, incluindo aí aspectos fundamentais na vida de qualquer um, como o lazer onde as restrições se multiplicam. São raros os bares, restaurantes, casas noturnas, cinemas e até teatros com acesso facilitado e menos ainda os que oferecem assentos especiais para os deficientes. Quando existem, estes lugares são fixos e normalmente nas primeiras fileiras, os piores da sala. O que se pretende é oferecer opções em diversos pontos para que os mesmos tenham a possibilidade de escolha.

Bom ressaltar que as pessoas portadoras de deficiência reivindicam a eliminação dos impedimentos a uma vida normal - o simples ir e vir, por exemplo - da mesma maneira que não esperam nenhum tipo de paternalismo ou piedade. Esta via de conduta, inclusive, seria para eles algo ruim, uma vez que enfatiza o preconceito e estimula a exclusão, ao invés de inseri-los no meio social. Acabam sendo tratados, assim, como um problema e não como cidadãos que possuem seu potencial criativo ou de produção.

Conforme o Censo IBGE 2000 segue abaixo alguns números:

Deficiência física - tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia permanente*:

Brasil - 937.463

Santa Catarina - 25.787

Deficiência - falta de membro ou parte dele:

Brasil - 478.597

Santa Catarina - 21.217

Deficiência visual:

Brasil - 16.644.842

Santa Catarina - 496.225

Deficiência auditiva

Brasil - 5.735.099

Santa Catarina - 186.851

Deficiência motora (incapaz, com alguma ou grande dificuldade de caminhar ou subir escadas):

Brasil - 7.939.784

Santa Catarina - 252.988

Fonte: Censo IBGE 2000

* Hemiplegia: paralisia de um lado do corpo, freqüentemente causada por uma lesão ou distúrbio cerebral

Dessa forma, esperamos ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 489/07

"Declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente Sagrado Coração De Jesus "Casa Do Idoso" - ABSCJ.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Sagrado Coração De Jesus - ABSCJ, com sede na cidade e comarca de Xanxerê.

Art. 2º A entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das sessões,

Deputado Gelson Merísio

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração de Vossas Excelências o Projeto de Lei anexo que visa declarar de utilidade pública estadual a Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus - Casa do Idoso.

A Associação Beneficente Sagrado Coração de Jesus presta atendimento integrado e especializado para pessoas idosas carentes melhorando sua qualidade de vida e dignidade humana.

A mesma está presente em diversas atividades sociais do município, especificamente nos assuntos pertinentes a causa das pessoas idosas.

Sendo assim, espero ver a presente proposta acolhida e aprovada pelos Senhores Deputados.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 490/07

Declara de utilidade pública a Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Rogério Mendonça

Deputado Estadual

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Trazemos à consideração deste Parlamento proposta de lei que visa declarar de utilidade pública a Academia Catarinense de Letras e Artes - ACLA, com sede no município de Florianópolis.

Com o fito de proporcionar a esta Casa a análise sobre os aspectos justificadores da concessão do "status" pretendido, em apenso acostamos os documentos de titularidade da entidade, notadamente para caracterizar o preenchimento dos requisitos insculpidos na legislação estadual de regência da espécie.

Trata-se de entidade sem fins econômicos e que visa, entre seus relevantes objetivos, democratizar o acesso à informação, ao saber e à cultura, valorizar e preservar as diversas culturas regionais presentes no Estado de Santa Catarina, estimular as diversas manifestações artístico-culturais, observadas a liberdade de expressão e a criação, e discutir e programar ações conjuntas nas diversas áreas de ação cultural.

Através de seus objetivos destacam-se as características peculiares ao alcance da pretensão em evidência.

Assim, por entendermos que a oportunização da declaração de utilidade pública ensejará em concretizar incentivo às condições de trabalho da entidade epigrafada, solicitamos aos nobres Pares deste Parlamento o acolhimento da presente proposição.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 491/07

Declara de utilidade pública a Instituição Espírita Casa do Caminho, com sede no município de Florianópolis.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Instituição Espírita Casa do Caminho, com sede no município de Florianópolis.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Marcos Vieira

Líder da Bancada do PSDB

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

A Casa do Caminho está situada no norte da ilha, com a finalidade de atender as necessidades religiosas e materiais daquela comunidade, priorizando a assistência às famílias carentes, as quais recebem mensalmente cestas básicas, brechós para manutenção e doação de roupas, confecção e doação de enxovais às gestantes carentes.

Além disso, são responsáveis por 120 refeições diárias, entregues para pessoas necessitadas.

Ressaltam que a missão da entidade é melhorar a qualidade de vida das tão sofridas famílias carentes, promovendo inclusão social, com formação de caráter social que oportunize uma vida produtiva e responsável. Para tanto, disponibilizam oficinas de trabalho, de esportes, arte, coral, cursos diversos e cadastramento para encaminhamento profissional.

Assim, pela natureza e caráter institucional da entidade recomendo o apoio dos nobres pares para aprovação do presente Projeto de Lei, reconhecendo sua utilidade pública para todos os fins de direito.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 492/07

Cria o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas e Privadas.

Art. 1º Fica criado em todo o território do Estado de Santa Catarina o Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas e Privadas - Proagua.

§ 1º O Programa a que se refere o *caput* tem por objetivo instituir medidas em parceria com os municípios, para a conscientização do uso eficiente da água nas edificações, induzindo à sua conservação e reúso, e incentivando a utilização de fontes alternativas para captação de água nas novas edificações públicas ou privadas.

§ 2º O Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações será composto por um conjunto de ações a serem desenvolvidas em parceria com os órgãos da administração pública estadual, legislativos, municípios e empresas públicas ou privadas de saneamento.

Art. 2º Nas ações de conservação e uso racional da água, os cidadãos catarinenses serão incentivados a instalar dispositivos economizadores de água, tais como:

I - bacias sanitárias de volume reduzido de descarga;

II - chuveiros e lavatórios de volumes reduzidos de descarga;

III - torneiras dotadas de arejadores; e

IV - novas tecnologias economizadoras não elencadas acima.

Art. 3º Nas ações de utilização de fontes alternativas, os cidadãos catarinenses serão incentivados a reutilizar as águas servidas e captar as águas das chuvas:

I - com a instalação de reservatórios para contenção de águas servidas, utilizadas no chuveiro, banheiras, lavatórios, pias; e

II - pelo recolhimento das águas das chuvas caídas de telhados ou áreas impermeabilizadas.

Art. 4º Nas ações de combate ao desperdício quantitativo da água, as empresas ou autarquias municipais e estadual de saneamento ficam obrigadas a desenvolver ações voltadas à conscientização da população por meio de campanhas educativas, versando sobre o uso abusivo da água, métodos de conservação, uso racional da água e sua reutilização, bem como a veiculação do número de uma central telefônica para denúncias de vazamentos.

Art. 5º Ficam obrigados a adaptar mecanismos e aparelhos economizadores de água elencados no art. 2º, os bens imóveis do Estado, bem como os locados, de todos os órgãos da administração pública estadual direta e suas autarquias vinculadas.

Parágrafo único. Os órgãos da administração pública estadual direta e suas autarquias vinculadas terão o prazo de dez anos para se adequarem ao disposto no *caput*.

Art. 6º O Governo do Estado, por meio das Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional e órgãos competentes, deverá criar programas de capacitação de técnicos municipais, visando à elaboração das Políticas Municipais de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações e de projetos de lei que versem sobre a exigência de projetos hidráulicos que contemplem equipamentos economizadores de água e captação de fontes alternativas para a aprovação de novas edificações, inclusive de habitações de interesse social.

Parágrafo único. As exigências previstas no *caput* deverão estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT, e os regulamentos do órgão local responsável pelo saneamento.

Art. 7º A comunidade científica, as entidades de classe, os sindicatos patronais e as instituições privadas serão convidados a participar dos programas de capacitação de técnicos municipais, visando discutir soluções técnicas e operacionais para aprovação e instalação de projetos de construção de novas edificações.

Art. 8º Fica autorizado o poder público estadual a celebrar convênios com universidades, fundações e organizações da sociedade civil que comprovem notório saber na área de gestão de recursos hídricos e aprovação/regularização de empreendimentos, para ministrar os cursos nos municípios e assessorar na elaboração de Políticas Municipais de Conservação e Uso Racional da Água e de projetos de lei correlatos.

Parágrafo único. A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, por meio de suas Comissões Permanentes, efetuará o acompanhamento da eficácia do Programa, bem como a fiscalização dos convênios, para cujos membros serão disponibilizadas todas as informações solicitadas.

Art. 9º A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável deverá criar um cadastro com a relação dos municípios onde foram ministrados os cursos, o teor dos Planos Municipais de Conservação e Uso Racional da Água, seu setor de abrangência, e seus dados e valores relativos à quantidade economizada de água.

Art. 10. A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável deverá criar um "Banco de Boas Experiências" para que o empreendedor ou cidadão possa conhecer projetos e especificações referentes à conservação, reúso e uso racional da água, e técnicas de captação de fontes alternativas.

Art. 11. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Estado, suplementadas se necessário.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em,

Deputado Professor Grandó

Lido no Expediente

Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

O foco deste projeto de lei é criar instrumentos e mecanismos que incentivem a construção sustentável em nosso Estado, criando Programa Estadual de Conservação e Uso Racional da Água nas Edificações Públicas e Privadas, simbolizado pela sigla Proagua, cujo grande objetivo é instituir medidas, em parceria com os municípios, para a conscientização do uso eficiente da água nas edificações,

induzindo à sua conservação e reúso, e incentivando a utilização de fontes alternativas para a captação de água nas novas edificações públicas ou privadas.

Fortalecendo os laços com os municípios e aproveitando a estrutura descentralizada do governo, pretende criar parcerias para a melhoria da gestão local das águas, difundindo práticas que podem ser adotadas e exigidas pela municipalidade no que se refere às ações de conservação e uso racional da água, combate ao desperdício, e o incentivo de uso de fontes alternativas.

Esta proposta também procura olhar de forma otimista para o progresso da tecnologia de construção, pois quando apresentada às várias formas de ação para o uso múltiplo da água, buscou vinculá-las às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, e aos regulamentos do órgão local responsável pelo saneamento, de forma a evitar exigências de "elefantes brancos" ou que não tenham integração com o sistema de saneamento local.

Para fomentar o uso de práticas socioambientalmente corretas e usar o poder de compra do Estado, torna obrigatória a adaptação de mecanismos e aparelhos economizadores de água, em todos os bens imóveis do Estado, bem como os locados, de todos os órgãos da administração pública estadual direta e suas autarquias vinculadas, definindo um prazo de dez anos para sua universalização.

Por fim, o Proagua difunde e internaliza o disposto no "Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat" e da "Agenda 21 Brasileira", no que se refere à gestão das águas em edificações, e marca um novo padrão de apoio aos municípios que querem rever ou inovar suas legislações, mas não possuem apoio técnico e financeiro para isso.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 493/07

Declara integrante do patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 1º Fica declarada patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Florianópolis, 03 de outubro 2007.

Deputado JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente
Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

A Banda de Música da Polícia Militar integra o ambiente cultural da sociedade catarinense, mostrando-se historicamente presente em manifestações cívicas e nos principais eventos públicos. A sua participação em cerimônias civis e militares é fundamental, seja na recepção de autoridades ou em comemorações cívicas.

Conforme recentemente mencionado pelo Comandante Geral da Polícia Militar, a Banda da Corporação "está presente nos principais acontecimentos da História de Santa Catarina, testemunhando momentos dispare de alegria ou de tristeza, manifestações de louvor, comoção, patriotismo, devoção, erudição e comemoração, dentre tantos outros".

Em 21 de setembro do corrente ano a Banda completou 114 anos de fundação, o que a coloca entre as mais antigas de Polícia do Mundo. No transcurso dessa centenária existência, a Banda Sinfônica da Polícia Militar de Santa Catarina contribuiu sobremaneira para a formação cultural catarinense, bem como participou da história do Estado, exercendo seu miste nos momentos mais importantes desta Unidade da Federação.

A tradicional banda da Polícia Militar integra o patrimônio histórico, artístico e cultural do Estado de Santa Catarina, razão pela qual se justifica reconhecer essa circunstância por intermédio do presente projeto de lei.

Florianópolis, 03 de outubro 2007.

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO nº 009, DE 2007

Altera a Resolução nº 001, de 11 de janeiro 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º e o art. 18, *caput*, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 7º....."

§1º As atividades das Procuradorias Jurídica, Finanças e Legislativa serão Coordenadas pelo Procurador-Geral e, nos casos de afastamento legal ou impedimento, pelo Procurador-Geral Adjunto.

§2º O exercício dos cargos de que trata o parágrafo anterior é privativo de servidor efetivo da carreira de Assessoria Institucional do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 18. A Diretoria Geral, a ser exercida, privativamente, por servidor titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional ou do Grupo de Atividades de nível Superior do Quadro de Pessoal da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, compete, especialmente:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO RESOLUÇÃO Nº PRS/0010.3/2007

O Art. 6º do Projeto de Resolução nº PRS/0010.3/2007, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º O Anexo III-C da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 04, de 31 de janeiro de 2006, passa a denominar-se Grupo de Atividades de Comissão Legal."

Sala da Comissão, em

Deputado João Henrique Blasi

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em sessão de 09/10/07

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº PRS/0010.3/2007

Fica acrescido o Art. 7º ao Projeto de Resolução nº PRS/0010.3/2007, com a seguinte redação:

"Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Sala da Comissão, em

Deputado João Henrique Blasi

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/10/07

EMENDA SUPRESSIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0010.3/2007

Art. 1º Fica suprimido o inciso III do art. 6º A acrescido à Resolução nº 002, de 11 de janeiro 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, pelo art. 3º do Projeto de Resolução nº 0010.3/2007.

Sala da Comissão, em

Deputado João Henrique Blasi

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/10/2007

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Supressiva tem o objetivo de adequar o Projeto de Resolução aos parâmetros dos demais cargos integrantes do grupo de atividades de Direção e Assessoramento Superior.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0010.3/2007

Art. 1º O art. 2º do Projeto de Resolução nº 0010.3/2007 passa a ter a seguinte redação.

"Art. 2º Fica acrescido ao inciso XV ao art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, com a seguinte redação:

XV - comissão legal: conjunto de atribuições conferidas a servidor da Assembléia Legislativa por participar de órgão de natureza especial." (NR)

Sala da Comissão, em

Deputado Pedro Uczai

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/10/07

JUSTIFICATIVA

Apresente Emenda Modificativa tem o objetivo de atribuir as funções de confiança-comissão legal exclusivamente aos servidores da Assembléia Legislativa.

Deputado João Henrique Blasi

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 0010.3/2007

Art. 1º O art.1º do Projeto de Resolução nº 0010.3/2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º O inciso IX do art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, passa a ter a seguinte redação:

IX - função de confiança: conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade conferida a servidor da Assembléia Legislativa por critério de confiança." (NR)

Sala da Comissão, em

Deputado Pedro Uczai

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 09/10/2007

JUSTIFICATIVA

A presente Emenda Modificativa tem o objetivo de atribuir as funções de confiança exclusivamente aos servidores da Assembleia Legislativa.

Deputado João Henrique Blasi

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010, DE 2007

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O inciso IX do art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

IX - função de confiança: conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade conferida a servidor da Assembleia Legislativa por critério de confiança.” (NR)

Art. 2º Fica acrescido o inciso XV ao art. 2º da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

XV - comissão legal: conjunto de atribuições conferidas a servidor da Assembleia Legislativa por participar de órgão de natureza especial.” (NR)

Art. 3º Fica acrescido o art. 6º-A à Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 6º - A Para ocupar os cargos de Procurador-Geral e de Procurador-Geral Adjunto, integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, o servidor deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - ser titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional; e

II - estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil há pelo menos cinco anos.”

Art. 4º O art. 19 da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. O servidor que estiver no exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança, somente poderá receber mais uma retribuição pecuniária, a título de gratificação, exceto as de insalubridade e da função de confiança PL/FC-6 do Anexo III-A, quando integrar comissão legal, ressalvada a opção pelo recebimento da gratificação conforme o art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.” (NR)

Art. 5º Ficam acrescidos ao Anexo II da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, um cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS, nível 8, e um cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS, nível 8.

Art. 6º O Anexo III-C, da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, passa a denominar-se Grupo de Atividades de Comissão Legal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

RESOLUÇÕES**RESOLUÇÃO Nº 009, DE 2007**

Faço saber que a Assembleia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera a Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O parágrafo único do art. 7º e o art. 18, *caput*, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 003, de 31 de janeiro de 2006, passam a ter a seguinte redação:

“Art. 7º.....

§1º As atividades das Procuradorias Jurídica, Finanças e Legislativa serão Coordenadas pelo Procurador-Geral e, nos casos de afastamento legal ou impedimento, pelo Procurador-Geral Adjunto.

§2º O exercício dos cargos de que trata o parágrafo anterior é privativo de servidor efetivo da carreira de Assessoria Institucional do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Art. 18. A Diretoria Geral, a ser exercida, privativamente, por servidor titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional ou do Grupo de Atividades de nível Superior do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, compete, especialmente:

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - 1º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 010, DE 2007

Faço saber que a Assembleia Legislativa, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 48, inciso VIII, da Constituição do Estado, aprovou e eu, Deputado Julio Garcia, Presidente, nos termos do art. 61, inciso XV, do Regimento Interno, promulgo a seguinte Resolução:

Altera a Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006.

Art. 1º O inciso IX do art. 2º da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 31 de janeiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

IX - função de confiança: conjunto de atribuições classificadas segundo a natureza e o grau de responsabilidade conferida a servidor da Assembleia Legislativa por critério de confiança.” (NR)

Art. 2º Fica acrescido o inciso XV ao art. 2º da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 2º.....

XV - comissão legal: conjunto de atribuições conferidas a servidor da Assembleia Legislativa por participar de órgão de natureza especial.” (NR)

Art. 3º Fica acrescido o art. 6º-A à Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, com a seguinte redação:

“Art. 6º -A. Para ocupar os cargos de Procurador-Geral e de Procurador-Geral Adjunto, integrantes do grupo de atividades de direção e assessoramento superior, o servidor deverá preencher os seguintes requisitos, cumulativamente:

I - ser titular de cargo de provimento efetivo da carreira de Assessoria Institucional; e

II - estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil há pelo menos cinco anos.”

Art. 4º O art. 19 da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 19. O servidor que estiver no exercício de cargo de provimento em comissão ou de função de confiança, somente poderá receber mais uma retribuição pecuniária, a título de gratificação, exceto as de insalubridade e da função de confiança PL/FC-6 do Anexo III-A, quando integrar comissão legal, ressalvada a opção pelo recebimento da gratificação conforme o art. 92 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.” (NR)

Art. 5º Ficam acrescidos ao Anexo II da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, um cargo de Procurador-Geral, código PL/DAS, nível 8, e um cargo de Procurador-Geral Adjunto, código PL/DAS, nível 8.

Art. 6º O Anexo III-C, da Resolução nº 002, de 2006, alterada pela Resolução nº 004, de 2006, passa a denominar-se Grupo de Atividades de Comissão Legal.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 09 de outubro de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Rogério Mendonça - Secretário

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

*** X X X ***